

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**Conflitos no Parque e na Área de Proteção Ambiental Delta do Jacuí  
– Rio Grande do Sul**



PEDRO SALDANHA FRANTZ

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Dirce Maria Antunes Suertegaray

PORTO ALEGRE, DEZEMBRO DE 2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**Conflitos no Parque e na Área de Proteção Ambiental Delta do Jacuí  
– Rio Grande do Sul**

Pedro Saldanha Frantz

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Dirce Maria Antunes Suertegaray

Banca Examinadora:

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Gabriela Coelho-de-Souza (PGDR / UFRGS)

Prof. Dr. Dilermando Cattaneo da Silveira (UFFS)

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Cláudia Zeferino Pires (POSGEA / UFRGS)

Dissertação apresentada ao  
Programa de Pós-graduação em  
Geografia como requisito para  
obtenção do título de Mestre em  
Geografia.

PORTO ALEGRE, DEZEMBRO DE 2014

# UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

**Reitor:** Carlos Alexandre Netto

**Vice-Reitor:** Rui Vicente Oppermann

## INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

**Diretor:** André Sampaio Mexias

**Vice-Diretor:** Nelson Luiz Sambaqui Gruber

Frantz, Pedro Saldanha

Conflitos no Parque e na Área de Proteção Ambiental Delta do Jacuí. Rio Grande do Sul . / Pedro Saldanha Frantz. - Porto Alegre: IGEO/UFRGS, 2014.  
[143 f.] il.

Dissertação (Mestrado).- Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Instituto de Geociências. Porto Alegre, RS - BR, 2014.

Orientador(es):Dirce Maria Antunes Suertegaray

1. Unidades de conservação 2. Parque Estadual Delta do Jacuí 3. Área de Proteção Ambiental Delta do Jacuí 4. Cidadania I. Título.

CDU 911.2

---

Catálogo na Publicação

Biblioteca Instituto de Geociências - UFRGS

Veleida Ana Blank

CRB 10/571

*“Sem conseguir resolver para onde olhar durante todo esse tempo, Dafé se admirou de haver tanta ciência naquela gente comum, se admirou também de nunca ter visto nos livros que pessoas como essas pudessem possuir conhecimentos e habilidades tão bonitos, achou até mesmo a mãe uma desconhecida, misteriosa e distante, em seu saber nunca antes testemunhado. Quantos estudos não haveria ali, como ficavam todos bonitos fazendo ali suas tarefas, agora também ela ia ser pescadora! Até pouquinho, estivera meio convencida porque ia ser professora e portanto sabia muito mais coisas do que todos eles juntos, mas se via que não era assim. Tinha gente que fiava o pano, gente que trabalhava a madeira, gente de toda a espécie, e tudo requeria grande conhecimento e muitas coisas por dentro e por trás desse conhecimento – talvez fosse isso a vida, como ensinava Vô Leléu, quanta coisa existia na vida! Que beleza era a vida, cada objeto um mundão com tantas outras coisas ligadas a ele e até um pedaço de pano teve alguém para prestar atenção só nele um dia, até tecê-lo e acabá-lo e cortá-lo, alguém que tinha conhecimentos tão grandes como esses pescadores e navegadores, mas já se viu coisa mais bonita neste mundo do nosso Deus? Dafé sentiu até um pouco de vontade de dançar, deu uns tapinhas acelerados na borda do barco, deu uns gritinhos, sapateou de emoção, correu de um lado para o outro, vendo aqui o peixe que vinha, ali o anzol sendo iscado, acolá o plaf-plaf das chumbadas engolidas pela água – mas oba, oba, oba, esta vida não é uma beleza cheia de novidades? Agora ela também queria trabalhar de navegadora e pescadora. Mas também queria ser professora. E o que é que ela queria mesmo? Queria ser tudo, isso sim! Porque cada ofício tem o seu conhecimento da vida, quantos lados tem a vida, Vô Leléu?”*

João Ubaldo Ribeiro, *Viva o Povo Brasileiro*.

## **PRÓLOGO – Refletindo a vida e o processo.**

Na minha concepção, todo o texto traz duas questões dentro de si que não estão necessariamente postas nas palavras nele escritas. A primeira delas é a autoria, mas não aquela objetiva do nome da pessoa que o escreveu, mas sim uma autoria mais profunda, a da subjetividade da pessoa que está escrevendo. Um texto está carregado da história de vida de seu autor, da cultura compartilhada pelo mesmo, da fé que carrega em si e, principalmente, das questões que passam pela vida do autor no momento em que este escreve.

A segunda questão que um texto traz em si é o tempo. Já foi dito muitas vezes que um texto é datado e deve ser lido com esse olhar, levando-se em consideração o momento em que ele foi produzido. Contudo, acredito que esse tempo que o texto traz não é apenas o tempo histórico, mas também o tempo pessoal daquele que escreve – um tempo que poderíamos chamar “de maturação” do autor. E isso se relaciona diretamente com a primeira questão aqui posta.

Até aqui nenhuma novidade e nenhum problema. A questão é como transparecer isso em um texto acadêmico (tipo de texto ao qual me proponho nas páginas adiante, modalidade que, em tese, deveria ser impessoal e objetiva)? Esta dissertação de mestrado só está sendo escrita hoje e com o conteúdo nela posto devido a uma série de fatos que ocorreram ao longo da minha vida que são muito maiores que os objetivos que apresentarei ou a justificativa que colocarei mais adiante – ou, ainda, o que um método poderia demonstrar. Um pequeno interesse aqui, uma crise de consciência ali, um choque de realidade acolá, um desejo de justiça que perpassa tudo isso. E, para juntar essas coisas todas, a vontade, a necessidade de refletir sobre a vida. Não apenas sobre os documentos e textos lidos ou sobre as conversas com meus “objetos” de pesquisa, ou ainda sobre a realidade da área de estudo, mas sobre algo maior que permeia e conecta tudo isso.

Por essas inquietações, chego a mais um questionamento que sobrevoa minha cabeça: o que é ser mestre? Conversando com alguns colegas e professores, ouvi que a atual lógica dos mestrados acadêmicos era a aplicação

de uma técnica, de um método ou procedimento. Ouvi também que esse trabalho era apenas o início de uma vida de pesquisas - é apenas o primeiro passo com as próprias pernas. Contudo, em outros tempos e/ou espaços, “mestre” é uma palavra que carrega um sentido profundo de sabedoria., sabedoria essa que se relaciona com uma gama de conhecimentos específicos sobre algo, uma técnica ou uma arte, mas também – e, sobretudo – à vida. As questões que se relacionam a esse algo, técnica ou arte, suas implicações e extrapolações são fundamentais. Assim sendo, esse “sentido original” da palavra *mestre* me parece mais atraente que o atual significado dado pelo meio acadêmico, pautado cada vez mais por uma lógica produtivista típica do nosso momento histórico. Já foi dito diversas vezes que informação, conhecimento e sabedoria são coisas distintas; talvez estejamos focando muito nos dois primeiros e pondo a sabedoria um pouco de lado.

Fundamental para entender essa concepção é o fato de que venho de uma família de acadêmicos, sendo assim, essa lógica presente no pensar acadêmico é, literalmente, familiar a mim. Não quero, com isso, afirmar que conheço tudo de ciência, mas sim que me parece mais fácil acessar essa linguagem. Porém, essa forma de ver, pensar e estar no mundo é totalmente exótica para a massa, para o povo. Os assuntos sobre os quais versa, a sua maneira, estão distantes da grande maioria da população brasileira. População essa que, apesar disso, (ou seria *graças a isso?*) está recheada de mestres cotidianos, pessoas que, com sua simplicidade, carregam elaboradas e belas explicações de mundo. Nesse sentido, é essa a minha grande busca. Buscar, compreender e compartilhar da sabedoria dos mestres da pesca, dos mestres da floresta, dos mestres da cultura popular, dos mestres de capoeira, dos mestres da agricultura familiar, dos mestres da vida e trocar conhecimentos com eles. Vivenciar um pouco da vida deles é buscar esse outro mundo, essa outra realidade que, por ser realidade de mais pessoas, talvez seja mais real que as outras. É claro que eu nunca serei eles, eles serão sempre “os outros” e eu, “o pesquisador”. Não posso falar por eles, entretanto, posso falar deles e com eles, na busca de construir discursos livres de preconceitos e mais humanos. Dessa maneira, chegaremos a uma sociedade mais justa.

A sensação que eu tinha antes de iniciar essa dissertação e com ela aprofundar meu processo de amadurecimento enquanto pessoa ganhou força.

Importante nesse processo foi minha ida para Tefé, onde senti na pele um desconforto cotidiano que potencializou meu desejo de mudança. A aparência do corpo, a roupa, as palavras utilizadas, a forma de construir uma frase, tudo isso demonstra de onde viemos (o que Milton Santos chamou de *corporeidade*), e é sim fundamental para o acesso ou para a privação da cidadania em seu sentido mais amplo.

Cotidianamente fui visto como alguém de fora, alguém superior por ser do sul do país e por ter tido a possibilidade de estudar em bons colégios e numa boa universidade. Queria alugar uma casa – não me ofereciam o que tinham por vergonha daquilo que possuíam; queria um trabalho – acreditavam que eu era “bom demais” para a vaga. Nas conversas, era como se tudo que eu dissesse fosse a verdade absoluta, e eles nada (ou quase nada) tivessem a me ensinar.

Senti, às avessas, o que a maior parte da população brasileira sente em seu cotidiano. Queria me incluir, mas o que sou não possibilitava isso em sua totalidade, eu era “o outro”. Contudo, a maior parte da população não tem a possibilidade de voltar para o seu lugar de origem. Esses estão atrelados a uma condição de outridade. Inclusive, interiorizam a inferioridade que lhes é imposta e aceitam sua condição de “menos gente”.

Já que não sou “eles”, pretendo construir com eles. Auxiliar no processo de superação desses preconceitos a partir de onde posso e de onde, provavelmente, serei mais útil. Se o acadêmico está em mim, e a aceitação disso não é/foi fácil, é a partir desse meio que posso fazer algo: trazer para a academia um olhar mais fraterno é meu maior objetivo.

*Tefé, Maio de 2014.*

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de iniciar agradecendo a todos os mestres – acadêmicos e populares - que contribuíram para o processo de escrita dessa dissertação e para meu amadurecimento enquanto pessoa ao longo do caminho. Grato por dividirem seus conhecimentos.

Agradeço também a todos os moradores do Delta do Jacuí que resistem e re-existem cotidianamente. Sua força é o estímulo para a caminhada e seu exemplo é fonte de inspiração e reflexão. Seus saberes são possibilidade de férteis diálogos.

Agradeço aos companheiros do Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente (NEGA). As geo-grafias que participamos juntos estão marcadas em mim.

Importante, também, mencionar o auxílio financeiro recebido do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

Por fim, agradeço a minha companheira, à família e aos amigos. A paciência e a compreensão pelos momentos em que estava imerso na dissertação e a companhia nos momentos em que precisava me distanciar dela foram muito importantes.

## SUMÁRIO

RESUMO	10
ABSTRACT	11
INTRODUÇÃO - Os caminhos que trilhei e os rumos que escolhi.	12
1. JUSTIFICATIVA - Por que tomar esse rumo.	20
2. OBJETIVO - Lá onde gostaria de chegar.	22
2.1. OBJETIVOS ESPECÍFICOS - Alguns passos fundamentais.	22
3. REFERENCIAL TEÓRICO - A luz que ilumina o caminho.	23
3.1. UNIDADE DE CONSERVAÇÃO.	24
3.2. AMBIENTE.	31
3.3. TERRITÓRIO.	38
3.4. CIDADANIA.	46
3.5. DIÁLOGO DE SABERES.	51
4. CONCEPÇÕES E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS - Possibilidades de caminhos.	59
5. SUJEITOS DA PESQUISA - Companheiros de caminhada.	64
6. HISTÓRICO DA ÁREA - Tempos e espaços pelos quais passei.	73
6.1. PERÍODO ANTIGO.	77
6.2. PERÍODO TRADICIONAL.	79
6.3. PERÍODO MODERNO.	83

6.4. PERÍODO CONTEMPORÂNEO.	87
<hr/>	
7. O PARQUE ESTADUAL DELTA DO JACUÍ E A ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL ESTADUAL DELTA DO JACUÍ – Longas caminhadas.	97
<hr/>	
7.1. REUNIÕES DO CONSELHO DELIBERATIVO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL ESTADUAL DELTA DO JACUÍ.	118
<hr/>	
8. A ESCOLA – Um caminho possível. Ou não?	130
<hr/>	
CONCLUSÃO - Mais um passo adiante	136
<hr/>	
REFERÊNCIAS	140
<hr/>	

**RESUMO:** esta dissertação faz uma análise dos conflitos ambientais, territoriais e de cidadania dos moradores do Parque Estadual Delta do Jacuí (PEDJ) e da Área de Proteção Ambiental Delta do Jacuí (APAEDJ) no estado do Rio Grande do Sul. Como premissa, acredito que a criação de unidades de conservação objetivando a mitigação de uma crise ambiental acaba gerando uma problemática territorial e impacta também na cidadania das comunidades residentes em seus limites. Essas questões são percebidas a partir de um intenso convívio com as comunidades na área, tendo como base a pesquisa participante, e também são frutos de análises de documentos referentes à gestão das unidades de conservação, tendo como base a análise de conteúdo. A partir disso, percebeu-se que existem questões culturais mais profundas que causam esses conflitos na medida em que diferentes grupos, que compartilham de diferentes racionalidades, objetivam usos contraditórios.

**PALAVRAS-CHAVE:** Unidades de conservação; Parque Estadual Delta do Jacuí; Área de Proteção Ambiental Delta do Jacuí; conflitos; cidadania.

**ABSTRACT:** this dissertation is an analysis of environmental, territorial and citizenship conflicts of the residents of Parque Estadual Delta do Jacuí (PEDJ) and the Área de Proteção Ambiental Delta do Jacuí (APAEDJ) at Rio Grande do Sul. As a premise, I believe the creation of protected areas with the objective of mitigating an environmental crisis generates a territorial issue and also impacts on the citizenship of communities living within its boundaries. These issues are perceived from an intense contact with the communities in the area, based on participatory research, and are also fruits of analysis of documents concerning the management of protected areas, based on the content analysis. From this, it was noticed that there are deeper cultural issues that cause such conflicts because different groups that have different rationalities, aim contradictory uses.

**KEY-WORDS:** Protected areas; Parque Estadual Delta do Jacuí; Área de Proteção Ambiental Delta do Jacuí; Conflicts; Citizenship.

## **INTRODUÇÃO - Os caminhos que trilhei e os rumos que escolhi.**

A presente dissertação tem como tema central o Delta do Jacuí e as pessoas que lá vivem, bem como o relacionamento destas com aquele espaço: o Parque Estadual do Delta do Jacuí (PEDJ) e a Área de Proteção Ambiental do Delta do Jacuí (APAEDJ). Aliado a isso, é um momento de reflexão sobre um espaço que carrego em mim. O Delta do Jacuí faz parte da minha vida desde o ano de 2009 quando decidi escrever meu Trabalho de Conclusão de Curso sobre os carroceiros e recicladores que vivem nas ilhas. Desde lá, minhas pesquisas e meus trabalhos passam por aquela área.

No processo de pesquisa e de escrita do Trabalho de Conclusão que possibilitou minha formação como Bacharel em Geografia, acabei realizando oficinas de capoeira com as crianças da Ilha do Pavão como forma de “retribuição” às ajudas recebidas pelos catadores de lá. Essas oficinas ocorreram até o final do ano de 2010<sup>1</sup>. Ainda no ano de 2010, o Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente (NEGA), sob coordenação da professora Dirce Suertegaray, aprovou um projeto junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) que tem como uma das áreas de estudo o Delta do Jacuí. Nesse projeto realizamos oficinas de mapeamento participativo com estudantes da escola estadual Almirante Barroso, localizada na Ilha da Pintada – Bairro Arquipelago, Porto Alegre –, buscando entender a relação desses alunos com o território da APAEDJ e do PEDJ bem como com a natureza<sup>2</sup>. No ano seguinte, em 2011, iniciei um trabalho como educador social no Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP) no projeto intitulado “Delta do Jacuí: Gestão Integrada de Recursos Pesqueiros”, junto aos pescadores do Delta do Jacuí. Esse projeto foi financiado pelo Ministério da Pesca e Aquicultura e tinha como objetivo fortalecer o Fórum da Pesca do Delta do Jacuí, Lago Guaíba e Norte da Laguna dos Patos/RS, bem como apoiar o processo participativo de criação de um acordo de gestão dos recursos pesqueiros da área. O projeto se encerrou no final do ano de 2012, porém, concomitante a isso, ao longo do ano de 2012,

---

<sup>1</sup> Ver FRANTZ, 2010a, 2010b, 2011a e 2011b.

<sup>2</sup> Ver FRANTZ, 2011; FRANTZ e FERREIRA, 2013; PAULA e FRANTZ, 2011.

para a finalização do curso de Licenciatura em Geografia, realizei meus estágios de docência nas Ilhas. Ambos os estágios – de Ensino Fundamental no primeiro semestre e Ensino Médio no segundo semestre – foram realizados na Escola Estadual Almirante Barroso, na Ilha da Pintada. No início desse mesmo ano, ingressei no Mestrado em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), tendo como área de estudo o Delta – aqui se materializando na forma da presente dissertação. Depois de formado em Licenciatura, em novembro de 2012, fui chamado no concurso para professor do estado do Rio Grande do Sul e assumi a vaga de professor de Geografia na Escola de Ensino Fundamental Maria José Mabilde, também na Ilha da Pintada, onde fui professor ao longo do ano de 2013<sup>3</sup>. Nota-se, com isso, meu vínculo com esse ambiente.

As ilhas do Delta do Jacuí, junto à cidade de Porto Alegre, apresentam enorme singularidade se comparada com o restante da cidade. Essa singularidade aparece em diversos trabalhos acadêmicos, textos, reportagens, etc., seja naqueles que se referem às dinâmicas naturais, seja naqueles que se referem às dinâmicas sociais.

O Delta do Jacuí localiza-se na foz de quatro grandes rios do Rio Grande do Sul – Jacuí, Caí, dos Sinos e Gravataí – e é constituído, principalmente, pelas ilhas que são geradas quando esses rios deságuam ao norte do Lago Guaíba. Politicamente falando, essa área faz parte de cinco municípios: Porto Alegre, Canoas, Nova Santa Rita, Triunfo e Eldorado do Sul. No caso do município de Porto Alegre, as ilhas do Delta do Jacuí configuram o Bairro Arquipélago<sup>4</sup>.

As ilhas que formam o local foram geradas pelo acúmulo dos sedimentos trazidos pelos quatro rios que deságuam na grande massa de água que é o Guaíba. Ao encontrarem o Lago, os rios Jacuí, Caí, dos Sinos e Gravataí, que drenam aproximadamente 110.000 km<sup>2</sup> (CHIAPPETTI, 2005, p.26), perdem velocidade e capacidade de transporte de carga, e os sedimentos trazidos são ali depositados.

Segundo Chiappetti, o Delta do Jacuí

---

<sup>3</sup> Ver FRANTZ e FARIA, 2013. Algumas fotos que mostram um pouco dessa caminhada estão presentes na figura 2 na página 73.

<sup>4</sup> Alguns detalhes desse contexto estão expressos no mapa de localização e acessos (figura 1) presente na página 18.

está situado na porção centro-oriental do estado do Rio Grande do Sul. Ocupa uma porção aproximada de 210 Km<sup>2</sup>, incluindo-se nesse total rios, canais, sacos e terras emersas, entre as coordenadas geográficas de 29°53' e 30°03' de latitude sul e 51°28' e 51°13' de longitude oeste. (2005, p.24).

O Delta do Jacuí, além de ser a área de confluência para os rios, também pode ser considerado o “ponto de encontro” entre as quatro grandes unidades geomorfológicas do estado: o Planalto Meridional ao norte, a Planície Costeira ao leste, a Depressão Periférica ao oeste e o Planalto Sul-Riograndense ao sudoeste (CHIAPPETTI, 2005, p.26). Ele apresenta também grande importância na dinâmica hídrica da região: serve como regulador de cheias e vazantes, na medida em que as ilhas funcionam como verdadeiras esponjas aprisionando a água e liberando-a lentamente. O Delta serve também como filtro da água que ali chega. Esse fato é marcante, pois a maior parte da água consumida na cidade de Porto Alegre vem, justamente, do Lago Guaíba.

Esses fatores, entre outros, levaram à criação do Parque Estadual Delta do Jacuí (PEDJ), em 1976. Essa unidade de conservação foi pensada com o intuito de garantir a manutenção desse ambiente inalterado, visando à garantia da qualidade da água, produção de pescado e beleza cênica. Entretanto, quando da criação dessa unidade de conservação, não se levou em conta a presença das pessoas que já viviam naquele local há gerações, comunidades essas que continuaram habitando a área.

Historicamente, as ocupações humanas no Delta aconteceram há muitos séculos, quando o local era utilizado pelos índios Guaranis, principalmente para pesca. Contudo, a vinda dos bandeirantes, oriundos de São Paulo, em busca de indígenas para escravizar, acabou afastando-os da região (PORTO ALEGRE, 1995, p.21).

O uso mais intenso da área volta a se verificar a partir da consolidação da cidade de Porto Alegre. Com o crescimento da cidade, houve também a demanda por alimentos, seja para a população, seja para os animais – cavalos em especial. O Delta, então, assume este papel: provedor de leite, hortaliças, arroz, feijão, milho e outros gêneros alimentícios, além do capim para os animais. Contudo, o principal produto que a população do Delta tinha a oferecer era o pescado.

Por conta disso, estabeleceu-se a colônia de pescadores Z-9 (atual Z-5). Ela situa-se ainda hoje na Ilha da Pintada, a uma pequena distância – aproximadamente dois quilômetros em linha reta por água – do centro de Porto Alegre. Nesse contexto, aos poucos, criou-se o que podemos chamar de *cultura das águas* (PORTO ALEGRE, 1995, p.93); nessa cultura, podemos perceber uma relação diferenciada com a natureza e suas dinâmicas – as cheias, principalmente. Esse modo de vida se mantém até a inauguração da Travessia Regis Bittencourt, as pontes do Guaíba, em 1958 (BR-290/116). A possibilidade de acesso às ilhas por terra gerou um aumento da ocupação daquele espaço por parte de populações de baixa renda, principalmente às margens da rodovia, que viam ali uma alternativa à falta de moradias (CHIAPPETTI, 2005, p.43), afinal de contas, o Delta seria uma grande área “vazia” próxima ao centro da cidade. Além disso, entre 1973 e 1976, a Prefeitura de Porto Alegre manteve um lixão na parte norte da Ilha do Pavão. Esse lixão configurou-se como fonte de renda, a partir da coleta e separação do lixo, e também deve ser considerado ao avaliarmos a chegada de populações mais pobres nas ilhas (DEVOS, 2007, p.178).

O PEDJ, no entanto, nunca foi de fato implantado. Verifica-se um grande aumento populacional na área entre os anos de 1980, com 2.183 habitantes, e os anos 2000, com 5.061 habitantes, no Bairro Arquipélago, em Porto Alegre, segundo dados do IBGE; isso sem falar nas demais áreas do Parque. Atualmente, segundo o último censo (2010), lá moram 8.330 pessoas.

No ano de 2000, foi aprovado, então, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, o SNUC. Esse código federal prevê as tipologias de unidades de conservação e suas características. Entre elas está a categoria de Parque, que não prevê a existência de populações em sua área. Daí surge a necessidade de reenquadramento do PEDJ em outra categoria de área protegida do ponto de vista da legislação federal, que deve ser respeitada pelos estados; havia, portanto, a necessidade de alguma mudança jurídica.

Essa questão da mudança de categoria do PEDJ movimentou forças políticas no Rio Grande do Sul. De um lado uma parcela do movimento ambientalista cobrando que as ilhas fossem de fato preservadas, e o ambiente natural, mantido. De outro lado, um grande número de pessoas que objetivavam garantir seu direito à moradia e manutenção do seu modo de vida.

Em meio a isso, políticos e partidos buscando defender alguma bandeira, posicionando-se nas discussões e grupos econômicos, buscando a possibilidade de uso da área.

Após ampla movimentação dos mais diversos setores da sociedade, pensando em uma forma de ajustar essa unidade de conservação, em 2005 a área do antigo Parque foi ampliada e dividida em duas unidades distintas: a Área de Proteção Ambiental Estadual Delta do Jacuí (APAEDJ) e o Parque Estadual do Delta do Jacuí (PEDJ), que teve sua configuração territorial ajustada<sup>5</sup>. Ainda no que diz respeito à criação da APAEDJ, é importante salientar que houve um grande envolvimento das populações residentes na área do então Parque nas movimentações políticas, visando à alteração dessa categoria para a de Área de Proteção Ambiental. Essa mudança era entendida por eles como possibilidade de ter assegurado o direito de permanecerem no local onde moram, tendo, portanto, a luta pelo seu território grande importância nesse processo. Contudo, a possibilidade de consolidação de habitações na área da APAEDJ acabou também por atrair moradores de alta renda. Esses residentes buscaram essa área em função de seus atrativos ligados ao mercado imobiliário, tais como a proximidade do centro da cidade e o contato com a natureza.

Conversando com algumas lideranças locais, percebe-se certo sentimento de arrependimento; é como se o objetivo deles tivesse sido deturpado. A sua luta por moradia atualmente representa uma possibilidade de perda de territórios tradicionalmente usados na medida em que áreas antigamente ocupadas por pessoas simples estão sendo substituídas por casas de alto luxo.

A partir do exposto acima, o presente trabalho apresentará uma análise da realidade do Delta do Jacuí e dos *conflitos*<sup>6</sup> que lá tomam forma, em especial no que se refere ao Bairro Arquipélago (parte mais densamente habitada) no que tange a relação entre os diferentes grupos que lá vivem ou utilizam a área entre si e o Estado na figura da APAEDJ e do PEDJ. Para tanto,

---

<sup>5</sup> Essa mudança e atual situação é mostrada na figura 1 na página 18.

<sup>6</sup> A compreensão de *conflito* nessa pesquisa compartilha da noção trazida por Acselrad (2010), de materialização no espaço de tensões sociais resultantes de diferentes concepções e interesses acerca do uso da natureza. Nesse sentido, a noção de conflito carrega em si componentes territoriais e ambientais.

busco refletir a partir de duas perspectivas distintas, mas que se complementam. De um lado, faço uma análise documental a partir, principalmente, da leitura das atas das reuniões do Conselho Deliberativo da APAEDJ e da proposta de plano de manejo do PEDJ. Por outro lado, busco uma reflexão sobre as vivências que tive ao longo desses seis anos de trabalhos e pesquisas na e sobre a área.

No primeiro momento, faço uma reflexão das relações espaciais presentes na realidade da área a partir do ponto de vista da teoria geográfica. Para tanto busco suporte nos conceitos de unidades de conservação, ambiente, território, cidadania e diálogo de saberes como forma de balizar as análises presentes ao longo dessa dissertação.

No segundo momento, apresento a forma com que analiso o material que tenho em mãos. De um lado as experiências pessoais vividas no Delta; de outro as atas do conselho deliberativo da APAEDJ e a proposta de plano de manejo do PEDJ. De um lado, a noção de enxarcamento de realidade presente em Paulo Freire (1987) e da perspectiva de uma pesquisa participante; de outro uma leitura crítica que busca perceber os temas discutidos a luz da teoria apresentada a partir da perspectiva de uma análise de conteúdo.

Em um terceiro momento, trago um entendimento sobre quem são essas pessoas com as quais convivi e das quais falo ao longo do trabalho. Entendo que os conflitos existentes na área decorrem da relação entre os diferentes grupos e desses com aquele espaço. Mas, quais são os grupos que utilizam o espaço do Delta? Essas pessoas podem ser pensadas como uma comunidade tradicional? Como classificá-las? Essas são algumas das perguntas que busco responder nesse capítulo.

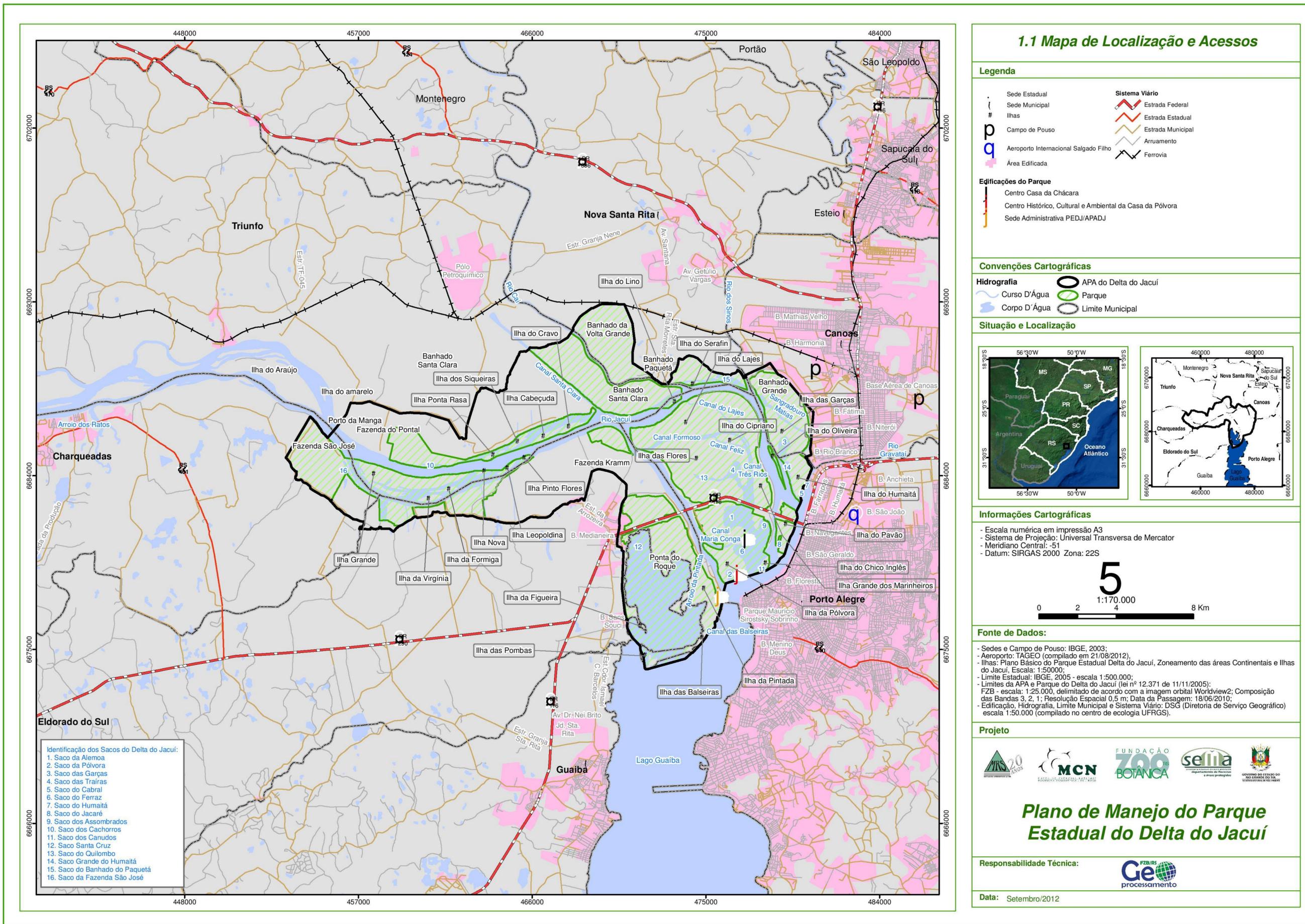
Na sequência, busco compreender melhor como se deu a formação e a ocupação do Delta do Jacuí em sua dinâmica histórica, ambiental e territorial. Abordo nesse capítulo as questões de formação natural da área a partir das dinâmicas hídricas; em como se deu a ocupação humana das ilhas ao longo do tempo; como esses grupos se relacionavam com a natureza e como usaram o espaço do Delta formando seus territórios; como isso ocorre atualmente. Para tanto utilizo a ideia presente em Milton Santos (2009) de periodizar o tempo para dessa forma empiricizá-lo, torna-lo geográfico.

Posteriormente, apresento as análises e reflexões realizadas do material que tenho em mãos. Descrevo o que percebi sobre a relação desses grupos entre si e o Estado nas reuniões do Conselho Deliberativo da APAEDJ. Aponto quais são os conflitos ambientais e territoriais expressos, onde e como aparecem as questões referentes à cidadania (em especial dos mais pobres) e se existe o diálogo entre os diferentes saberes presentes no uso e na gestão da APAEDJ. Busco também na materialização da proposta do plano de manejo do PEDJ um possível diálogo de saberes.

Por fim, amplio o foco para pensar em uma possibilidade que poderia levar a superação de algo que julgo fundamental – a não efetivação da cidadania e do diálogo entre os diversos saberes que formaram e permeiam o Delta do Jacuí. Na minha concepção e pelas minhas escolhas pessoais, a educação escolar poderia ser a possibilidade de superação de conflitos atuais e busca de novas perspectivas de futuro tanto para aquele espaço quanto para aquelas pessoas. No entanto, cabe a pergunta: Até que ponto a estrutura escolar e de ensino possibilita o diálogo entre diferentes saberes e a formação de cidadãos?

Concluindo esse texto, trago algumas reflexões sobre o processo da dissertação e da convivência na área do Delta do Jacuí. Retomo alguns pontos trabalhados buscando uma amarração das diferentes ideias presentes no texto. Indico ainda possíveis questões a serem trabalhadas, seja nas dinâmicas espaciais da área, seja na perspectiva de encaminhamento de reflexões futuras.

FIGURA 1 – Mapa de localização e acessos da APAEDJ e do PEDJ



FONTE: Plano de Manejo do Parque Estadual Delta do Jacuí (FZB, no prelo).

## 1. JUSTIFICATIVA - Por que tomar esse rumo.

*“O sociólogo [ou o geógrafo], como qualquer especialista em ciências sociais, está sempre condicionado, em sua especulação, por um a priori de caráter existencial, tenha ou não consciência disso. Decorre o fato de que sua consciência se elabora invariavelmente a partir do trato com os objetos e as pessoas do mundo particular em que vive. Não existe um eu acósmico ou a-histórico capaz de postar-se diante do mundo, livre de condicionamentos. O eu e a consciência do eu brotam do “nós” que os antecede lógica e historicamente. A consciência ingênua não percebe a implicação recíproca do ser humano e do mundo. Resíduo de uma ingenuidade se encontra na atitude do cientista que acredita numa ciência imune de condicionamentos.”*

Guerreiro Ramos, *A Redução Sociológica*.

O contexto que se apresenta no Delta do Jacuí ainda necessita de estudos no âmbito da Geografia que tratem dos assuntos referentes a esse espaço, seu uso e ocupação e as questões relativas às unidades de conservação que estão ligadas à área. As diversas intenções de uso da natureza no Delta objetivadas pelos diferentes grupos sociais – pescadores, carroceiros, pessoas de baixa e de alta renda, clubes náuticos, empresas, Estado – configurando seus territórios já seria um tema instigante e necessário de ser analisado de forma aprofundada. Aliado a isso, como nos ensina Porto-Gonçalves ao falar sobre a relação entre o homem e a natureza:

o homem é um ser que por natureza produz cultura; esta é sua especificidade natural. (...) os homens ao longo da história criam normas, regras e instituições não para evitar cair no estado de natureza. Ao contrário, eles o fazem desenvolvendo a sua própria natureza não somente em função dos estímulos advindos do meio ambiente, mas também das relações que os homens estabelecem entre si. O homem é um animal que vive nos mais diferentes ecossistemas, não só se adaptando a eles mas, também, (...), moldando-os a ele, em virtude das suas necessidades histórico-culturalmente desenvolvidas (PORTO-GONÇALVES, 2010, p.94).

Em outras palavras, a cultura e a natureza se relacionam e se criam mutuamente, sendo característica intrínseca ao ser humano a adaptação à natureza na qual está inserido, ao mesmo tempo em que altera essa mesma natureza com o intuito de suprir suas necessidades. Ou seja, não se trata apenas de pensar nas questões territoriais do Delta do Jacuí, de como alguns

grupos estão impondo suas lógicas de uso frente a outros. Também não se trata apenas de entender as questões ambientais visando preservar a natureza. O ponto é compreender como essas questões se relacionam e estão intimamente vinculadas à gestão e uso desse espaço que é o Delta. Portanto, um estudo que envolve essas duas dimensões – sociedade e natureza –, buscando entender como elas se relacionam na (con)formação do Delta do Jacuí, é fundamental caso se busque uma melhoria na compreensão das causas de, pelo menos, parte dos conflitos que lá se estabelecem e sua superação.

A partir dessa compreensão, busca-se então uma ação política em conjunto com pessoas com as quais convivi ao longo das vivências na área, objetivando dessa forma a efetivação de nossa cidadania. Essa cidadania se dá, assim almejo, de duas formas: a primeira é que mais pessoas se interessem em participar das questões que dizem respeito à gestão territorial do Delta, busquem os espaços de participação já existentes e até criem novos espaços se assim julgarem necessário; a segunda é que essas pessoas façam valer seu direito de participar de forma efetiva da gestão da área. Ou seja, mais que a possibilidade de falar, busca-se a possibilidade de que elas sejam ouvidas.

Dessa forma, busco auxiliar e participar da efetivação do diálogo amplo, horizontal e não hierarquizado entre os diferentes grupos que coexistem na área. Acredito que somente dessa maneira a cidadania desses grupos pode se realizar de forma efetiva.

## **2. OBJETIVO - Lá onde gostaria de chegar.**

Buscar na Geografia subsídios teóricos de forma que auxiliem na visualização e compreensão das relações entre os diferentes grupos presentes na área do Delta do Jacuí percebendo como se dá a participação desses grupos na gestão da Área de Proteção Ambiental do Delta do Jacuí a partir de suas falas no Conselho Deliberativo dessa unidade de conservação para dessa forma auxiliar no processo de luta por cidadania.

### **2.1. OBJETIVOS ESPECÍFICOS - Alguns passos fundamentais.**

- 1) Traçar um histórico da área do Delta do Jacuí, a fim de contextualizar o processo de ocupação e formação dos diferentes territórios e das distintas relações ambientais com o Delta;
- 2) Visualizar quais são os grupos sociais no Delta do Jacuí de hoje e entender como eles se relacionam;
- 3) Perceber no âmbito do Conselho Deliberativo da Área de Proteção Ambiental do Delta do Jacuí quais são os interesses dos distintos grupos na área e como eles aparecem nas discussões dentro do conselho a partir dos conceitos de território, ambiente, cidadania e diálogo de saberes;
- 4) Analisar a proposta de plano de manejo da Área de Proteção Ambiental do Delta do Jacuí a partir dos conceitos de ambiente, território, cidadania e diálogo de saberes;
- 5) Visualizar se ocorreu a incorporação e como se apresentam os interesses dos diversos grupos sociais presentes no Delta do Jacuí nos planos de manejo, ou seja, se houve um diálogo entre os saberes que ali se encontram.

### 3. REFERENCIAL TEÓRICO - A luz que ilumina o caminho.

A seguir, apresento algumas ideias que balizam a interpretação do trabalho e da realidade empírica vivenciada ao longo da pesquisa. Esse referencial é fruto de uma leitura a partir da realidade local, com o objetivo de melhor compreendê-la. Nesse sentido, o intuito é analisar a realidade a partir da teoria, repensando essa, bem como, por meio da teoria, compreender melhor os processos que se dão naquela realidade.

Como premissa, parto da ideia de que existe uma crise ambiental que justifica a criação de unidades de conservação. Estas, por sua vez, podem ser entendidas como territórios, pois são espaços que apresentam gestão (usos e práticas) diferenciada. Contudo, em muitas das áreas onde essas unidades são criadas, já havia pessoas morando, as quais passam a ter seus hábitos alterados ou mesmo proibidos. Esse contexto engendra uma problemática que diz respeito à cidadania desses grupos, uma vez que, grosso modo, apresentam mais deveres do que direitos e perdem a possibilidade de gerir seus territórios (tradicionais ou não). A partir desse cenário, entendemos que o diálogo entre o saber técnico-científico (base da gestão das unidades de conservação) e o saber tradicional ou popular dessas comunidades apresenta-se como real possibilidade de superação dessa problemática, uma vez que garantiria às comunidades a efetiva gestão de seus territórios e manutenção de suas culturas.

A partir disso, alguns conceitos serão abordados, sinalizando especificamente a linha de raciocínio que sustenta a premissa acima, buscando, assim, uma melhor compreensão da questão. Para que a exposição se dê de forma mais coerente, serão trabalhados em separado os conceitos de *unidade de conservação*, *ambiente*, *território*, *cidadania* e *diálogo de saberes*; todavia, é fundamental esclarecer que todos eles se relacionam e se subsidiam diretamente de forma complexa na realidade da área em questão e na forma como se organiza o raciocínio.

### 3.1. UNIDADE DE CONSERVAÇÃO.

Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), uma unidade de conservação (UC) é definida por ser um

espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. (BRASIL, 2002).

As UCs são divididas em dois grandes grupos básicos: as unidades de proteção integral, quando não pode haver o uso direto dos recursos naturais; e as unidades de uso sustentável, quando uma parcela dos recursos pode ser utilizada, porém de forma sustentável. Portanto, o grau de interferência humana nos processos naturais que ocorrem dentro desse “espaço territorial” é o grande fator que leva à criação dessa subdivisão em dois grupos.

No caso do Delta do Jacuí, existe uma coexistência entre esses dois grupos. Para o caso das unidades de proteção integral, temos o Parque Estadual Delta do Jacuí (PEDJ); enquanto para o grupo das unidades de uso sustentável, temos a Área de Proteção Ambiental Delta do Jacuí (APAEDJ).

Ainda segundo o SNUC, os objetivos da criação de uma UC, além da preservação da natureza, são vários. Entre eles, merecem ser frisados a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos, a proteção de paisagens naturais pouco alteradas e a recuperação e restauração de ecossistemas degradados entre outros. Dos treze objetivos listados pelo SNUC, apenas dois estão relacionados ao uso direto dos recursos naturais existentes no interior das UCs, sendo que um deles fala em desenvolvimento sustentável, e o outro fala em preservação dos recursos necessários para a subsistência de comunidades tradicionais.

Para que esses objetivos sejam assegurados, essa lei fala em realização de estudos técnicos visando a ter garantidos os locais, os limites e o tamanho adequado das unidades. Conforme a proporção dos objetivos das UCs listados acima entende-se que a grande preocupação, portanto, é na manutenção da natureza intocada, sendo que a escala dos processos a serem protegidos deve ser verificada cientificamente.

Contraditoriamente, essa lei afirma que é fundamental o envolvimento da sociedade civil e de organizações não governamentais na gestão das unidades e faz especial referência às comunidades locais, assegurando a elas poder de voz no que tange a “criação, implantação e gestão” dessas áreas (BRASIL, 2002).

O SNUC afirma que a gestão das UCs deverá ser realizada a partir de um plano de manejo. Segundo o SNUC, esse documento se define por ser o

documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade (BRASIL, 2002).

Entende-se, portanto, que tal documento, via de regra, é criado por técnicos das áreas do conhecimento ambiental – Biologia, Geografia, Engenharias... - tendo como suporte o conhecimento técnico-científico por eles adquiridos nas universidades. Ainda que, para algumas categorias de UC de uso sustentável esteja prevista a participação das comunidades – principalmente as tradicionais – atingidas pela criação e implementação das unidades, é fundamental que técnicos deem o aval para as formas como ocorrerem os usos da UC. Dessa maneira, existe uma garantia científica de que a natureza não é atingida de forma irremediável.

Sobre esse documento, o antropólogo Antônio Carlos Diegues em seu livro “O Mito Moderno da Natureza Intocada” afirma:

Muito raramente, os chamados "planos de manejo" de áreas protegidas incorporam o conhecimento e manejos tradicionais, mesmo quando grupos tradicionais ainda vivem nas áreas protegidas. Na realidade, esses "planos de manejo" também refletem essa dicotomia entre homem e natureza (DIEGUES, 2008, p.73-74).

Outra crítica faz-se necessária: uma vez que o SNUC não esclarece de que forma essas comunidades devem ser ouvidas – apenas diz que deve ser de forma ampla, não existindo critérios –, a participação passa a ser extremamente flexível. Com isso, em alguns casos (como no da APAEDJ), a participação não é efetiva, havendo inclusive uma “maquiagem” no processo para que, legalmente, ele seja garantido, ainda que na prática não tenha ocorrido de fato.

Essa percepção não é apenas minha enquanto pesquisador, mas também é a de algumas comunidades com as quais trabalhei. No caso da APAEDJ, quando a proposta de plano de manejo realizado pela empresa contratada foi apresentada houve grande mobilização e a proposta de plano foi barrada, levando, inclusive a contratação de um novo grupo – isso será melhor trabalhado em capítulo específico.

Entendemos que isso ocorre devido a dois motivos basicamente. O primeiro é que quando se contrata uma empresa privada para realizar o plano de manejo, ela está mais preocupada com a taxa de lucro que obterá com o trabalho do que com a efetiva participação das comunidades envolvidas – especialmente porque esse processo de audição demanda tempo e dinheiro. O segundo motivo deve-se à crença de que as comunidades não possuem conhecimento adequado e que a participação delas não acrescentará qualidade na elaboração do documento para a gestão da área, ou seja, existe uma desvalorização do conhecimento dessas comunidades.

Ainda no que tange o direito das comunidades tradicionais atingidas pela criação e implementação das UCs, o SNUC prevê a garantia de que essas comunidades, quando dependentes dos recursos naturais existentes na unidade, recebam meios alternativos de subsistência ou indenização financeira pela perda. Ou seja, o Estado preocupa-se apenas com a questão material e financeira das comunidades, ignorando a existência de vínculos simbólicos e identitários daquelas pessoas com seu território (o que, muitas vezes, é mais importante inclusive). Diante desse quadro, é possível deduzir qual a concepção de território presente na lógica do Estado – aprofundaremos essa questão mais adiante.

Especificamente sobre a categoria de Parques, o SNUC afirma que eles têm por objetivo

a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (BRASIL, 2002).

Além disso, os parques devem ser áreas públicas, o que implica a desapropriação das áreas particulares. Aqui se percebe outro problema no que tange os territórios tradicionais das comunidades. Geralmente as comunidades

não possuem o título de suas terras, pois nunca tiveram recursos financeiros para “regularizar” sua situação. Aliado a isso, como se localizaram em locais de difícil acesso e que, portanto, não eram interessantes no momento de expansão da ocupação e da exploração econômica do território brasileiro, essa preocupação pouco ocorreu.

As unidades de proteção integral deverão, também, contar com um Conselho Consultivo. Esse conselho será presidido pelo órgão responsável pela gestão da área (seja na esfera federal, estadual ou municipal) e poderão fazer parte dele representantes de organizações da sociedade civil.

No caso do Parque Estadual Delta do Jacuí, o órgão que presidiria o Conselho Consultivo seria a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA), na figura do gestor da unidade. Atualmente, esse cargo é ocupado por um técnico concursado, após anos de indicações políticas. Ainda assim, o conselho do parque ainda não foi implementado.

Sobre as Áreas de Proteção Ambiental (APA), o SNUC afirma:

é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (BRASIL, 2002).

Além disso, essa categoria de UC disporá de um Conselho Deliberativo que fará a gestão da área. Tal Conselho deve ser também presidido pelo órgão responsável pela administração (federal, estadual ou municipal) e farão parte dele representantes de órgãos públicos, organizações da sociedade civil e das populações residentes. No caso da Área de Proteção Ambiental do Delta do Jacuí, o gestor da APA é o mesmo do Parque.

Contudo, esse modelo de criação de áreas especiais onde a natureza e o ambiente natural poderiam ser preservados, de forma isolada do resto do território, não vem de uma concepção condizente com a realidade do nosso país. Assim afirma Diegues:

A concepção dessas áreas protegidas provém do século passado, tendo sido criadas primeiramente no Estado Unidos, a fim de proteger a vida selvagem (wilderness) ameaçada, segundo seus criadores, pela civilização urbano-industrial, destruidora da natureza (DIEGUES, 2008, p.17).

Ainda segundo ele, essas áreas eram importantes, pois se constituíam como refúgios de natureza intocada para onde a população das cidades insalubres poderia ir para recarregar as energias gastas na vida estressante e no trabalho monótono. Para comprovar a tese, basta analisarmos o SNUC, que coloca como objetivo de algumas categorias de UCs a recreação e o turismo ecológico.

O autor salienta ainda que “a idéia subjacente é que, mesmo que a biosfera fosse totalmente transformada, domesticada pelo homem, poderiam existir pedaços do mundo natural em seu estado primitivo, anterior à intervenção humana” (2008, p.17). Em outras palavras, o homem pode usar e degradar o ambiente, desde que mantenha algumas áreas intactas, onde a natureza – livre do homem – reinaria.

Ideologicamente, o autor coloca ainda que a “natureza selvagem” passa a ser vista como “o lugar da descoberta da alma humana, do imaginário do paraíso perdido, da inocência infantil, do refúgio e da intimidade, da beleza e do sublime” (p.26). A partir desse entendimento, constitui-se em nossa sociedade um “mito moderno da natureza intocada”.

Sobre esse entendimento do mito “parasitando” o pensamento moderno, Diegues esclarece que:

Quando se fala em mito moderno, refere-se a um conjunto de representações existentes entre setores importantes do Conservacionismo ambiental de nosso tempo, portador de uma concepção biocêntrica das relações homem/natureza, pela qual o mundo natural tem direitos idênticos ao ser humano. Como corolário dessa concepção, o homem não teria o direito de dominar a natureza. Esse mito tem raízes profundas nas grandes religiões, sobretudo na cristã, e está associado à idéia do paraíso perdido. Ele se revelou, no entanto, na concepção dos "parques nacionais" norte-americanos, na segunda metade do século XIX, pela qual porções de território consideradas "intocadas" foram transformadas em áreas naturais protegidas, nas quais não poderia haver morador. Essas áreas selvagens foram criadas em benefício das populações urbanas norte-americanas que poderiam, como visitantes, apreciar as belezas naturais (DIEGUES, 2008, p.55).

Por trás dessa lógica de criação de áreas “intocadas”, existe uma concepção filosófica da relação da sociedade com a natureza, na qual esses dois universos não se conectam ou integram; eles são entendidos como duas esferas distintas, até mesmo antagônicas. Uma das bases para esse

entendimento vem da concepção cristã do paraíso de Adão e Eva (DIEGUES, 2008, p.29-30).

Essa ideia, segundo Diegues, está na base do pensamento dos preservacionistas, para quem homem e natureza não podem coexistir de forma harmônica, sendo que essa relação pressupõe a destruição da natureza. Contudo, essa perspectiva de relação com a natureza que se iniciou com um sentido estético, assume um caráter científico com o surgimento da Ecologia. Desta forma, a criação das unidades de conservação assume uma perspectiva de verdade científica, cujo desenvolvimento técnico de forma de manejos garante a preservação da natureza.

Sobre essa mudança de perspectiva, Diegues traz uma importante reflexão feita por Koppes:

A conservação estética sofreu uma transição crítica quando sentiu a influência da ciência ecológica emergente. Nas mãos de Aldo Leopold e outros, a ecologia ofereceu tanto a técnica para o manejo do meio ambiente quanto uma apreciação elegante e artística da totalidade da natureza. Para uma sociedade pragmática, a ecologia forneceu uma base científica crucial que tinha as características da objetividade e da utilidade. A ecologia se afastou do cênico e do monumental. Ainda que cenários espetaculares devessem ser protegidos, a perspectiva ecológica deu prioridade à preservação de grandes áreas representativas do que Leopold chamou 'comunidades bióticas. A ênfase também mudou para o visitante que tivesse um encontro mais autêntico com a natureza (KOPPES *apud* DIEGUES, 2008, p.33).

A corrente teórica nomeada conservacionista, por sua vez, acredita na possibilidade de uma relação direta da sociedade com a natureza. Contudo, essa relação se dá pela lógica do uso sustentável. Ou seja, a natureza, quando usada de forma racional, pode tornar-se um recurso natural. Essa corrente acredita que a ciência é uma importante aliada da sociedade para esse uso racional, pois estabelece a mediação entre esses dois mundos – sociedade e natureza. Portanto, não existe uma ruptura paradigmática nessa proposta teórica, pois a natureza continua compreendida como externa ao homem, sendo usada como recurso, ainda que seu uso não implique necessariamente destruição – quando feita de uma forma racional a partir da ciência moderna. Segundo Diegues, foi Gifford Pinchot, engenheiro florestal, que desenvolveu a base teórica dessa linha:

Gifford Pinchot, engenheiro florestal treinado na Alemanha, criou o movimento de conservação dos recursos, apreçoando o seu uso

racional. Na verdade, Pinchot agia dentro de um contexto de transformação da natureza em mercadoria. Na sua concepção, a natureza é frequentemente lenta e os processos de manejo podem torná-la eficiente; acreditava que a conservação deveria basear-se em três princípios: o uso dos recursos naturais pela geração presente; a prevenção de desperdício; e o uso dos recursos naturais para benefício da maioria dos cidadãos. Essas ideias foram precursoras do que hoje se chama de "desenvolvimento sustentável". Como afirma Nash (1989), o conservacionismo de Pinchot foi um dos primeiros movimentos teórico-práticos contra o "desenvolvimento a qualquer custo" (DIEGUES, 2008, p.31).

Analisando essa lógica científica de uso sustentável e racional da natureza e de gestão das unidades de conservação, o geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves faz uma crítica interessante:

Não há como não ver nessa expressão – uso racional dos recursos naturais – também um forte componente etnocêntrico, marcado pela colonialidade do saber e do poder, haja vista ser considerado como racional aquele uso que se faz com base no saber técnico-científico convencional. Resta, sempre, a ironia de ver que as regiões onde a biodiversidade do planeta é maior são aquelas que ficaram historicamente à margem do uso desse tipo de racionalidade técnico-científica (PORTO-GONÇALVES, 2004, p.143-144).

Além dessas duas concepções, Diegues ainda indica uma terceira, vinculada a uma visão social/marxista. Essa corrente faz uma dupla crítica à questão ambiental. A primeira delas refere-se ao atual modelo excludente de desenvolvimento da sociedade, sendo entendido que é esse modelo a real causa da degradação ambiental. A partir disso, advém a segunda crítica, desta vez tecida ao modelo de conservação/preservação a partir da criação de unidades de conservação, uma vez que os adeptos dessa corrente reconhecem que existe a possibilidade de coexistência sociedade-natureza, desde que a partir de outra racionalidade.

Essa visão nasceu a partir de movimentos sociais que lutavam pelo direito a terra e a recursos naturais, uma vez que tais sujeitos se viam expropriados pela expansão do modelo de desenvolvimento capitalista, por um lado, e pelo Estado com a criação de UCs, por outro. Falando sobre esses movimentos sociais Diegues afirma:

No bojo desses movimentos, por alguns chamados de "ecologismo camponês" (VIOLA e LEIS, 1991), está a crítica a um ambientalismo importado dos países industrializados que não reflete as aspirações e os conceitos sobre a relação homem/natureza nos países do Sul. Segundo Redclift (1984), o ambientalismo nos países do Norte surge com a rejeição do industrialismo e dos seus valores consumistas. Muito raramente incluem o problema da pobreza e, principalmente, a

má distribuição de renda. Nesse sentido, parte considerável do ambientalismo dos anos 60 e 70, nos países industrializados, nasceu com a opulência das nações ricas. Entretanto, nos anos 80, ficou mais difícil a defesa do ambientalismo primeiro-mundista, por causa da grave recessão que gerou altas taxas de desemprego (DIEGUES, 2008, p.40).

A partir do exposto acima, entendemos que uma unidade de conservação é um espaço territorial criado para proteger a natureza de um modelo de sociedade que a utiliza como recurso. Ao ser vista como recurso, a natureza torna-se passível de dominação e uso que obedece a lógica de acumulação capitalista causando, portanto, sua destruição.

Uma UC serve, então, como mediadora da relação da sociedade com a natureza. Filosoficamente, o conceito de “unidade de conservação” se insere em uma perspectiva de relação da sociedade com a natureza que entende essas duas categorias como instâncias separadas, dicotômicas. Contudo, ao longo do tempo e do espaço, essa não é a única maneira existente de relação entre essas instâncias. Portanto, torna-se fundamental explorarmos essa questão a partir do conceito geográfico de “ambiente” que nos trará outra perspectiva.

### 3.2. AMBIENTE.

Segundo Suertegaray – no texto em que expõe suas ideias sobre as categorias e conceitos geográficos – (2005, p.56), o conceito de “ambiente” surge na Geografia derivado do conceito de meio (*milieu*); este está impregnado de um sentido ecológico, tendo conexões, portanto, com a Biologia. Assim sendo, segue a autora, nessa perspectiva o conceito de ambiente pode ser entendido “como algo externo ao homem, cuja preocupação seria estudar o funcionamento dos sistemas naturais”. Com o uso desse conceito nessa perspectiva existe a eliminação das tensões sociais e a natureza passa a ser vista como algo externo à sociedade.

Conforme visto acima, as unidades de conservação foram criadas com o intuito de salvar o ambiente natural do homem e refletem esse pensamento

dicotômico, reiterando uma forma de pensar o mundo. Contudo, é fundamental nos questionarmos de qual homem a natureza deve ser protegida.

Diegues indica um caminho para se pensar nessa questão ao afirmar que o homem destruidor da natureza é o homem moderno, inserido em uma cultura urbano-industrial (2008, p.17). Porto-Gonçalves avança na discussão ao afirmar que esse homem que destrói a natureza não é uma categoria genérica, mas sim “o homem sob determinadas formas de organização social, no seio de uma cultura” (2010, p.75).

Ainda nessa obra - onde o autor discute a relação da sociedade com a natureza – Porto-Gonçalves salienta que esse modelo de sociedade também forjou um modelo de ciência que está apoiada em torno de três eixos: a oposição homem e natureza, a oposição sujeito e objeto e o paradigma atomístico-individualista.

De forma breve, o primeiro desses três eixos é o que pretendemos aprofundar e baseia-se na dicotomia entre o homem que produz cultura e a natureza vista como um objeto que pode ser usada por esse homem. O segundo eixo baseia-se na noção de que o sujeito, um ser dotado da capacidade de pensar, analisa de forma racional os objetos externos a ele. O terceiro eixo, por sua vez, baseia-se na noção que o mundo complexo deve ser reduzido a suas frações mais simples para dessa forma ser analisado pelo homem.

A partir dessas concepções, a natureza é entendida como externa ao homem, portanto, passível de dominação e exploração e deve ter sua totalidade dividida em partes para serem analisadas de forma mais simples.

Contudo, esse autor busca romper com essa dicotomia. Conforme Suertegaray, Porto-Gonçalves

propõe uma visão de ambiente por inteiro, ou seja, ele deve ser considerado nas suas múltiplas facetas. Não sendo mais possível conceber ambiente como equivalente a natural. O ambiente por inteiro, como se refere, implica privilegiar o homem como sujeito das transformações, sem negar as tensões sob as mais diferentes dimensões (SUERTEGARAY, 2000, p.27-28).

Sendo assim, nessa nova perspectiva, podemos pensar o conceito de ambiente como aquele que dá conta da relação da sociedade com a natureza, não sobrevalorizando nem hierarquizando nenhuma dessas partes, uma vez

que devemos entender essas duas dimensões de forma integrada. Aliado a isso, é fundamental pensarmos que a própria ideia de natureza é socialmente construída; logo, a natureza é, em si mesma, social.

Uma floresta não é a mesma para um povo que com ela convive há milhares de anos e para um madeireiro que, mais do que na madeira, está interessado em sua transformação em algo abstrato – dinheiro; a vida de uma comunidade, para quem uma riqueza mineral pode não fazer o menor sentido, pode se tornar um pesadelo se, sob suas terras, se descobre petróleo, ouro ou qualquer outro minério que interesse a algum empresário ou a algum Estado ávido por fazer concessões a empresas, até para arrecadar mais impostos (PORTO-GONÇALVES, 2004, p.63).

Com essa perspectiva, cada sociedade cria uma ideia de natureza e uma maneira específica de se relacionar com ela. No caso do nosso modelo de sociedade (moderno-colonial), as concepções de natureza/ambiente têm partido da ciência, a qual é compreendida como a fonte da verdade absoluta sobre do mundo.

A partir dessa constatação, Cattaneo (2004) em sua dissertação de mestrado faz uma análise epistemológica dos conceitos de natureza e ambiente, objetivando buscar as diferentes concepções que a ciência e o pensamento geográfico trazem, uma vez que essas concepções conformam práticas sociais – tais como criação e gestão das unidades de conservação.

Para ele, o positivismo tem como base um pensamento disjuntivo e desagregador; dessa forma, a natureza é entendida como algo externo ao homem, existindo *a priori*, independentemente da sociedade/cultura com a qual esteja em relação. Foi essa lógica que subsidiou o processo de dominação da natureza – e sua consequente degradação – por parte da sociedade ocidental, moderno-colonial.

Importante atentar ao fato que, socialmente falando, essa concepção serviu também para dominação da parcela da população vista como integrante da natureza – os não modernos –, tais como indígenas, ribeirinhos, negros, etc. – como bem frisa Porto-Gonçalves em seus textos (2004; 2010).

Cattaneo (2004) afirma que, no método positivista, o conceito de ambiente assumia outra significação, sendo praticamente inexistente, pois ainda não havia sido incorporado à ciência. Ainda assim, ele acompanhava a conceituação de natureza, sendo entendido, pois, como externalidades que agiam sobre os seres.

Para o neopositivismo, os conceitos de natureza e ambiente são muito semelhantes aos do positivismo, uma vez que aquele pode ser entendido como uma retomada desse com uma “roupagem mais tecnicista e quantificada” (p.34). Contudo, uma diferença fundamental é o entendimento que se tem sobre o conceito de natureza, sendo que esse possui:

um estatuto próprio, capaz de ser desvendado e decodificado através de suas técnicas fundamentadas no empirismo lógico. Mais do que isso, a natureza é vista como uma máquina (CASSETI, 99, p.18), onde cada engrenagem pode ser estudada separadamente e revela o funcionamento do todo. Além disso, a visão cartesiana do homem como “senhor possuidor da natureza” fica evidente nessa perspectiva, já que a técnica instrumental e quantitativa (portanto do mundo humano), que domina os saberes, técnicas e objetos do mundo natural (CATTANEO, 2004, p.35).

O ambiente, por sua vez, assume um caráter científico, centrado em modelos, sendo entendido como um conjunto de fatores bióticos e abióticos de um habitat, sendo passíveis de quantificação. Esse ideário foi e continua muito presente na perspectiva da Teoria Geral dos Sistemas (TGS).

Na sequência da análise, esse autor aborda a concepção materialista histórica e dialética desses conceitos. Para ele, a primeira ruptura epistêmica ocorre com a ideia de primeira e segunda natureza presentes em Marx. A primeira seria a natureza “natural”, um *a priori* ainda não alterado pelo homem, enquanto a segunda se constituiria como a primeira natureza trabalhada pelo homem, recebendo, assim, um caráter simbólico e de valor. Existe, também, uma tentativa de aproximação da sociedade com a natureza a partir de um movimento dialético entre ambas.

Em síntese, a dialética da natureza pode ser:

entendida como processo, compreendendo-o como conjunto contínuo de mudanças no tempo, e oferece a ideia central e revolucionária da passagem da história natural à história da natureza, onde se dá a incorporação do homem como consequência do processo evolutivo (CASSETI *apud* CATTANEO, 2004, p.38, grifo do autor).

Na perspectiva materialista histórica dialética, Cattaneo (2004) afirma que o conceito de ambiente aproxima-se muito da ideia de natureza, sendo ele fruto de um movimento histórico e dialético. Contudo, o autor faz a ressalva de que apenas muito recentemente (a partir dos anos 80) esse método ganha relevância nos estudos da natureza, estando anteriormente restrito aos estudos sociais. Aliado a isso, o autor afirma que o esse método não consegue superar

a dicotomia entre sociedade e natureza presente na cultura ocidental moderno-colonial:

Cabe, por fim, salientar que tanto na perspectiva do materialismo histórico quanto do materialismo dialético, há uma idéia implícita de unicidade homem-natureza, mas que se torna uma mera tentativa, pois filosoficamente ainda não há uma conjunção profunda das relações e das idéias que tornam a sociedade um elemento integrante, integrador e consciente da natureza e do ambiente. Isso porque há uma ênfase muito maior nos componentes sociais e principalmente materiais da relação homem x meio, em detrimento dos aspectos naturais e subjetivos/simbólicos de tal relação (CATTANEO, 2004, p.38).

Ainda sobre a relação do marxismo/socialismo com a natureza, uma importante ideia aparece em Souza (2012) quando reflete sobre pensamentos de Castoriadis acerca dos conceitos de autonomia e desenvolvimento:

Na realidade, nenhum marxismo coerente irá romper com o comprometimento de sua matriz teórica para com a idéia de modernidade herdada do Iluminismo e exacerbada pela dinâmica do capitalismo histórico (produtivismo, dominação da natureza). Isso não significaria “atualizar” Marx, mas sim abandonar uma parte absolutamente essencial e fundante de seu pensamento. (...) O comprometimento do “socialismo” com o modelo civilizatório capitalista – com seus valores, como o produtivismo – não foi, pelos marxistas que mereciam essa qualificação, suficientemente compreendido, assim como também não se percebeu que, se o que acabou não foi a dominação, mas sim *um tipo de dominação*, também a exploração não teria cessado, mas apenas cambiado de forma, e o “socialismo” não passaria de uma farsa grotesca (CASTORIADIS *apud* SOUZA, 2012, p.104-105)<sup>7</sup>.

Muito embora o pensamento marxista tenha influenciado inúmeros movimentos sociais, que desenvolveram um novo modelo de ambientalismo, pensado a partir do Terceiro Mundo e tecendo críticas ao modelo capitalista de desenvolvimento, ele apresenta limitações ao que tange o pensar a relação da sociedade com a natureza. Isso se deve ao fato de o pensamento marxista estar também atrelado ao pensamento surgido a partir do Iluminismo, estar impregnado de uma racionalidade técnico-científica possuidora de um ideário de desenvolvimento material. Nesse sentido, o pensamento de Cattaneo (2004) e de Souza (2012 [1995]) complementam-se na busca de superação dessa problemática.

Seguindo sua análise epistêmica, Cattaneo (2004), ao abordar o método fenomenológico, afirma que, para esse, a natureza é interna ao sujeito/grupo

---

<sup>7</sup> Grifo do autor.

uma vez que, conforme esse método, a realidade está no sujeito que observa/vive o mundo, valorizando, assim, um caráter subjetivo. Esse raciocínio também vale para o conceito de ambiente.

Com o advento da fenomenologia, o autor percebe uma mudança epistemológica, pois “abre-se a possibilidade de evolução para uma outra razão, que tenha mais espaço para a emoção, ou que pelo menos não as torne tão dicotômicas” (p.40). Contudo, na sequência ele salienta que esse método segue “dentro do espectro do pensamento moderno”; portanto, segue preso a uma lógica que tende a dicotomizar a relação da sociedade com a natureza. Aliado a isso, existe uma tendência a deixar de lado a história e as contradições que marcaram a evolução do pensamento sobre a questão ambiental.

Por fim, sua análise chega ao que ele denomina “tendências pós-modernas”. Inicialmente, ele frisa que esse período caracteriza-se por ser uma transição econômica, social, cultural e científica. Sendo assim, metodologicamente falando, existe uma pluralidade de possibilidades e influências, que ele denomina de “outros olhares” (p.41). Existe uma mistura, um ecletismo, um hibridismo metodológico que busca uma reformulação na forma de se fazer ciência.

Nesse cenário de mudanças, a natureza pode ser vista tanto como interna quanto como externa ou igual ao homem, dependendo do autor e de suas influências. O conceito de ambiente, por sua vez, transborda as tradicionais disciplinas acadêmicas e torna-se um tema inter, multi e/ou transdisciplinar. Alguns autores, inclusive, defendem que a questão ambiental está para além das fronteiras da ciência (seja ela moderna ou pós-moderna). Nesse sentido, a busca por outras formas de conhecimento é fundamental.

Diegues, ao refletir sobre as comunidades tradicionais, afirma:

Com isolamento relativo, essas populações desenvolveram modos de vida particulares que envolvem grande dependência dos ciclos naturais, conhecimento profundo dos ciclos biológicos e dos recursos naturais, tecnologias patrimoniais, simbologias, mitos e até uma linguagem específica, com sotaques e inúmeras palavras de origem indígena e negra (DIEGUES, 2008, p.18).

Porto-Gonçalves também é outro autor fundamental na defesa dessa ideia e afirma que “há que se buscar outras racionalidades!” (2004, p.17). Ou ainda, frisa a importância de politizar/complexar a discussão ambiental:

Dizer que a problemática ambiental é, sobretudo, uma questão de ordem ética, filosófica e política é desviar de um caminho fácil que nos tem sido oferecido: o de que devemos nos debruçar sobre soluções práticas, técnicas, para resolver os graves problemas de poluição, desmatamento, erosão. Esse caminho nos torna prisioneiros de um pensamento herdado que é, ele mesmo, parte do problema a ser analisado. Com isso ignoramos que o sistema técnico inventado por qualquer sociedade traz embutido em si a sociedade que o criou, com as suas contradições próprias trazidas nesse campo específico (PORTO-GONÇALVES, 2004, p.18).

Nesse sentido, é fundamental a busca por esses saberes não acadêmicos, desenvolvidos por gerações em contato com o mundo vivido em sua complexidade. É fundamental entendermos, portanto, que essas outras formas de conhecimento – ou racionalidades – foram formadas a partir do convívio histórico de comunidades com a natureza na qual se inserem. Essas comunidades desenvolveram referenciais simbólicos, hábitos e práticas com as quais se constituíram enquanto grupo, ao mesmo tempo em que (con)formaram o ambiente ao seu redor:

O que a espécie humana – homo sapiens sapiens – fez ao longo de sua aventura no planeta foi construir diferentes sentidos culturais para suas práticas, a partir de diferentes vivências com diferentes ecossistemas e as variadas trocas entre culturas que ao longo da história pôde experimentar (PORTO-GONÇALVES, 2004, p.32).

Com esses pensamentos, Porto-Gonçalves comunga do mesmo ideário de Leff:

O ambiente não é o meio que circunda as espécies e as populações biológicas; é uma categoria sociológica (e não biológica), relativa a uma racionalidade social, configurada por comportamentos, valores e saberes, bem como por novos potenciais produtivos (LEFF, 2010, p.160).

Nesse sentido, esse conhecimento está amalgamado ao espaço, que, como vimos, também está sendo ameaçado, seja pela degradação (ambiental), seja pela expropriação (territorial). Portanto, a problemática ambiental configura-se também como problemática territorial. É como nos indica Leff:

Assinalemos que a natureza com suas qualidades – a vida e os quatro elementos: terra, ar, água e fogo – é o que se oferece à apropriação da espécie humana, o que se dá por meio da cultura e da

política. Tornar própria a natureza é, rigorosamente, apropriar-se da matéria na sua espaço-temporalidade conformando territórios diversos cujos limites, essência da política, resolvem a situação temporariamente, como a história da geografização do mundo revela (LEFF, 2010, p.65).

Com isso, entendemos que o conceito de ambiente é aquele que da conta da relação da sociedade com a natureza, carrega em si a noção de apropriação e uso a partir de uma determinada cultura que se expressa de forma material e imaterial. Cada sociedade que se desenvolve em um determinado contexto temporal e espacial trará consigo referências da natureza na qual e com a qual se desenvolveu. Essa perspectiva é de mão dupla; a natureza também trará em si referências da sociedade na qual e com a qual se desenvolveu. A sociedade produz e é produzida pela natureza, estão amalgamadas.

Com a expansão e imposição do modelo de sociedade europeu ocidental capitalista a lógica de dominação da natureza carrega também a lógica de dominação de sociedades. Portanto, a problemática ambiental assume, cada vez mais, o caráter de disputa política. Com isso, apenas o conceito de “ambiente” não abrange toda a complexidade da questão; é fundamental buscarmos outros pilares que deem suporte às análises e aos pensamentos. Geograficamente falando, ao longo da história, o conceito que contemplou questões referentes à política e ao poder é o de “território”. Sendo assim, é fundamental buscarmos alguns referenciais para esse conceito.

### 3.3. TERRITÓRIO.

Conforme vimos, uma importante dimensão que se impõe para melhor compreendermos as questões ambientais é a maneira com que as sociedades se apropriam e se relacionam com a natureza. Afinal, ao se apropriarem da natureza as sociedades conformam uma cultura, mas também um território.

Segundo Haesbaert,

Desde a origem, território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de terra-territorium quanto de terreo-territor (terror, aterrorizar), ou seja, tem a

ver com dominação (jurídico política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com essa dominação, ficam alijados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira identificação (positiva) e a efetiva “apropriação” (HAESBAERT, 2008, p.19-20).

Para esse autor, o território apresenta-se com duplo caráter no sentido material/simbólico, bem como no caráter dominação/apropriação. Contudo, essas duas polarizações, na realidade, se complementam e se fundem em uma só, uma vez que quando se exerce a dominação, prioritariamente, se faz sobre a materialidade. A apropriação, por sua vez, remete a um caráter de relação subjetiva/simbólica com determinado espaço.

Contudo, como bem ele enfatiza, entre os dois polos ideais de dominação material absoluta – sem subjetividade – e a apropriação simbólica absoluta – sem referenciais materiais –, existe o que ele denomina de *continuum*. Faz-se importante salientar, como o referido autor, que esses dois polos são tipos ideais, não ocorrendo na realidade.

Podemos então firmar que o território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espaço, “desdobra-se ao longo de um continuum que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou cultural-simbólica” (HAESBAERT, 2004:95-96). Segundo Lefebvre, dominação e apropriação deveriam caminhar juntas, ou melhor, essa última deveria prevalecer sobre a primeira, mas a dinâmica de acumulação capitalista fez com que a primeira sobrepujasse quase completamente a segunda, sufocando as possibilidades de uma efetiva “reapropriação” dos espaços, dominados pelo aparato estatal-empresarial e/ou completamente transformados em mercadoria. (HAESBAERT, 2008, p.20).

Seguindo essa lógica, para o caso do Delta do Jacuí, então, temos grupos que se situam mais próximas ao polo da apropriação, enquanto o Estado e outros grupos aproximam-se mais ao polo da dominação. Isso porque alguns grupos – pescadores, por exemplo - apresentam, historicamente, uma relação com aquele espaço e ao longo desse período “preencheram-no” de mitos, lendas, histórias, ou seja, referenciais simbólicos que fazem parte da sua identidade enquanto moradores das ilhas. O Estado, por sua vez, principalmente a partir de 1976, quando criou o Parque Estadual Delta do Jacuí, “imprimiu” naquele espaço um caráter funcional, ou seja, ele serve como

filtro da água do Guaíba e como reserva de biodiversidade, devendo, por isso, ser preservado.

Outra questão fundamental que aparece na citação acima é a lógica de acumulação capitalista, vinculada de maneira mais forte à questão da dominação do espaço. Nesse sentido, a privatização de algumas áreas por parte pessoas ricas e empresários vincula-se também a isso, em especial pelo fato de que existe uma relação monetária e de privação de acesso aos espaços onde são construídas as mansões, clubes náuticos ou áreas de produção.

Contudo, para além e junto a essa questão de dominação/apropriação do espaço, Suertegaray chama atenção também para a esfera do poder no que tange os territórios:

Sob o conceito de território, tratamos o espaço geográfico a partir de uma concepção que privilegia o político ou a dominação/apropriação. Historicamente, o território na Geografia foi pensado, definido e delimitado a partir de relações de poder (SUERTEGARAY, 2000, p.22).

Segundo Souza (2012), o conceito de território “é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. Em seguida, ele continua:

A questão primordial, aqui, não é, na realidade, quais são as características geoecológicas e os recursos naturais de uma certa área, o que se produz ou quem produz em dado espaço, ou ainda quais as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço (SOUZA, 2012, p.78),.

Ele não nega que as características geoecológicas, os recursos naturais ou os sujeitos que produzem determinado espaço sejam atributos importantes na constituição dos territórios, uma vez que podem ser vistos como os “objetivos” da gênese ou na vontade de conquista de determinado território, porém

o verdadeiro Leitmotiv é o seguinte: quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço? Este Leitmotiv traz embutida, ao menos de um ponto de vista não interessado em escamotear conflitos e contradições sociais, a seguinte questão inseparável, uma vez que o território é essencialmente um instrumento de exercício de poder: quem domina ou influencia quem nesse espaço, e como? (SOUZA, 2012, p.79).

Concomitantemente, Porto-Gonçalves salienta:

toda cultura elabora seus conceitos, inclusive o de natureza, ao mesmo tempo em que institui as suas relações sociais. Em nossa sociedade, por exemplo, a natureza é vista como algo passível de ser dominado e submetido ao Homem todo-poderoso... E só não vê quem não quer a íntima relação dessa idéia com os propósitos de dominação e submissão de um homem por outro homem (PORTO-GONÇALVES, 2010, p.97).

Além disso, Cattaneo (2004, p.22) já chamava atenção para a necessidade de incorporar as identidades territoriais das populações residentes em unidades de conservação, objetivando atingir a complexidade das questões envolvidas no assunto.

Ao explorar a ideia de identidade territorial, Haesbaert afirma:

toda identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das idéias quanto no da realidade concreta, o espaço geográfico constituindo assim parte fundamental dos processos de identificação social (HAESBAERT *apud* CATTANEO, 2004, p.22).

Cattaneo (2004) salienta também que “a identidade territorial é uma espécie de apropriação simbólica (mas também concreta) do espaço pelos que nele (dele) vivem” (p.22). E mais adiante frisa que identidade territorial em alguns espaços pode ser entendida como sinônimo de territorialidade (p.23).

Entretanto, como vimos, a questão da identidade territorial está relacionada a uma vivência profunda com e no território. Na realidade que estudamos – o Delta do Jacuí –, ela está relacionada aos de tempo lento que lá vivem, não existindo, ou ao menos de maneira mais frágil, para aqueles de tempo rápido que tem suas casas de final de semana por exemplo. Melhor dizendo, os de tempo rápido tem uma ligação identitária com suas propriedades, não com o Delta do Jacuí em si – com as ilhas, com aquela natureza.

A partir disso, percebo que existem pelo menos três formas distintas de territorializar o Delta dentro daquele *continuum* do qual falava Haesbaert. Uma delas estaria vinculada aos pobres e comunidades tradicionais que lá vivem e que dependem daquele espaço; outra está vinculada aos ricos e empresários com suas propriedades; a terceira relaciona-se ao Estado com a questão do PEDJ e da APAEDJ.

Haesbaert nos acena um indicativo de entendimento dessas diferenças:

Mais importante, contudo, do que essa caracterização genérica e aparentemente dicotômica, é fundamental perceber a historicidade do território, sua variação conforme o contexto histórico e geográfico. Os objetivos dos processos de territorialização, ou seja, de dominação e de apropriação do espaço, variam muito ao longo do tempo e dos espaços. Assim, as sociedades tradicionais conjugavam a construção material (“funcional”) do território como abrigo e base de “recursos” com uma profunda identificação que recheava o espaço de referentes simbólicos fundamentais à manutenção de sua cultura. Já na sociedade “disciplinar” moderna (até por volta do século XIX) vigorava a funcionalidade de um “enclausuramento disciplinar” individualizante através do espaço – não dissociada, é claro, da construção da identidade (individual, mais do que de grupo). Mais recentemente, nas sociedades “de controle” ou “pós-modernas” vigora o controle da mobilidade, dos fluxos (redes) e, conseqüentemente, das conexões – o território passa então, gradativamente, de um território mais “zonal” ou de controle de áreas para um “território-rede” ou de controle de redes. Aí, o movimento ou a mobilidade passa a ser um elemento fundamental na construção do território (HAESBAERT, 2008, p.22-23).

Podemos pensar que a lógica territorial daqueles que tem menos dinheiro (comunidade tradicional ou não) e que vivem nas ilhas se vincula ao primeiro estágio indicado pelo autor, uma vez que apresentam vínculos simbólicos e dependem diretamente daquele espaço material, seja como abrigo seja como recurso. O Estado, por sua vez, apresenta a lógica do segundo estágio, entendendo o território enquanto área e recursos, com uma fronteira rígida e bem delimitada, espaço a ser disciplinado, regrado. Ao terceiro estágio vinculam-se os que possuem mais dinheiro, uma vez que suas propriedades naquela área apresentam-se como nós de uma rede mais ampla possibilitada pela sua mobilidade no espaço, apresentariam então uma territorialidade “pós-moderna” ou territorialidade em rede.

Objetivando identificar diferentes lógicas de vinculação com o território, determinadas pelo acesso a recursos financeiros, o que por sua vez, possibilitam a capacidade de mobilidade espacial, Bauman – que chama os que possuem mobilidade de “os da primeira fila” e os que não possuem de “os da última fila” – afirma:

O quadro que emerge dessa descrição é o de dois mundos-de-vida separados, segregados. Mas só o segundo é territorialmente circunscrito e, portanto, compreensível por meio de conceitos clássicos. Já os que vivem no primeiro dos dois mundos-de-vida – embora se encontrem, exatamente como os outros, “no local” – não são “*daquela* local”: não o são idealmente, com certeza, mas muitas vezes (todas as vezes que quiserem) também não o são fisicamente. As pessoas da “primeira fila” não se identificam com o lugar onde moram, à medida que seus interesses estão (ou melhor, flutuam) em

outros locais. Pode-se supor que não adquiriram pela cidade onde moram nenhum interesse, a não ser dos seguintes: serem deixadas em paz, livres para se dedicar completamente aos próprios entretenimentos e para garantir os serviços indispensáveis (não importa como sejam definidos) às necessidades e confortos de sua vida cotidiana. (...) Eles *não estão interessados*, portanto, nos negócios de “sua” cidade: ela não passa de um lugar como outros e como todos, pequeno e insignificante, quando visto da posição privilegiada do ciberespaço, sua verdadeira – embora virtual – morada (BAUMAN, 2009, p.27)<sup>8</sup>.

Parece-me excessivo afirmar que existe uma indiferença absoluta dos “da primeira fila” em relação a seus territórios, bem como afirmar que sua “verdadeira morada” é o ciberespaço. Contudo, concordo com as observações sobre o desinteresse e sobre uma desvinculação relativa, na medida em que, quando determinado território não satisfaz mais, os “da primeira fila” têm a possibilidade de irem para outro local, formando um novo nó em seus territórios-rede.

Portanto, conforme o referencial a cima, entendo que o território é um espaço delimitado a partir de relações de poder. Essas relações de poder situam-se num *continuum* que varia entre a dominação material e a apropriação simbólica e o grau de vinculação a um desses polos relaciona-se com a intenção e histórico de uso do território por parte do indivíduo ou grupo.

No espaço do Delta do Jacuí, pode-se dizer, portanto, que existem múltiplos territórios, pois são formados a partir de lógicas distintas e apresentam escalas diferenciadas. Esses territórios coexistem de forma harmônica, na medida em que compõe a mesma totalidade, e todos se efetivam sempre que todas as intenções de uso se realizam.

Contudo, quando os pescadores têm suas redes apreendidas por colocá-las em área de Parque ou quando uma marina é multada por construir na margem de uma ilha os diferentes interesses de uso entram em conflito. Isso se dá cotidianamente. Portanto, os diferentes territórios não coexistem de forma harmoniosa.

Para pensarmos nos conflitos que ocorrem entre os diferentes grupos que utilizam o Delta é importante retomar a ideia de Souza (2012), já citado anteriormente. Se o território é formado a partir das relações de poder, onde e como se dá a disputa entre essas três esferas que se chocam na gestão do

---

<sup>8</sup> Grifo do autor.

PEDJ e da APAEDJ? Onde e como os poderes se relacionam? Entendo que nas reuniões do Conselho Deliberativo da APA. Nesse espaço, um grupo heterogêneo de conselheiros, que representam diferentes grupos, debate os assuntos referentes à gestão e uso dessas unidades de conservação e delibera sobre eles. Contudo, ao se frequentar esse espaço, percebe-se que esses debates não ocorrem de forma igualitária.

A primeira questão que produz essa desigualdade é a própria lógica de formação dos conselhos, pois os critérios para estabelecer o número de conselheiros e quais grupos merecem uma representação são impostos pelo Estado via decreto. Outra questão é o poder socialmente atribuído ao discurso<sup>9</sup> de cada representante, sendo essa uma questão ainda mais profunda.

Como já comentado, a criação e a gestão de unidades de conservação tem tido como base a ciência moderna, pois se entende que apenas a partir desse conhecimento (que assume caráter de verdade absoluta) é possível entender as dinâmicas naturais e garantir que seus processos não sejam alterados pelo Homem. Dessa forma, via conhecimento científico, é possível fazer uma gestão racional dessas áreas. É como diz Diegues:

Em linhas gerais, isso ocorre também hoje com o poder dos administradores de parques nacionais e seus colaboradores, os cientistas naturais que pretendem definir como as populações tradicionais devem comportar-se em relação à natureza e aos usos dos recursos naturais. Trata-se, na verdade, de um processo de despossessão do conhecimento e técnicas patrimoniais em poder das populações tradicionais e a afirmação do poder da ciência nas mãos dos cientistas e dos administradores (DIEGUES, 2008, p.73).

Contudo, o saber científico não é acessível a todos. No caso do Delta do Jacuí, percebe-se que são os mais ricos e os gestores que possuem esse conhecimento, e não os mais pobres, via de regra. Esses têm acesso aos conhecimentos tradicionais e populares, os quais, porém, não são valorizados. Socialmente, existe uma hierarquização das formas de saber, sendo que o

---

<sup>9</sup> De acordo com o “Dicionário Básico de Filosofia” (JAPIASSÚ e MARCONDES, 2006), o discurso é um “pensamento operando num raciocínio, seguindo um percurso, atingindo seu objetivo por uma série de etapas intermediárias”. Na filosofia contemporânea o discurso não é apenas o texto em si, mas também “o próprio campo de constituição do significado em que se estabelece a rede de relações semânticas com a visão de mundo que pressupõe.” (p. 77). É, portanto, o objeto que externaliza (fala, roupas, gestos) e a origem de significados desse objeto. O que aqui estamos chamando de racionalidade ou visão de mundo. Ou seja, ao fazer uma fala no Conselho Deliberativo externaliza-se um modo de ver o mundo e quais objetivos se pretendem para ele.

conhecimento tradicional e popular é entendido como inferior em relação ao científico.

Nesse sentido, com a criação das unidades de conservação, as comunidades foram expropriadas de seus territórios ou tiveram algumas práticas restringidas ou mesmo proibidas. Após diversas lutas sociais, foi garantido o direito a sua participação na gestão dessas áreas e os conselhos foram criados. Contudo, essa participação muitas vezes não passa de demagogia, pois na prática, seus saberes não são aceitos, já que são entendidos como inferiores. Como coloca Diegues,

A chamada "participação" das populações tradicionais no estabelecimento dos parques e reservas, muitas vezes, não passa de cortina de fumaça para responder a certas demandas internacionais que consideram o envolvimento dessas populações fator positivo para o êxito do empreendimento. Na realidade, geralmente, as autoridades governamentais nem sempre vêem com bons olhos a organização das populações que ainda se encontram em áreas de parques ou que foram reassentadas nos arredores (DIEGUES, 2008, p.23).

A partir desse cenário, entendo que existe uma privação do direito à cidadania dos indivíduos que fazem parte das comunidades atingidas pela criação e implementação de unidades de conservação, uma vez que estas tiram das comunidades o controle sobre seus territórios, tiram sua possibilidade de pensar as formas de desenvolvê-lo para o futuro e tiram, inclusive, a possibilidade de manutenção de sua cultura. Mais uma vez, retomamos Souza (2012) como suporte:

a possibilidade de se deter o controle significativo sobre o seu espaço vivido é, para uma coletividade, decisivo. Esse "significativo controle" pode não ser tudo, se se considera-lo à luz de escalas e exigências mais abrangentes, nem garante ele a plena autonomia e uma efetiva justiça social. Sem ele, porém, falta um requisito indispensável à transformação dos indivíduos em cidadãos à mobilização por um genuíno desenvolvimento (SOUZA, 2012, p.111).

Ou seja, a cidadania dos indivíduos e, em especial, desses grupos passa necessariamente pela possibilidade de gestão – ainda que relativa – de seus territórios. Mais que gerir o espaço e ter acesso aos recursos nele existente, isso, para eles, significa tomar as rédeas de si e de sua cultura. É manter-se enquanto indivíduo e enquanto grupo.

### 3.4. CIDADANIA.

A partir das ideias expostas acima, faz-se necessário refletir sobre o que é cidadania e como ela se aplica (ou é negada) à criação de unidades de conservação, especificamente no Parque e na APA Estadual Delta do Jacuí.

Segundo Gomes, em texto que discute a necessária vinculação da cidadania e do território, o conceito de cidadania tem sido revalorizado no meio acadêmico com o sentido de “justiça, de equidade, de solidariedade, de ética ou de direitos civis” (1997, p.43), contudo, seu conteúdo segue ainda pouco preciso. Essa ideia também é compartilhada por Castro (2003, p.10) que afirma: “Cidadania é palavra que contém muitos significados, não sendo possível estabelecer um conceito suficientemente abrangente e objetivo que recubra o conjunto das práticas políticas e sociais variáveis no tempo e no espaço, por ela evocados”.

A partir dessa primeira constatação, Gomes retoma o significado clássico desse conceito em busca de um aporte para compreensão atual. Segundo ele, na Grécia, esse conceito apresentava um duplo caráter: o primeiro referia-se a uma forma de relação social; o segundo vinculava-se a um arranjo espacial – isso porque a cidadania surge a partir da luta dos moradores da cidade contra uma elite rural que detinha o poder. Portanto, com a cidadania, há um deslocamento do centro espacial do poder, deixando o campo e passando para a cidade, bem como do centro social do poder, passando da consanguinidade para o debate político com amplo acesso. Sobre essa vinculação social-espacial ele afirma:

Desta forma, a democracia e a cidadania surgem de uma reorganização do território. O ancestral comum deixa de ser o elemento-chave da solidariedade comunitária e este laço agora é exercido pela delimitação de um território, um limite físico de inclusão e, conseqüentemente, pela delimitação de outros territórios de exclusão. O pior castigo sofrido por um cidadão é ser privado de sua cidadania, é ser expulso do território onde ele gozava de seus direitos e deveres políticos: o ostracismo (GOMES, 1997, p.45).

Entretanto, esse referencial espacial embutido no conceito de cidadania parece ter sido esquecido, pois tem sido pouco trabalhado tanto por geógrafos

quanto por estudiosos de outras áreas do conhecimento. Contudo, se a cidadania se dá a partir da política, sendo essa uma relação de poder – seja entre indivíduos, seja entre grupos sociais –, ela necessariamente apresenta uma vinculação ao espaço, ao território.

Reafirmando essa desvinculação (no plano teórico pela falta de estudos) da cidadania e do espaço e partindo em busca da conceituação e da revinculação, Gomes coloca:

Surpreende perceber, no entanto, que na raiz do próprio conceito de cidadania esteja gravada uma matriz espacial. Cidadão é aquele indivíduo que tem direitos e deveres dentro de uma sociedade, mas cidadão é também necessariamente aquele que pertence a uma certa rede de relações espaciais. De uma forma um pouco simplista, ser cidadão é aquele habitante de uma determinada porção territorial, ou seja, esta é sem dúvida uma classificação espacial (GOMES, 1997, p.49).

Portanto, ser cidadão é ter direitos e deveres dentro de um conjunto de relações sociais (independentemente de qual seja) que se vinculam a um determinado espaço, configurando, assim, um território. Trazendo essa lógica para a sociedade atual, pode-se dizer que toda a população brasileira, em território brasileiro, comunga da mesma possibilidade de cidadania. Contudo, por ser uma sociedade desigual, os direitos e deveres de cada indivíduo também se darão de forma desigual. Além disso, essas desigualdades apresentarão espacialidades desiguais.

Seguindo outra perspectiva – a qual busca relacionar a capacidade de exercer a cidadania a partir da disponibilidade (ou não) de equipamentos estatais, portanto vinculada à atual lógica do Estado-Moderno –, Castro afirma:

O espaço brasileiro é marcado por fortes disparidades: de povoamento, de atividades produtivas, de distribuição de renda, de educação, de equipamentos sociais etc., além de ser recortado em unidades federativas – estados e municípios [e outros recortes territoriais] – de tamanhos muito variados. Esta diferenciação existe também em relação à disponibilidade de equipamentos sociais à disposição da sociedade e em relação às características dos espaços políticos que reúnem as condições essenciais para que a cidadania seja exercida (CASTRO, 2003, p.9).

Entendo que essa perspectiva de qualificação da cidadania a partir do acesso às estruturas estatais é um tanto quanto superficial se tomada de forma exclusiva. Entretanto, é inegável que ela é uma condição fundamental no exercício da cidadania em sua forma moderna e não pode ser ignorada.

Buscando integrar a relação entre cidadania-espço e a possibilidade diferenciada de exercer a cidadania entre as pessoas e a partir dos diversos territórios em que se encontram, podemos buscar uma terceira vertente a partir de Milton Santos (1996). Em meu entendimento algumas ideias apresentadas por ele são mais profundas, uma vez que a concepção de cidadania desse autor busca questões existenciais, para além das territoriais, tais como as noções de corporeidade, de individualidade e de socialidade.

Antes de dar prosseguimento, gostaria de ressaltar que nesse texto o autor aborda outras questões que se referem à cidadania, contudo, nesse momento me deterei a essas dimensões humanas principalmente, pois julgo que é o pensamento presente nesse texto que pode ser um grande diferencial para a interpretação da realidade do Delta do Jacuí.

Segundo Milton Santos, essas noções – corporeidade, individualidade, socialidade - são as três dimensões que os indivíduos apresentam em sua existência enquanto seres humanos. A primeira delas – corporeidade – faz referência à materialidade do corpo e carrega consigo as virtualidades da pessoa, tais como educação, riqueza e localidade. Ou seja, a corporeidade acende naqueles que olham determinado corpo os estereótipos sociais e seus respectivos preconceitos. Nos dizeres do autor:

Neste país, por exemplo, a cidadania dos negros é afetada pela corporeidade. O fato de ser visto como negro já é suficiente para infernizar o portador desse corpo. Por conseguinte, a diferenciação entre "cidadanias", dentro de uma mesma sociedade, é relacionada com a corporeidade (SANTOS, 1996, p.3-4).

A individualidade, por sua vez, diz respeito à subjetividade das pessoas. O jeito de ser, a forma de pensar, de se portar, de se relacionar com o mundo e com os outros se estabelece nessa dimensão humana. É com a individualidade que se relaciona a consciência, que por sua vez, apresenta diferentes graus: “consciência do mundo, consciência do lugar, consciência de si, consciência do outro, consciência de nós” (p.3). Disso, da relação entre corporeidade e subjetividade, emerge a socialidade.

A socialidade é a dimensão do estar junto. Esse estar junto acontece no que Milton Santos chama de espaço banal, que pode ser entendido como o espaço de tudo e de todos, das empresas, das instituições e dos homens com

sua corporeidade e sua subjetividade (p.2). Portanto, existe uma espacialidade presente nessas três dimensões humanas que formam o ser.

Além disso, “estas três dimensões ajudam o estudo do cotidiano do ponto de vista espacial” (p.4). E isso é fundamental, pois conforme o autor é no cotidiano que a política se faz e se percebe. Nos dizeres dele: “O cotidiano é um produtor do fenômeno político na medida em que mostra como as diferenças se estabelecem aconselhando a tomada de posições” (p.6). E é justamente na política que a cidadania se efetiva.

Buscando integrar essas perspectivas, se pode dizer que determinados grupos, em determinados territórios, apresentarão menos direitos, portanto terão sua cidadania mutilada, ou pelo menos, apresentarão menor capacidade de exercê-la. Entendemos que esse é o caso do Delta do Jacuí com suas unidades de conservação, uma vez que os que lá vivem não possuem a real possibilidade de gestão de seus territórios uma vez que a política é atravessada pelas normas de conservação/preservação.

Além disso, por muitos anos, a área foi vista como um vazio urbano que atraiu grande quantidade de pessoas pobres, sem acesso à moradia, que lá se estabeleceram (dentre eles os catadores de material reciclável, por exemplo). Dessa forma, configurou-se como uma área periférica da cidade e, portanto, com carência daquilo que Castro (2003) chama de equipamentos sociais.

Também marcante para os moradores do Delta é o preconceito que sofrem e sentem por serem das ilhas. Ouvi inúmeras vezes que, para quem vive nas ilhas, é mais difícil conseguir emprego. Ouvi também que, quando os moradores dizem onde vivem, são olhados com estranhamento. Disso decorre que as pessoas pobres que vivem no Delta carregarem o estigma da corporeidade, da individualidade e da socialidade de ilhéus, fato esse amplificado após o documentário do cineasta Jorge Furtado intitulado “Ilha das Flores”.

A partir da discussão sobre a cidadania, de forma objetiva, três questões se colocam. A primeira se refere a uma cidadania nacional, da qual eles, os moradores do Delta, não participam integralmente, uma vez que, pelo fato de morarem em uma UC, o “contrato” – para usar o termo de Gomes (1997) – é diferenciado, com diferentes possibilidades e responsabilidades territoriais. A segunda questão nos remete a uma “perda” de cidadania, a qual é resultado da

não valorização dos saberes dos representantes dos mais pobres e dos pescadores no âmbito dos conselhos – estigma de sua posição social; dessa forma, a possível participação ocorre de forma parcial e o “contrato” do qual fazem parte não é respeitado – mesmo que o direito a participação, por lei, lhes seja garantido. E por fim, o cerceamento da cidadania dessas comunidades dá-se também pelo não acesso ao aparato institucional do Estado, comum às áreas periféricas das cidades.

Apesar desse quadro de privação de cidadania em diversas escalas e contextos, e da impossibilidade de gestão de seus territórios, a vinculação desses dois conceitos – cidadania e território – nos aponta para a necessidade de um aprofundamento de entendimento da questão do PEDJ e da APAEDJ. É como afirma Gomes:

Tendo em vista esta dimensão fundadora entre estes dois termos [cidadania e território], a idéia de cidadania pode nos ser útil para compreender a dinâmica de fenômenos e disputas sócio-territoriais que ocorrem no mundo atual, valorizando o aspecto de disputa por um espaço, um espaço que é simultaneamente condição e meio de exercício desta cidadania (GOMES, 1997, p.50).

A constante disputa, no interior do conselho da APAEDJ, é, portanto, uma disputa não só pelo território, mas também pela cidadania. Isso porque muitas das falas dos representantes das comunidades não dizem respeito diretamente às questões da preservação/conservação e da problemática ambiental, mas sim das necessidades básicas para sua sobrevivência digna, tais como moradia, saúde e educação; pela igualdade no tratamento entre os diferentes grupos sociais presentes na área; por participação e direito a gestão territorial.

A partir disso, também entende-se que as disputas cotidianas dos mais pobres e das comunidades tradicionais que vivem nas ilhas – que tem por base a busca de cidadania e de território – têm como objetivo último a busca por autonomia, ainda que relativa. Com esse entendimento, retomo uma ideia de Souza que, de certa forma, fortalece esse argumento:

A mudança social não deve ser confundida com o assalto ao Palácio de Inverno. Se é certo que as forças de mudança devem contar, cedo ou tarde, com a reação, inclusive violenta, da ordem vigente, autênticos movimentos sociais (referenciados não somente à esfera da produção, mas às questões de gênero e racial, da humanização do espaço urbano etc.) podem, de toda sorte, a longo prazo e por

efeito cumulativo complexo provocar alterações dignas de nota, rupturas. Assim, uma luta pontual e, em si, temática e socialmente limitada – o ativismo de bairro, o movimento regionalista que traz contradições de classe em seu interior ou a organização das prostitutas para defenderem seu território e se defenderem contra a truculência de uma polícia corrupta -, pode polinizar outras lutas e ajudar a instaurar uma sinergia transformadora; ademais, ela pode permitir aos atores uma ampliação de sua margem de manobra contra os efeitos mais alienantes do processo de globalização hoje em curso – o que, dialeticamente, pode vir a ser um fator sustentador de um avanço da consciência dos atores e do seu potencial de combate. Portanto: a questão do desenvolvimento, mesmo quando balizada pela plena autonomia como horizonte essencial (e longínquo), se apresenta, sob forma de pequenos e grandes desafios, quotidianamente e nas mais diferentes escalas, das mais modestas às menos acanhadas (SOUZA, 2012, p.109).

Portanto, a luta por uma maior participação na gestão da APAEDJ pode animar as comunidades das ilhas para lutas maiores. Da mesma forma, a mobilização por um posto de saúde pode levar a uma tomada de consciência para a necessidade de despoluição do Guaíba. Ou ainda, o desejo de uma educação de qualidade pode levar a uma valorização dos conhecimentos dos pescadores, carroceiros e catadores para a gestão do território da APAEDJ e do PEDJ.

### 3.5. DIÁLOGO DE SABERES.

A partir de tudo que já foi dito, entendo que as questões ambiental, territorial e de cidadania com as quais as comunidades que vivem no interior das unidades de conservação estão se deparando só poderão ser superadas por meio da efetiva participação dessas comunidades nos processos, sejam de criação, implementação e gestão das UCs. Contudo, essa participação só ocorrerá de fato a partir do momento em que seus saberes forem respeitados e não mais vistos como hierarquicamente inferiores ao saber dos técnicos e gestores das UCs baseado na ciência moderna. Nesse sentido, Leff em diversos escritos nos traz a ideia de “diálogo de saberes”, segundo o qual o saber acadêmico deve dialogar com o conhecimento não científico, seja ele “tradicional”, seja ele o “senso comum”.

Antes de explorar a ideia de diálogo de saberes, é importante entender o processo de constituição e imposição do saber técnico-científico em escala global e a concomitante desvalorização dos diversos outros saberes constituídos pelas comunidades ao redor do mundo.

Sobre a constituição do conhecimento técnico-científico, forjado a partir de uma racionalidade moderno-colonial, sua mundialização e imposição frente a outras racionalidades, Porto-Gonçalves afirma:

O ano de 1492 inaugurou um sistema-mundo moderno-colonial (Wallerstein, Lander, Quijano, Coronil, Walsh, Mignolo, Porto-Gonçalves e tantos outros) que vem tentando impor uma mesma racionalidade econômica crematística bem expressa na ideia de dominação da natureza. Distintas racionalidades foram, até aqui, desqualificadas como sendo atrasadas, exatamente, porque se caracterizam, entre outras coisas, por manter relações com a natureza não mediadas por uma racionalidade instrumental, mercantil e que separa sujeito e objeto. Afinal, desenvolver-se era, como vimos, des-envolver e, assim, sair do envolvimento, do *environment* (PORTO-GONÇALVES, 2004, p.166).

Portanto, uma característica marcante dessa racionalidade é a dicotomização entre sociedade e natureza, daí o *des-envolvimento* ao qual o autor se refere. Outro autor importante que reflete no mesmo sentido é Diegues, já mencionado, que aprofunda esse raciocínio à medida que incorpora o surgimento da ciência moderna como aceleradora do processo de distanciamento entre essas duas instancias (sociedade e natureza). Para ele,

Essa dicotomia homem-natureza e o enfoque antropocêntrico ter-se-iam agravado com o surgimento da ciência moderna, em que o mundo natural se torna objeto do conhecimento empírico-racional. Essa ciência, segundo Bacon, tinha por finalidade devolver ao homem o domínio sobre a criação que havia parcialmente perdido com o pecado original (DIEGUES, 2008, p.45).

Ou seja, para Bacon a natureza deveria ser dominada pelo homem. Para tanto, o seu funcionamento deveria ser revelado a partir da ciência para que, dessa forma, o homem moderno-colonial (aquele que detém o conhecimento científico) pudesse utilizá-la de maneira mais eficiente.

Outro autor importante no desenvolvimento da ciência pensada nesses moldes foi Descartes. As suas ideias foram fundamentais para que sujeito e objeto fossem postos em lados opostos na lógica científica. A partir disso, a sociedade foi pensada como externa a natureza, sendo essa passível de dominação (e de todos que pertencessem a essa esfera, como bem lembra

Porto-Gonçalves 2004 e 2010) e esse é o modelo de conhecimento que tem sido imposto ao mundo.

Aliado a isso, essa forma de pensar o mundo se impôs em detrimento de outras e assumiu um caráter de verdade absoluta. É como bem salienta Porto-Gonçalves:

A ciência e a técnica modernas, tal como concebida pelo Ocidente europeu e como se expandiu pelo mundo, foram instituídas como critério de verdade, como se essa verdade tivesse uma bondade moral naturalmente nela inscrita. Com isso, a verdade científica deslocou outras formas de construção do conhecimento e se tornou uma verdade possuída por uma espécie de mais-valia simbólica: o que é científico é bom e, assim, o Estado e os gestores passaram a invocar a verdade científica como se fosse A Verdade. Com isso, outros saberes se tornaram saberes menores – folclore. O saber popular tornou-se um não saber; a religião perdeu seu reino; a arte passou a ser acessória, entretenimento; a filosofia, pouco a pouco, foi deslocada, e até mesmo a política, para os gregos a mais sublime das artes, passou a ser substituída por uma espécie de saber competente, uma mera administração das coisas, deixando de ser o locus por excelência todas as falas estavam convidadas a trazer a sua verdade (PORTO-GONÇALVES, 2004, p.41-42).

Contudo, essa “Verdade” está impregnada de mitos, sombras, contradições, dúvidas e, por que não, de inverdades. Retomamos Porto-Gonçalves, que muito bem demonstra isso:

A primeira dessas contradições tem a ver com os fundamentos gerais que acabaram predominando no pensamento científico hegemônico no mundo ocidental, que, inspirada em Galileu, acredita que a linguagem da natureza está escrita em linguagem matemática. Com isso, esquecemos que a linguagem matemática, como qualquer linguagem, não é a realidade mesma e, sim, criação simbólica (PORTO-GONÇALVES, 2004, p.57).

A consequência da aceitação da ideia de que a verdade da natureza só é acessível pela linguagem matemática é o ato de ignorar as formas de conhecimento que não compartilham dessa linguagem. Nesse sentido, apenas aqueles que dominam essa linguagem estariam aptos a definir os rumos e usos da natureza. E, como bem salienta Porto-Gonçalves, ignora-se o fato de que a própria linguagem matemática é uma criação humana, ou seja, há um profundo etnocentrismo nessa forma de pensar.

É esse raciocínio que dá margem aos absurdos que acontecem com algumas unidades de conservação, onde pessoas externas àquele ambiente definem, de maneira unilateral, como os hábitos e as práticas das comunidades que lá viviam antes, há gerações, devem ser organizados:

Eles definem certas áreas para a conservação e têm uma idéia de como operar. 'Eles se consideram como cientistas que fazem o trabalho de Deus', diz um crítico enquanto aponta que os conservacionistas 'assumem que têm uma missão divina para proteger a terra'. Armados com a ciência, eles definem as condições do compromisso. Aí convidam os indígenas e os locais para participar da agenda que eles mesmos definiram. Se os povos indígenas não gostarem da agenda, são simplesmente ignorados (MACCHAPIN *apud* DIEGUES, 2008, p.169).

Outro problema fundamental do pensamento técnico-científico atual é que ele não dá conta da complexidade do mundo, fundamental para se entender e resolver a atual problemática ambiental – a qual, como afirmamos nesse trabalho, é também uma discussão de territórios e de cidadania. Como afirma Leff:

A necessidade de compreender a complexidade da problemática ambiental, bem como os múltiplos processos que a caracterizam, gerou um questionamento do fracionamento e compartimentação de um saber disciplinar, incapaz de explicar e resolver tal problemática. No entanto, a "retotalização do saber" exigido pela problemática ambiental, não é a soma nem a integração dos conhecimentos disciplinares disponíveis. A inter a transdisciplinaridade que demanda o saber ambiental não é a busca de um paradigma globalizante do conhecimento, a organização sistêmica do saber, e a uniformização conceitual por meio de uma metalinguagem interdisciplinar (LEFF, 2010, p.162-163).

Mesmo que a atual ciência moderna conseguisse reintegrar os conhecimentos gerados a partir das disciplinas, não atingiríamos tal complexidade, não chegaríamos ao todo ou à totalização. Isso porque a questão é muito mais profunda, trata-se da questão dessa racionalidade técnico-científica ser disjuntiva em sua essência.

Por fim, outra crítica que trazemos a esse modelo de ciência refere-se à imparcialidade com a qual alguns cientistas afirmam produzir seu conhecimento. Diversos autores afirmam que essa imparcialidade é impossível, seja no contexto social atual, seja em qualquer outro. Toda a ação humana possui uma intencionalidade. Além disso, a partir do momento em que um conhecimento é desenvolvido e difundido, seus usos escapam à possibilidade de controle de quem o criou, e isso ocorre ainda mais acentuadamente em um contexto em que a ciência está a serviço do desenvolvimento capitalista, com sua lógica de acumulação. É como afirma Morin:

o conhecimento dos cientistas é cooptado pelos que dispõem do poder político, militar etc. E, no mundo moderno, a ciência, a técnica, a competência produzem continuamente poderes ao produzir conhecimento, mas o poder da ciência é captado, coordenado; e o poder dos sábios, que não é organizado politicamente, é controlado e dominado pelo poder da organização política e ou burocrática. Ademais, nesse processo, a própria ciência contribui para aumentar as desigualdades sociais (MORIN *apud* DIEGUES, 2008, p.73).

Para superar essa série de problemas com os quais a ciência moderna depara-se, uma possibilidade é a incorporação dos saberes formados a partir de outras racionalidades. Ou seja, a partir de outras formas de organização social em contato com outros ambientes e com outras temporalidades.

Nesse sentido, Diegues caracteriza o que denomina de “conhecimento tradicional”:

Conhecimento tradicional pode ser definido como o saber e o saber-fazer, a respeito do mundo natural, sobrenatural, gerados no âmbito da sociedade não-urbano/industrial, transmitidos oralmente de geração em geração. Para muitas dessas sociedades, sobretudo as indígenas, existe uma interligação orgânica entre o mundo natural, o sobrenatural e a organização social. Nesse sentido, para estas últimas, não existe uma classificação dualista, uma linha divisória rígida entre o “natural” e o “social” mas sim um continuum entre ambos (DIEGUES, 2008, p.179).

Percebem-se, portanto, diferenças dessa maneira de conhecer e de se relacionar com o mundo com a maneira moderno-colonial. A primeira é a não dissociação sociedade-natureza; a partir disso, a natureza deixa de ser “recurso natural” passível de utilização para a acumulação de capital e passa a ser considerada algo sagrado, necessário à manutenção da vida. Outra questão é a não dissociação do natural e do sobrenatural, isto é, ao mesmo tempo em que o mundo é vivido objetivamente, também é vivido simbolicamente, permeado por espíritos e mitos. Por fim, a questão da oralidade também se coloca como elemento fundamental, pois dessa forma, o conhecimento deixa de ter um caráter estático – caráter de verdade absoluta – uma vez que vai se moldando a realidade de quem o transmite e de quem o recebe.

Aliado a isso, a temporalidade presente nesse tipo de conhecimento é diferenciada. Entende-se que o tempo é cíclico, de acordo com os movimentos da natureza. Nesse sentido, é como se a cada ano – ou determinado intervalo de tempo – tudo acabasse e recomeçasse novamente:

Um aspecto relevante na definição de culturas tradicionais é a existência de sistemas de manejo dos recursos naturais marcados pelo respeito aos ciclos naturais, à sua exploração dentro da capacidade de recuperação das espécies de animais e plantas utilizadas. Esses sistemas tradicionais de manejo não são somente formas de exploração econômica dos recursos naturais mas revelam a existência de um complexo de conhecimentos adquiridos pela tradição herdada dos mais velhos, de mitos e símbolos que levam à manutenção e ao uso sustentado dos ecossistemas naturais (DIEGUES, 2008, p.86-87).

É importante frisar que essa forma cíclica de pensar o tempo não é exclusiva de indígenas, ou sociedades ditas primitivas, como se refere o autor. Essa visão permanece em outros grupos não tão vinculados a uma racionalidade técnico-científica como camponeses e pescadores, por exemplo. É como salienta Diegues:

Essa representação simbólica do cíclico, de que tudo no cosmo nasce, morre, renasce é forte nas sociedades primitivas, mas está presente também nas comunidades tradicionais de pequenos agricultores itinerantes, de pescadores e coletores que ainda vivem ao sabor dos ciclos naturais e num complexo calendário agrícola ou pesqueiro. Há o tempo para fazer a coivara, preparar a terra, semear, capinar e colher, como também há o tempo de se esperar as espécies de peixes migratórios, como a tainha. Uma vez terminado esse ciclo, ele recomeçará no período seguinte. Em muitas dessas comunidades, essas atividades são comandadas por sinais, como o aparecimento de uma lua determinada, da chuva, etc. (DIEGUES, 2008, p.58).

Ainda sobre a lógica dos saberes tradicionais, Diegues traz uma importante contribuição elaborada por Lévi-Strauss. Contudo, é essencial salientar que trago esse trecho não com o intuito de dar um caráter de cientificidade ao saber tradicional e dessa forma legitimá-lo, mas sim para mostrar que o etnocentrismo presente na ciência moderna não se justifica.

Lévi-Strauss, em *O Pensamento Selvagem* (1989), enfatiza a atitude de espírito científico das populações indígenas ao afirmar que para elaborar técnicas muitas vezes longas e complexas, que permitem cultivar sem terra ou sem água; transformar grãos ou raízes tóxicas em alimentos, há uma atitude científica, uma curiosidade assídua e alerta, uma vontade de conhecer pelo prazer de conhecer, pois apenas uma fração das observações e experiências podia fornecer resultados práticos e imediatamente utilizáveis (1989:30). Lévi-Strauss afirma portanto que existem dois modos diferentes de pensamento científico, não em função de estágios desiguais de desenvolvimento do espírito humano, mas dois níveis estratégicos em que a natureza se deixa abordar pelo conhecimento científico: um aproximadamente ajustado ao da percepção e ao da imaginação e outro deslocado: como se as relações necessárias, objeto de toda ciência pudessem ser atingidos por dois caminhos diferentes: um próximo da intuição sensível e outro mais deslocado (1989:30). Em

suma, pode-se dizer que para Lévi-Strauss a forma do espírito das populações tradicionais é constante entre as culturas, diferindo somente o conteúdo. Michael Balick & Paul Cox (1996) em *Plants, People and Culture – The Science of Ethnobotany*, têm posições semelhantes ao afirmar que o conhecimento tradicional indígena e o científico ocidental estão epistemologicamente próximos, uma vez que ambos se baseiam numa constatação empírica (DIEGUES, 2008, p.179-180).

Independentemente da proximidade epistemológica referida pelos autores citados acima, acredito que dar voz e ouvidos às comunidades impactadas seja pela lógica de desenvolvimento, seja pela lógica de conservação da natureza é uma obrigação ética e moral.

A partir dessa necessidade, portanto, comungamos com as ideias de Enrique Leff e suas proposições em torno da importância da adoção de uma “racionalidade ambiental” e de um “saber ambiental”, sendo que ambas as ideias se dão por um profundo diálogo de saberes de forma não hierarquizada e nunca finalizada. Por essa não finalização é que entendemos que ambas as ideias constituem-se também como utopias. Utopias no sentido de serem um horizonte para onde olhamos e caminhamos, mas que, por serem fruto de um amplo processo democrático de diálogo, tal horizonte se refaz e se redefine constantemente. Segundo esse autor, portanto:

O diálogo de saberes não é a historicidade da verdade em seu devir lógico-experimental, mas propõe a confrontação de verdades arraigadas em identidades e tradições. Para além do enfrentamento de paradigmas de conhecimento nos quais algum haveria de vencer pela contundência de sua verdade, propõe-se o encontro das verdades legitimadas por sua história de constituição e domínio, com as verdades subjugadas, com a verdade que do que foi e assentado no real e na realidade, e com a *verdade como potência*; processo que se valida na confrontação do pensamento com o real, mas onde a “objetividade” nunca tem a última palavra porque é na justiça onde se desempenha a transcendência do mundo e o sentido da vida (LEFF, 2010, p.181)<sup>10</sup>.

Da confrontação dessas verdades é que emergem os saberes ambientais em busca de racionalidades ambientais, pois são esses saberes que:

transforma o conhecimento para construir uma nova ordem social. O saber ambiental está comprometido com a utopia, através de novas formas de posicionamento dos sujeitos da história frente ao conhecimento. Trata-se de um saber que não só articula as ciências existentes, mas forja novas ideologias e teorias, que geram novas

---

<sup>10</sup> Grifo do autor.

solidariedades e sentidos, que mobilizam ações sociais orientadas pelos princípios da racionalidade ambiental. Esta não só gera novos conhecimentos, mas induz um diálogo de saberes onde se forjam novas formas de organização social e apropriação subjetiva da realidade através das estratégias de poder no saber e pelo conhecimento (LEFF, 2010, p.188).

A partir dessas reflexões que se colocam no plano da teoria – pensada pela e com a prática no contexto do Delta do Jacuí - que parto para uma ação em busca de igualdade, sempre com o direito a diferença, e de autonomia, ainda que relativa. Percebo que a criação de uma unidade de conservação com o intuito de remediar uma “crise ambiental” acaba se colocando como uma problemática territorial. Essa, por sua vez, se impõe como questão de cidadania para as comunidades atingidas, na medida em que se veem privadas da possibilidade de gestão de seus territórios, privadas de direitos e com deveres diferenciados e, muitas vezes, privadas da possibilidade de determinar os rumos de seu grupo e de sua cultura, portanto, de si próprias enquanto sujeitos de si.

Enquanto possibilidade de superação dessa problemática, acredito na necessidade de um diálogo horizontal entre os saberes das comunidades e do saber técnico-científico que dá suporte a ação dos técnicos e do Estado. É com essa perspectiva que os procedimentos e o desenvolvimento dessa pesquisa se dão. Espero que dessa forma avanços sejam efetivados no que tange alguns dos problemas enfrentados pelas pessoas que vivem no Delta do Jacuí e que esse trabalho cumpra também uma função social para além da produção/reprodução de um conhecimento acadêmico em si.

#### 4. CONCEPÇÕES E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS - Possibilidades de caminhos.

*“Virginia Woolf tinha dinheiro e nenhuma dificuldade de habitar seu espaço interior. Essa riqueza de talento, esse sentimento de um fundo inesgotável e de um horizonte sem limites são nitidamente perceptíveis na espantosa meditação-passeio que é Um teto todo seu, sequencia de reflexões feitas a caminhar, pelas quais, como nos Devaneios de um caminhante solitário, passam esse impulso, esse sopro característico das ideias que nos ocorrem ao ar livre, ao ritmo de nossos passos. Elas têm uma força apaixonada e discreta, agindo suavemente. No caso da romancista inglesa, esse modo caminhante se confunde com um estilo tão vivo, complexo, íntimo e sensual que se tem a impressão, ao lê-la, de assistir à própria emergência de uma ideia, e de segui-la em seu avanço, suas hesitações, seus achados e seus prolongamentos sonhadores. Um teto todo seu é um texto livre sobre a liberdade. Seu poder é indissociável desse efeito de totalidade, de presença inteira de uma verdade vagabunda, catada ao longo das lembranças, das cenas de rua, das frases captadas ao léu e das associações de ideias. É uma verdade que nos toca porque se dá em sua subjetividade, ao invés de deduzir-se da lógica de um sistema, sem que jamais se saiba que pessoa, qual sujeito a encontrou em sua passagem, ao preço de que angústias, de que contradições, a partir de que desejos. Um certo tom de liberdade aparece primeiro no método, na forma; ele emana tanto da escrita quanto do andar de certas pessoas, a maneira como pedem um café, como abrem um livro, como sorriem, o que nos dá vontade de parar, falar com elas, ou simplesmente olhá-las de longe com prazer. Quanto ao conteúdo, à própria definição da palavra “liberdade” (que, cantada, não deixa ninguém indiferente), mudam não só em função das épocas, das situações, mas também segundo a idade e o momento de cada um. É por isso que podemos somente falar de nossa liberdade, neste instante preciso.”*

Chantal Thomas, *Somos dignos de ser livres?*

O método é o caminho seguido para se chegar às respostas das perguntas propostas ao longo da pesquisa. Estando isso claro, é necessário escolher um caminho a seguir. Em um primeiro momento, quando se inicia a pesquisa e em especial para os mais novos que estão iniciando sua caminhada, existe um esforço - quase uma ansiedade - para encaixar a pesquisa em algum método, em algum procedimento.

Pensando sobre esta pesquisa de mestrado, percebo que ela é maior do que o que propus como objetivos, que os procedimentos utilizados são mais amplos e diversos - ela se relaciona também ao *meu* amadurecimento. É também a materialização de um processo pessoal.

Durante meu trabalho como educador de capoeira, utilizava tal prática como algo lúdico para realizar um trabalho com crianças em situação de vulnerabilidade em parceria com o projeto “Ação Rua” da “Fundação Fé e Alegria”. Dessa forma, me inseri na comunidade, dialoguei e convivi. Além de pesquisar, tentei de dar um retorno para as pessoas com as quais estava trabalhando.

Durante a iniciação científica, buscando um diálogo de saberes a partir do trabalho de mapeamento participativo na Ilha da Pintada, realizei junto com o grupo do Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente (NEGA) oficinas na Escola Estadual de Ensino Médio Almirante Barroso. Lá, semanalmente, nos encontrávamos com alunos e discutíamos temas relativos à realidade deles e seu vínculo com o Delta.

Durante o Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharel em Geografia, analisei como o trabalho dos catadores de material reciclável do Delta se inseria em uma lógica mais ampla de mercado e de estruturação da economia de países subdesenvolvidos. Como suporte teórico, utilizei a ideia dos dois circuitos da economia urbana de Milton Santos (2004); como “fonte de dados”, utilizei entrevistas e conversas com alguns trabalhadores desse setor, moradores da Ilha Grande dos Marinheiros e da Ilha do Pavão.

Em meu trabalho como educador social junto ao Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP) e como membro da equipe do projeto “Delta do Jacuí: Gestão Integrada de Recursos Pesqueiros”, utilizamos o mapeamento participativo e reuniões com as comunidades de pescadores da área. Nosso objetivo era fortalecer o processo de gestão participativa dos recursos pesqueiros do Delta.

Como professor estadual de Ensino Fundamental na Escola Estadual de Ensino Fundamental Maria José Mabilde, convivia cotidianamente com crianças e suas famílias, moradores da Ilha da Pintada. Ministrava aulas de Geografia e Religião, nas quais buscava um processo de reflexão junto com os alunos sobre o espaço geográfico, sobre a sociedade em que vivemos e sobre a vida.

Para a pesquisa do mestrado, participei das reuniões mensais do Conselho Deliberativo da Área de Proteção Ambiental Delta do Jacuí. Discuti inúmeras questões com lideranças e moradores da área, analisei a proposta do

Plano de Manejo do Parque Estadual do Delta do Jacuí e realizei a leitura das atas das reuniões do Conselho Deliberativo da APAEDJ.

Ao longo desse processo e desses caminhos, portanto, fui aprendendo muito sobre o Delta, sobre as pessoas de lá, sobre o mundo. Ouvi muitas histórias contadas pelos ilhéus e vivi, junto com eles, muitas das minhas histórias. Portanto, o esforço empregado nessas páginas é o de retomar e colocar todo esse acúmulo de informações e conhecimentos de forma coerente e explicativa buscando superar um possível egocentrismo e um possível maniqueísmo, entendendo que sou mais um dos sujeitos que produziu o Delta até aqui.

A partir disso, posso afirmar que um dos meus pilares metodológicos é a pesquisa participante. Segundo Brandão e Borges (2007), as pesquisas participantes no Brasil e na América Latina apresentam uma multiplicidade de alternativas possíveis, porém todas comungam de uma mesma concepção política. Dizem eles:

Dos anos 60 e 70 até os dias de hoje, as suas diversas alternativas [das pesquisas participantes] pretendiam re-criar os termos da crítica científica e política às relações tradicionais entre o conhecimento produzido através de pesquisas científicas e as ações sociais associadas a elas ou delas derivadas. Elas aspiravam e seguem aspirando a diferentes dimensões de *transformações de ações sociais de vocação comunitária e popular*, a partir de uma elaboração sistemática de conhecimentos, de saberes e de valores construídos solidariamente, gerados através de pesquisas sociais colocadas a serviço de experiências co-participadas de criação coletiva de saberes, a partir do enlace entre profissionais e/ou militantes agenciados e as pessoas, grupos e comunidades populares. (BRANDÃO e BORGES, 2007, p. 55-56)<sup>11</sup>.

Esta pesquisa, portanto, apresenta, como maior “fonte de dados”, minha própria coexistência *com e nas* ilhas, *com e no* Delta, o contato cotidiano com aquele espaço e com as pessoas que dão vida a ele. Ao longo do processo todo, busquei a transformação do(s) contexto(s) do(s) qual(is) fazia parte através do diálogo com os sujeito envolvidos. Dessa forma, buscava, bem como as pessoas que participaram desse processo comigo, a resignificação e a produção de saberes.

Sobre isso, note-se o que afirma Porto-Gonçalves (2010), que, ao falar sobre o método (caminho a ser seguido), nos apresenta um dos paradoxos da

---

<sup>11</sup> Grifo do autor.

ciência moderna: como dominar um método para desvendar os segredos do objeto de pesquisa sem ter antes uma relação efetiva com ele? (E eu acrescentaria: como dominá-lo sem ter, também, uma relação *afetiva* com ele?). Sendo assim, “nenhum método pode ser construído a não ser na relação com o objeto” (2010, p.41-42). Acredito, logo, que essa questão fundamental a um método que se pretenda participativo e que dialoga com os sujeitos e com as comunidades estudadas está presente neste trabalho que aqui se apresenta.

Aliado a isso, Cattaneo, em sua dissertação, entende a metodologia

não como um conjunto de práticas e técnicas lineares que são descritas detalhadamente no escopo do trabalho, mas como um dos pontos cruciais do mesmo, onde é possível construir, desconstruir e reconstruir teorias, idéias e conceitos de forma livre e plural, sem deixar de lado o rigor metodológico necessário a um trabalho coerente, mas não o prendendo a um único e determinado método (CATTANEO, 2004, p.25).

Ou seja, a metodologia, o método, é também uma experimentação. Na medida em que diferentes caminhos vão sendo trilhados e diversas escolhas vão sendo feitas, enquanto o trabalho se desenrola, a pesquisa, o diálogo e a participação se efetivam. Como ele bem frisa, as escolhas não são aleatórias, estão em consonância com os objetivos do trabalho, mas também das necessidades que surgem quando o diálogo se estabelece e, dessa forma, o processo da pesquisa, reflexão, escrita e convivência/ação se dá de forma coerente.

Nesse sentido, são necessários parâmetros que possam balizar os pensamentos e percepções. Aqui os conceitos (teóricos) de ambiente, território e cidadania são de fundamental importância, pois eles apresentam-se como as categorias de análise e agrupamento que utilizo. Como eu já possuía um conhecimento prévio da realidade que estava estudando, busquei diferentes aportes teóricos de forma que os conceitos postos acima representassem a realidade observada cotidianamente. Dessa forma teoria e realidade se retroalimentam.

Segundo Moraes (1999) a categorização pode ser definida como:

uma operação de classificação dos elementos de uma mensagem seguindo determinados critérios. Ela facilita a análise da informação, mas deve fundamentar-se numa definição precisa do problema, dos

objetivos e dos elementos utilizados na análise de conteúdo (MORAES, 1999, p.18).

Ainda segundo esse autor, a análise de conteúdo pode apresentar duas perspectivas. Uma delas é quantitativa e a outra é qualitativa, sendo a essa vertente que nos afiliamos. Segundo ele:

Numa abordagem qualitativa, construtiva ou heurística, esta construção [a categorização], ao menos em parte, pode ocorrer ao longo do processo. Nesta abordagem, assim como as categorias poderão ir emergindo ao longo do estudo, também a orientação mais específica do trabalho, os objetivos no seu sentido mais preciso, poderão ir se delineando à medida que a investigação avança (MORAES, 1999, p.12).

Portanto, ao fazer a leitura das atas, da proposta de plano de manejo do PEDJ e das experiências vividas essas categorias de análise funcionam como pontos de amarração, sendo que esses foram se estabelecendo ao longo do processo. É a partir desses pontos que busco a identificação dos conflitos ambientais, territoriais e de cidadania que lá se expressam e que, em parte, pude perceber e conviver. Esse conflitos se materializam na forma questões existentes nas ilhas e nas UCs que se impõe cotidianamente na medida em que se vive e se usa aquele espaço.

## 5. SUJEITOS DA PESQUISA - Companheiros de caminhada.

Diferenciar e classificar são procedimentos recorrentes na ciência. No primeiro caso, o procedimento é adotado para que fique claro que o todo analisado é constituído de partes que são diferentes entre si e, quando se diz algo, é a uma dessas partes a que se está referindo. Dessa forma, alguns entendimentos estão restritos a uma parcela da totalidade do que está sendo visto ou pensado. Diferenciar é importante também na medida em que a possibilidade e capacidade de influenciar o todo não são iguais para todas as partes que o constituem.

O segundo procedimento, por sua vez, é adotado para que algumas ideias possam ser generalizadas, uma vez não ser possível levar em conta a totalidade dos fatos ou indivíduos. Ao se generalizar cria-se algo que poderia ser entendido como uma lei e que, dessa forma, poderia ser replicado e utilizado em outras situações e realidades que não a estudada originalmente. Algo que está além do empírico, vinculado à teoria, portanto.

Nesse sentido, entendo que uma questão chave dessa reflexão é a diferenciação entre os diferentes sujeitos que participam do cotidiano do Delta, seja na APAEDJ seja no PEDJ, e a sua classificação para que se possa ampliar o entendimento da relação entre esses grupos para outras realidades para além dessas duas unidades de conservação.

Como citado anteriormente, a multiplicidade de grupos que se localizam na área dessas unidades é grande, bem como são divergentes seus interesses na sua utilização. Além disso, a capacidade de influenciar as tomadas de decisão no que tange a gestão territorial é discrepante. Nesse sentido, e de acordo com os objetivos desse trabalho, julgo que essa capacidade deve ser levada em conta ao classificar e generalizar algumas ideias.

A primeira possibilidade pensada para a classificação dos sujeitos e grupos foi a partir do conceito de *comunidades tradicionais*. Eles – os pertencentes à comunidade tradicional - se oporiam a todos os que não o fossem. Para Diegues (2008), as comunidades tradicionais são aquelas que, dentre outras coisas apresentam:

- a) dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir dos quais se constrói um modo de vida;
- b) conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração por via oral;
- c) noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;
- d) moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados;
- e) importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado;
- f) reduzida acumulação de capital;
- g) importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;
- h) importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e atividades extrativistas;
- i) a tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre meio ambiente. Há reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final;
- j) fraco poder político, que em geral reside com os grupos de poder dos centros urbanos;
- l) auto-identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras. (DIEGUES, 2008, p. 52).

Tal conceituação caberia nas análises aqui feitas, uma vez que os pescadores da área se encaixam nessa conceituação, sendo, inclusive, legalmente reconhecidos como tal. Aliado a isso, juridicamente esse conceito já está sedimentado, sendo reconhecido nas leis que tratam de unidades de conservação – o que, politicamente, é importante para essas comunidades no que se refere ao acesso, uso e garantia do território. Além disso, utilizando-o seria mais fácil transpor as análises aqui feitas para a realidade de outras áreas.

Contudo, na realidade do Delta, esse conceito abarca apenas uma parcela dos sujeitos sobre os quais desejo tratar – os pescadores – deixando outros tantos que também merecem, não só a atenção, mas também um tratamento especial, de fora das discussões. Utilizando esse conceito, não poderia tratar dos carroceiros, carrinheiros ou das pessoas que trabalham na separação de materiais recicláveis; não poderia falar também dos mais pobres que foram para as ilhas buscando um local para construir suas (precárias) moradias. E, como percebido ao longo das vivências nas ilhas, essas pessoas

também sofrem impactos significativos em suas vidas pela forma com que a APAEDJ e o PEDJ foram geridos nos últimos anos.

Outro conceito que pensei utilizar, mais amplo, foi o de “pobres”, que se contraporiam aos “ricos”. Ele é interessante na medida em que a questão financeira é fundamental para entender alguns impactos sofridos pelo fato de a área ser considerada de conservação. Ou ainda, por impactos não sofridos, mesmo a área sendo considerada de conservação. Esses “impactos” são fortemente referidos pelas lideranças com as quais convivi quando tratamos do tema das moradias. Eles falam que é comum um “rico” construir sua mansão e nada acontecer; por outro lado, um “pobre” ao tentar realizar uma reforma ou melhoria em sua casa é proibido e punido por isso.

Outra questão interessante “a favor” desse conceito é o fato de que muitas pessoas que vivem nas ilhas sentem essa diferenciação e ao perceberem-na chamam-se de pobres e se contrapõe aos ricos (ou ricos como dizem alguns).

Contudo, entendo que a questão puramente financeira não explica a complexidade do não acesso, da não participação, da não cidadania percebida ao longo dos anos de convivência com os moradores das ilhas do Delta do Jacuí. Existe uma diferenciação cultural, de racionalidade, entre os sujeitos que possibilita ou não a capacidade de influenciar na gestão da área ou fazer valer seus desejos e necessidades; questão já tratada de forma mais aprofundada no capítulo teórico dessa dissertação.

Além disso, entendo que os funcionários públicos que trabalham ou atuam na área – gestores das UCs, professores das escolas ou médicos dos postos de saúde - não poderiam ser classificados como “ricos”, muito embora, se posicionem e se comportem como se fossem dessa categoria, uma vez que não apresentam a diferença cultural referida. Tanto os “ricos” quanto os grupos citados acima compartilham de uma racionalidade técnico-científica.

Outro conceito que poderia ser utilizado é o de “oprimidos” a partir da leitura de Paulo Freire (em especial no livro Pedagogia do Oprimido da página 16 à página 32). Entendo que ele carrega essa questão financeira, mas extrapola-a ao levar em consideração a cultura dos indivíduos e as relações sociais que produzem essa situação social. Logicamente os “oprimidos” se oporiam aos “opressores”.

Além disso, Paulo Freire propõe também um “método” de superação da forma de organização social que leva a essa dicotomia entre grupos sociais, o que é interessante pela perspectiva adotada nesse trabalho. Todavia, entendo que essa dicotomização assumiu um caráter panfletário ao longo dos anos e acabou por se esvaziar de sentido, o que poderia nos levar a uma análise maniqueísta da situação. Aliado a isso, entendo que todos somos oprimidos e todos somos opressores em alguma escala, portanto seria complicado classificar os sujeitos analisados de forma coerente.

Outra possibilidade aventada foi classificar os mais pobres como “os de baixo”, já os mais ricos ou aqueles que trabalhassem no órgão ambiental seriam “os de cima”. Essa ideia surge a partir da leitura de Milton Santos (2009, p. 281-288) quando fala das verticalidades e horizontalidades. As verticalidades são simbolizadas pelos vetores (técnicas, ordens, normas, informações) globais que se instalam nos lugares dando-lhes novas significações econômicas alterando a organização e as relações socioespaciais precedentes. Essas, por sua vez, seriam as horizontalidades, organizações e relações socioespaciais locais constituídas.

Esses vetores, portanto, viriam “de cima”, do global, e se manifestariam “em baixo”, no local. A partir dessa imposição econômica, as pessoas que estão inseridas nas lógicas locais – de baixo –, onde tecem suas redes de relações sociais (autóctones, portanto), passam por um processo de entropia, de desestruturação, seguido de uma reestruturação econômica e social (exótica) que leva a alienação não só do indivíduo, mas também do lugar.

Nos dizeres do autor:

Na união vertical, os vetores de modernização são entrópicos. Eles trazem desordem às regiões onde se instalam, porque a ordem que criam é em próprio e exclusivo benefício. Isso se dá ao serviço do mercado, e tende a corroer a coesão horizontal que está posta ao serviço da sociedade civil tomada como um todo (SANTOS, 2009, p. 258-259).

Porém, quando o autor se utiliza desses conceitos, ele salienta questões vinculadas à globalização econômica e de uso capitalista do espaço. Compreendo que o autor não se refere exclusivamente ao lado financeiro ou produtivo, mas a isso é dado prioridade. Esse não é o ponto central nesse trabalho, muito embora seja importante.

No entanto, ainda em Milton Santos (2009, p. 29-59), busca-se a ideia da valorização das técnicas como meio de se impor tanto ideológica ou culturalmente como territorial ou financeiramente. Essa noção possibilita entender que alguns apresentam mais possibilidades de comunicação, circulação, imposição de ideias e possuem uma determinada forma de relação com o ambiente ao fazerem parte da lógica global moderna a partir do uso e domínio de técnicas avançadas. Por outro lado, outros se encontram mais “presos” ao local, com restrições de deslocamento, menos capacidade de impor sua vontade e apresentam, também, outro(s) tipo(s) de relação com o ambiente – relações não hegemônicas - quando em um contexto de uso ou domínio de técnicas não modernas ou tradicionais. Portanto o acesso aos objetos e ações mais modernos, e a lógica que eles carregam em si, é símbolo e possibilidade preponderante na capacidade de fazer valer determinados interesses.

Antes de prosseguir, vejamos como o autor define o que é uma técnica: “As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço” (SANTOS, 2009, p.29). A técnica, portanto, não é apenas o objeto em si, mas também os processos sociais, que fazem a mediação entre o ser e o mundo - elas definem o estar no mundo. As técnicas são os meios de realização da vida e, em si, carregam um conhecimento que está por trás do uso dos objetos e do espaço.

Contudo, como salienta o autor, as técnicas não se difundem de forma homogênea “na história e no território, no tempo e no espaço” (p.39) e acrescento ainda, nos diferentes grupos sociais. Nesse sentido, a presença das técnicas pode indicar diferentes regiões do espaço, diferentes relações com o ambiente, diferentes temporalidades e diferentes grupos sociais coexistindo e se relacionando de formas distintas com o mesmo ambiente.

Especificamente sobre a questão das temporalidades, importante de ser destacada nesse momento, o autor afirma:

As técnicas são datadas e incluem tempo, qualitativamente e quantitativamente. As técnicas são uma medida do tempo: o tempo do processo direto de trabalho, o tempo da circulação, o tempo da divisão territorial do trabalho e o tempo da cooperação (SANTOS, 2009, p. 54).

Ou seja, técnica e tempo se fundem e isso pode ser percebido no processo de trabalho, por exemplo. E o trabalho é a forma com que o homem se relaciona com o espaço, com a natureza.

Outro ponto que julgo importante nesse contexto estudado com relação às técnicas é a intencionalidade que elas carregam. Ou seja, as técnicas (objetos ou ações) são realizadas a partir de um desejo ou necessidade. Existe um pensamento, uma intenção antes da produção do objeto ou da efetivação da ação. Essa existência da técnica no mundo das ideias está imersa na racionalidade à qual a pessoa compartilha com seu grupo. Sobre a noção de racionalidade, o autor afirma que ela é “eficaz na contemplação do processo de produção e de produção das coisas, considerados como um resultado da relação entre o homem e o mundo, entre o homem e o seu entorno.” (SANTOS, 2009, p. 90).

Feita essa breve retomada de algumas noções sobre as técnicas presentes no pensamento de Milton Santos, voltamos ao Delta do Jacuí. Nas ilhas, portanto, percebe-se que a maioria das pessoas não tem acesso às técnicas mais modernas. Os barcos dos pescadores não são os mais modernos, bem como seus motores são mais lentos que os das lanchas dos “mais ricos”. A maior parte da mão de obra que sai das ilhas para trabalhar nos demais bairros da cidade se desloca de ônibus, tendo que ficar horas nas paradas e nos engarrafamentos; quem anda de carro no interior das ilhas são os “ricos”. Ainda que alguns “pobres” possuam carros, eles são mais simples, antigos, baratos. O acesso à internet - capacidade de comunicação - é complicado; os computadores são antigos e a internet é lenta para os “pobres”, já os “ricos” com seus computadores e telefones modernos acessam a rede global de forma veloz.

A partir disso, podemos dizer que algumas pessoas das ilhas deslocam-se de forma mais lenta pelo espaço, pois não possuem técnicas modernas, enquanto outras possuem grande mobilidade espacial. Chamo a atenção aqui à noção dos territórios-rede de Rogério Haesbaert que apresentei em capítulo anterior, ela dá força a essa ideia na medida em que para a constituição desse tipo de território a mobilidade espacial é fundamental.

Pode-se notar também que a possibilidade de participação em outros meios (inclusive o virtual) é limitado pela ausência das técnicas avançadas,

isso torna o espaço um constrangimento – usando um chavão filosófico - devido ao tempo necessário para superá-lo. Ou seja, o tempo - ou a temporalidade - é uma questão chave.

Outro ponto importante sobre o acesso às técnicas é o fato de que nas ilhas ainda existem pessoas que não tem acesso à rede de luz ou à rede de água. Saneamento básico torna-se um luxo; os esgotos são lançados diretamente nos corpos hídricos, rios e banhados, ou as casas apresentam fossas negras (os buracos como alguns chamam). Ou seja, pessoas que vivem nas ilhas ainda tem o acesso negado a técnicas muito básicas. É como se estivessem em outro tempo, porém histórico.

Uma última reflexão sobre o Delta e as técnicas se dá a partir da vivência e observação com os pescadores (não só eles, mas principalmente eles). Os pescadores desenvolveram ao longo de gerações conhecimento e técnicas relativas aos recursos naturais e aos ciclos da natureza no Delta seja para trabalhar, seja para habitar. Essas técnicas, que se relacionam aos ciclos da natureza, fazem parte do seu modo de vida, bem como faz parte do modo de vida dos “pobres” em geral que lá vivem e que, pode-se dizer: ou não possuem recursos financeiros para alterar o ambiente em que vivem, diminuindo os impactos ambientais que sofrem; ou respeitam a legislação do PEDJ e da APAEDJ que proíbe alterações nas margens das ilhas; ou, ainda, já incorporaram os ciclos naturais à forma com que vivem, não sendo eles um problema para essas pessoas (as cheias por exemplo).

De qualquer forma, essas pessoas apresentam maior relação com o tempo da natureza devido às técnicas que usam ou que não usam; tempo esse que vem sendo suplantado pelo tempo da técnica, ou melhor, da tecnologia. Esse tempo artificial é veloz, diferentemente do tempo da natureza que é lento. A partir disso, penso que o acesso às técnicas modernas representa a possibilidade de deslocamentos mais velozes, de estar em outros locais de forma mais veloz, de maior participação no mundo global moderno que é veloz, de maior capacidade de alteração/interferência nos ciclos naturais. Por outro lado, o não acesso ou a não incorporação das técnicas modernas impede ou torna tudo isso mais lento. O tempo, a temporalidade, portanto é algo fundamental para entender a relação dos grupos com o espaço, com o

ambiente, com o território, e até com a cidadania; tudo isso mediado pelas técnicas mais ou menos modernas.

Pela realidade vivenciada nas ilhas, pode-se dizer que existe uma oposição entre dois grandes grupos – não homogêneos – que compartilham de racionalidades diferentes. A partir do exposto acima chamarei os que não têm acesso a essas técnicas de “os de tempo lento”, aqueles que têm serão chamados de “os de tempo rápido”. Essa diferença é facilmente verificável empiricamente e carrega consigo o choque entre o tradicional e o moderno, o de riqueza e pobreza, o de ser global e o de ser local, o de ter e o de não ter maiores possibilidades de acesso e influência. Entendo que essas questões todas perpassam e trazem consigo fatos já mencionados acima ou que irão ser tratados a seguir - a cultura, a racionalidade dos grupos, a sua forma de ser e estar no Delta e no mundo. Questões essas que nas ilhas se encontram, se chocam e coexistem.

Retomando Milton Santos:

A vida social, nas suas diferenças e hierarquias, dá-se segundo tempos diversos que se casam e anastomosam, entrelaçados no chamado viver comum. Esse viver comum se realiza no espaço, seja qual for a escala – do lugarejo, da grande cidade, da região, do país inteiro, do mundo. A ordem espacial é a ordem geral, que coordena e regula as ordens exclusivas de cada tempo particular. Segundo Leibniz (1695), o espaço é a ordem das coexistências possíveis (SANTOS, 2009, p. 159).

Portanto, o espaço do Delta é vivenciado de distintas formas, mediado por diferentes técnicas, que se inserem e possibilitam diversas temporalidades. Todos lá coexistem de forma não harmoniosa, uma vez que existem conflitos; porém de forma harmônica, uma vez que integram a mesma totalidade.

A seguir algumas fotos demonstram essas temporalidades e os sujeitos que as carregam em si. Ali são mostradas algumas pessoas com as quais convivi e aprendi ao longo da caminhada de pesquisas.

**FIGURA 2 – Mosaico de fotos**



**FONTE: Registros do autor**

## 6. HISTÓRICO DA ÁREA – Tempos e espaços pelos quais passei.

*“Não disse nada. Limitou-se a irradiar em direção a Sidarta carinho e serenidade, compreensão e sabedoria. Agarrando a mão do amigo, conduziu-o à ribeira. Lá, sentou-se ao seu lado. Sorrindo, contemplou o rio:*

*- Ouviste como ele se riu – disse. – Mas não ouviste tudo. Preste atenção. Logo ouvirás muito mais.*

*E ambos escutavam o murmúrio das ondas. Suavemente ressoava o canto das inúmeras vozes do rio. Sidarta olhava as águas e nas correntes surgiram imagens: aparecia-lhe o pai solitário, a lamentar a perda do filho; aparecia ele mesmo, igualmente solitário, ligado ao filho distante pelas amarras da saudade; aparecia-lhe o filho, também solitário, a percorrer avidamente a pista abrasada dos seus desejos juvenis. Cada qual tinha os olhos fixos na sua meta; cada qual andava fanaticamente atrás do seu desígnio; cada qual sofria. O rio cantava com voz plangente. Cantava saudades (...)*

*A imagem do pai, a sua própria imagem e a do filho, todas elas se confundiam (...) Entremesclavam-se, tornavam-se rio e como tal fluíam em direção à meta, ávida, ansiosa, tristemente. E a voz do rio ressoava, cheia de saudade, cheia de doloroso pesar, cheia de insaciável desejo. O rio rumava em direção a sua foz. Sidarta percebia a pressa daquela corrente formada por ele mesmo, pelos seus, por todos os homens que já se lhe haviam deparado. Todas essas ondas e águas, carregadas de sofrimentos, precipitavam-se em busca de suas metas, que eram muitas, as cataratas, o lago, o estreito, o mar, e, uma a uma, as metas eram alcançadas, mas cada qual seguia outra; da água formava-se bruma, que subia ao céu, transformava-se em chuva, a cair das alturas, virava fonte, virava regato, virava rio e novamente iniciava a sua jornada, novamente fluía rumo à meta. Mas a voz sôfrega acabava de mudar. Ainda ressoava, plangente, inquiridora, porém se misturava com outras vozes, alegre e aflitas, boas e más, risonhas e entristecidas, centenas de vozes, milhares de vozes.*

*Sidarta escutava. Naquele momento, era todo ouvidos, entregando-se por inteiro à própria atenção (...) Sentia que àquela hora atingiria a derradeira perfeição na arte de escutar. Quantas vezes não ouvira todos aqueles rumores, a multiplicidade das vozes que vinham do rio, mas naquele dia lhe pareciam novas. Já não era capaz de identificá-las. Não conseguia distinguir as vozes jubilosas das choronas, as infantis das másculas. Todas elas formavam uma só, a lamentação da nostalgia, a risada do ceticismo, o grito da cólera e o estertor da agonia. Tudo era uma e a mesma coisa, tudo se entretecia, enredava-se, emaranhava-se mil vezes. E todo aquele conjunto, a soma das vozes, a totalidade das metas, das ânsias, dos sofrimentos, das delícias, todo o Bem e todo o Mal, esse conjunto era o mundo. Esse conjunto era o rio dos destinos, era a música da vida. Mas quando ele escutava atentamente o que cantava o rio, com seu coro de mil vozes, quando se abstinha de destilar dele o sofrimento ou o riso, quando cessava de ligar a alma a determinada voz e de penetrar nela com o seu espírito, quando, pelo contrário, ouvia todas elas, a soma, a unidade, acontecia que a grandiosa cantiga dos milhares de vozes se resumia numa só palavra, que era Om, a perfeição.”*

Hermann Hesse, *Sidarta*.

Para compreender o processo de formação dos distintos territórios na área do Delta do Jacuí, bem como das formas de relação dos já mencionados grupos com a natureza é importante que se faça uma retomada histórica do processo de uso e ocupação do Delta do Jacuí. Penso que o conhecimento do processo histórico é fundamental para o entendimento das condições atuais de existência, seja de uso, seja de vinculação simbólica com o espaço. Acredito também que as formas pretéritas de uso do Delta influenciam nas atuais lógicas sociais na área. É como nos adverte Milton Santos (2009): “as condições preexistentes em cada lugar, o seu estoque de recursos, materiais ou não, e de organização – essas rugosidades – constituem as coordenadas que orientam as novas ações.” (p.203).

É a partir dessa ideia de que o espaço influencia no desenrolar da história, no desenvolvimento da sociedade, que ele cria o conceito de rugosidade. Para ele, as rugosidades são marcas no espaço dos sistemas técnicos de tempos passados. É importante lembrar que o autor não fala apenas de marcas na materialidade do espaço, mas também de “heranças socioterritoriais ou sociogeográficas.” (p. 43). Para redimir dúvidas, lembro que, para ele, uma técnica não é apenas o objeto (materialidade), mas também um modo de fazer ou uma forma determinada de organização, por exemplo; portanto, imaterialidade.

Contudo, a relação entre o tempo e o espaço - entre a história e a geografia - muito embora seja recorrente nos discursos geográficos, não é simples de ser realizada. Ela sofre do que Milton Santos chama de “frouxidão conceitual” (p. 50). Para superar esse problema, ele propõe que se façam periodizações do tempo a partir dos sistemas técnicos de uso do espaço, pois dessa forma, o tempo tornar-se-ia empírico, passível de ser espacializado, geografizado. Dessa forma então, tempo, espaço e mundo tornam-se mutuamente conversíveis.

Assim explica o autor:

Tempo, espaço e mundo são realidades históricas, que devem ser mutuamente conversíveis, se nossa preocupação epistemológica é totalizadora. Em qualquer momento, o ponto de partida é a sociedade humana em processo, isto é, realizando-se. Essa realização se dá sobre uma base material: o espaço e seu uso; o tempo e seu uso; a materialidade e suas diversas formas; as ações e suas diversas feições. Assim empirizamos o tempo, tornando-o material, e desse

modo assimilamos ao espaço, que não existe sem materialidade. A técnica entra aqui como um traço de união, historicamente e epistemologicamente. As técnicas, de um lado dão-nos a possibilidade de empiricização do tempo e, de outro lado, a possibilidade de uma qualificação precisa da materialidade sobre a qual as sociedades humanas trabalham. Então, essa empiricização pode ser a base de uma sistematização solidária com as características de cada época. Ao longo da história, as técnicas se dão como sistemas, diferentemente caracterizadas. (SANTOS, 2009, p.54).

Ou seja, o trabalho humano de produção e desenvolvimento das sociedades se dá ao longo do tempo e no espaço a partir do uso de distintas técnicas. Na medida em que, ao longo do tempo, as técnicas – ou sistemas técnicos – se alteram, altera-se também a relação do homem e da sociedade com o espaço, com o mundo. Nessa medida, o uso dos diferentes sistemas técnicos torna a relação entre tempo e espaço algo empírico, verificável.

Todavia, como já mencionado no capítulo anterior, no Delta do Jacuí existem diversos tempos, ou temporalidades que coexistem. É essa coexistência que produz a classificação que estarei me utilizando nesse texto – pessoas de tempo lento e pessoas de tempo rápido. Isso é verificável justamente pela convivência de diferentes sistemas técnicos que ainda são mantidos atuando naquele espaço – as rugosidades.

Aqui então, mais uma vez, me utilizo de uma noção trazida por Milton Santos: a de que “espaço é acumulação desigual de tempo” (apud SUERTEGARAY, 2000, p.19). Portanto, desde já antecipo que muito embora os períodos adiante sejam apresentados de forma isolada, isso se deve a uma questão didática, de apresentação, uma vez que naquele espaço cotidianamente diferentes tempos se cruzam, convivem e se chocam. O que acontece é que cada novo sistema técnico que se impõe hegemonicamente com sua respectiva temporalidade sobre os demais, mas nunca acabando com eles.

Contudo, a preocupação e procedimento de periodizar a história do Delta não parte apenas de uma perspectiva científica. Em conversa com um antigo pescador e morador da Ilha da Pintada, ele relata que a relação da cidade com as ilhas se altera com o passar do tempo e ele simboliza essas alterações a partir de alguns eventos marcantes para ele. É assim que ele percebe a relação do seu território de pescador e ilhéu com o restante da cidade - em períodos.

Diz ele que os moradores da ilha tinham uma relação muito próxima com o centro da cidade e com os outros habitantes dela, contudo, a cidade virou as costas para as ilhas quando construiu o Muro da Mauá na década de 70. Esse muro foi construído para proteger a cidade das cheias do Guaíba. É mais um dos símbolos de uma Porto Alegre que se modernizava e precisava se proteger da força da natureza.

Sabemos que o tempo da técnica moderna é outro que não o da natureza, esse é lento, aquele é veloz. A lentidão não interessa para a cidade que pretende ser moderna. Constrói-se assim, além da proteção contra as forças da natureza, uma venda nos olhos da cidade para que não mais veja o que não lhe interessa – lá está o muro até hoje.

Quem aproveita esse tempo da natureza hoje em dia? As “exceções”: de um lado aqueles que têm dinheiro para praticar esportes náuticos e ter mansões nas ilhas, do outro aqueles que estão “fadados” a lá viverem. O restante da população de Porto Alegre - que vai ao centro da cidade, por exemplo - está privada dessa relação, do prazer de ver um belo pôr do sol no Guaíba.

Retomando a fala do pescador: “a cidade virou as costas para nós”. Ao afirmar isso, ele indica o esquecimento de uma importante e singular cultura que faz parte da cidade. Ao mesmo tempo, a cidade “esqueceu” aquela área. Ao fazer isso, ao negar o tempo da natureza, negou também os que a esse tempo se vinculam. Carlos Walter Porto-Gonçalves (2010, p.97) disse que a perspectiva de dominar a natureza presente em nossa sociedade carrega também a noção de que se domine os que dela fazem parte – indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais. Usamos a mesma lógica para afirmar que negando o tempo da natureza, nega-se também os que nesse/desse tempo vivem.

Para perceber isso, basta olhar o plano diretor da cidade de Porto Alegre, que mostra as ilhas, o Bairro Arquipélago, como uma grande área verde. Nesse sentido, qual a necessidade de um posto de saúde? Qual a necessidade de uma escola? Lá é apenas uma área verde sem pessoas morando, um vazio urbano. Vazio que nunca foi.

Todavia, em uma sociedade em que tudo deve ter um sentido, um objetivo, uma intencionalidade, um vazio urbano sem uso ao lado da capital do

estado não faz sentido. Cria-se então uma unidade de conservação para proteger a natureza que já não mais fazia parte da cidade moderna. Assim, dá-se um uso ao que era inútil, dá-se uma intencionalidade àquele pedaço de natureza – mas, como veremos adiante, esse não é o único motivo.

A partir dessas ideias, pode-se destacar quatro diferentes períodos do Delta do Jacuí. O primeiro deles se chamará de Período Antigo, quando a cidade como a percebemos hoje ainda não existia e as ilhas eram ocupadas e usadas pelos indígenas e quilombolas. Desse período têm-se poucas informações. Posteriormente, o segundo período que será chamado de Período Tradicional. Nele o uso da área se dá pelos pescadores e agricultores, o Delta é visto como um local de produção de alimentos para a cidade e existe uma íntima relação dos ilhéus com o tempo da natureza. O terceiro chamar-se-á de Período Moderno. Nesse período a cidade inicia sua modernização, o Muro da Mauá é construído, bem como as pontes sobre o Guaíba, nesse momento o Delta passa a ser visto como um vazio urbano e um contingente de pessoas pobres vão para as ilhas em busca de moradia. O quarto e último período será chamado de Período Contemporâneo - é nesse momento que o Parque Estadual do Delta do Jacuí é criado e ao Delta se dá um uso prioritariamente por parte do Estado tendo como premissa a proteção da natureza.

### 6.1. PERÍODO ANTIGO.

A ocupação e uso da região do Delta do Jacuí por seres humanos remonta há muitos séculos:

No Arroio do Conde, que desemboca no Rio Jacuí, na altura de São Jerônimo - local que os pescadores das ilhas conhecem muito bem -, vários objetos de pedra e de osso - instrumentos de trabalho e utensílios domésticos - foram encontrados. Acredita-se que alguns deles foram confeccionados há uns mil e oitocentos anos atrás pelos índios Guaranis, quando toda a região lhes pertencia. (PORTO ALEGRE, 1995, p.18).

Ou seja, toda a região na qual o Delta está inserido fazia parte do grande território (*tekohá*) dos índios Guaranis. Não há evidências de que os

Guaranis tenham, de fato, habitado as ilhas, mas existem indícios de que eles as utilizavam como local de pesca, caça e extração vegetal.

Os Guaranis permaneceram usando esse grande território até o início da colonização branca no sul do Brasil. Acabaram abandonando a área, primeiramente em função das reduções jesuíticas e dos padres que pretendiam catequizá-los; em seguida, fugindo dos bandeirantes que vinham de São Paulo para escravizá-los. Entre 1626 e 1637, os jesuítas estabeleceram diversas reduções guaraníticas ao longo do rio Jacuí e em 1628 houve a tentativa de se estabelecer uma delas às margens do Guaíba. Entretanto, todas as reduções foram destruídas pelos bandeirantes (PORTO ALEGRE, 1995, p. 21).

Em um segundo momento, esse território (ou essa grande região na qual o Delta está inserido) passa a ser utilizado pelos colonizadores para a produção do charque, importante para o abastecimento das Minas Gerais, nas quais se desenvolvia o ciclo do ouro no Brasil. Nesse cenário, os rios eram fundamentais para o deslocamento da produção e da população que vivia na região. O Delta do Jacuí, portanto, sempre foi local de constante passagem de pessoas. A maior parte delas não eram proprietárias de terras nem estavam diretamente incorporadas ao ciclo econômico do charque – que, ao mesmo tempo, eram fundamentais na medida em que Portugal visava à ocupação do estado para garanti-lo enquanto território colonial. Nesse sentido, um grande contingente populacional circulava pela região.

E serão essas pessoas sem terras, vagando de lugar em lugar, os quais irão em sua maioria povoar as nossas ilhas. Ali irão formar uma comunidade que, vivendo em pequenos pedaços de terra e enfrentando as adversidade da natureza, criará um dos mais sólidos núcleos habitacionais com uma das culturas, modos de vida mais singulares e belos da cidade de Porto Alegre. (PORTO ALEGRE, 1995, p.24).

Antes de explorar melhor essa ideia, é importante lembrar também que há fortes indícios de que as ilhas tenham sido também local de esconderijos de negros escravizados fugidos e de estabelecimento de quilombos. Pode-se explicar isso devido ao difícil acesso na época e à vegetação abundante, o que tornava o lugar ideal para tanto. Existem vários exemplos de nomes de ilhas e de acidentes geográficos que remetem a essa ocupação, tais como Ilha do Quilombo (atual Ilha das Flores), Saco do Quilombo, Ilha Maria Conga (atual Ilha da Casa da Pólvora), entre outros.

Outros fatores indicativos disso são de que na região do vale do rio Jacuí e às margens do Guaíba havia charqueadas que utilizavam grande número de negros escravizados como mão de obra, sendo assim, o Delta do Jacuí era área de passagem obrigatória para eles e para os produtos. Além disso, o transporte era realizado por embarcações que eram construídas por negros, sendo eles seus remadores.

Segundo levantamentos, essa região concentrava 35% da mão de obra escravizada do estado e no ano de 1780, 29% da população de Porto Alegre era formada por negros escravizados. Contudo, como já foi dito, desse período se tem poucas informações que nos possibilitem afirmar presença de quilombos nas ilhas. Poucos estudos arqueológicos foram feitos na área para que isso seja dito com certeza, embora existam fortes indicativos para tal (PORTO ALEGRE, 1995).

Com exceção de um possível quilombo, as ilhas eram tidas como pontos de passagem em função das estâncias produtoras de charque. Na medida em que esse ciclo econômico entra em decadência e inicia sua desestruturação, a relação com o Delta se altera também. Importante salientar que não há uma ruptura abrupta entre um período e outro, mas sim uma transição em que os dois modos de ocupação e uso ocorriam de forma concomitante.

## 6.2. PERÍODO TRADICIONAL.

Quando a cidade de Porto Alegre começa a se desenvolver de forma mais efetiva, o Delta volta a ganhar importância como provedor de pescado e produtos agrícolas. Muito embora a maior parte da produção ficasse reservada para o consumo próprio das famílias, os excedentes eram vendidos para moradores do centro. Nesse momento, o uso e a ocupação da área se dão de forma mais ativa e permanente. Pessoas se instalam nas ilhas, mesmo com as adversidades do ambiente (como as cheias constantes e os solos alagadiços) e criam laços com o local.

O processo de ocupação se dava pela simples posse. A partir do estabelecimento em um lote, era iniciada a produção e, caso houvesse algum

problema quanto à posse do terreno, o pedido de regularização era iniciado, fato esse que ocorria anos depois da ocupação (PORTO ALEGRE, 1995, p. 44). A população, neste período, então, permanecia: na medida em que ficavam nas ilhas, criavam laços com o local e acabaram por formar um modo de vida muito particular. A ilha em que esse processo ocorreu de forma mais intensa foi a Ilha da Pintada – ou apenas Pintada, como os ilhéus se referem –, justamente a que se localiza mais próximo ao centro da cidade. Essa proximidade, bem da verdade, é relativa. Geograficamente falando, ela se localiza a aproximadamente dois quilômetros do centro da cidade em linha reta – portanto, a menor distância. Porém, entre esses pontos existe o Guaíba. Assim sendo, essa distância só pode ser percorrida de barco. Logo, esse ponto apresenta relativa inacessibilidade. Atualmente, com a construção das pontes sobre o Delta, o ponto mais próximo, ou melhor, mais acessível, é a Ilha do Pavão. Devido à maior ocupação, a Ilha da Pintada recebeu um zoneamento específico em 1979 a partir da instituição do Plano Básico do Parque Estadual Delta do Jacuí (PLANDEL), o que será mais bem desenvolvido adiante; ainda hoje, essa é a ilha que apresenta maior população.

Nas ilhas era produzido, principalmente, pescado e leite, porém havia também a produção de hortaliças, arroz nas áreas alagadas e, inclusive, o capim, que era extraído para os cavalos da cidade: “Após as cheias, o pasto crescia abundante e viçoso, e Porto Alegre necessitava deste pasto.” (PORTO ALEGRE, 1995, p.57). Tais produtos eram levados de barco – conhecidos como caícos – até o cais do porto ou até o Mercado Público, onde eram comercializados. Para que isso fosse possível, era necessária a construção de benfeitorias. As casas e as hortas eram as principais delas. As casas eram todas muito simples, construídas de madeira e/ou barro – matéria prima abundante nas ilhas – e sobre palafitas. As hortas, por sua vez, ficavam em locais aterrados pelos moradores<sup>12</sup>; nessas hortas, eram cultivados não apenas gêneros alimentícios, mas também chás e ervas para uso medicinal, o que indica grande conhecimento sobre a natureza, sendo esse saber passado de geração para geração nas famílias do Delta.

---

<sup>12</sup> “Quase todas as partes secas até hoje existentes foram fruto do trabalho humano” (PORTO ALEGRE, 1995, p.50).

Nas casas eram também guardados os utensílios de trabalho das famílias e os mantimentos. A casa era, portanto, o espaço onde tudo acontecia:

espaço de trabalho e recolhimento, troca de vivências afetivas e, porque não, local onde os conflitos, os desentendimentos e as frustrações se manifestavam. Nesse espaço, a criança ia aprendendo e se preparando para a vida e o mundo do trabalho. (PORTO ALEGRE, 1995, p. 51).

Esse ponto é fundamental para a discussão que apresentaremos adiante sobre o papel da escola nas ilhas. Antes, o conhecimento do dia a dia era transmitido pela família no espaço da casa; hoje, o conhecimento (tido como conhecimento válido) e sua transmissão estão vinculados a outro espaço e a outras pessoas. Com o deslocamento da casa como um lugar do saber para a escola, existe também um deslocamento do que seria um saber válido – do conhecimento tradicional/popular para o conhecimento técnico-científico.

Nesse período, a pesca nas ilhas assume grande importância, tanto que em 1921 foi instalada a colônia de pescadores Z-9 na Ilha da Pintada. Posteriormente, teve seu nome alterado para Z-5 e, ainda hoje, “presta assistência e contribui na organização da vida dos pescadores”, onde sua sede “é utilizada como espaço para a realização de cursos, palestras e debates pertinentes à comunidade, bem como eventos culturais” (SILVA, 2007, p.77).

Nesse contexto, o trabalho era familiar, a partir da divisão de tarefas entre os membros da família nas atividades de agricultura, pesca, caça, extração vegetal, enfim, tudo o que a família necessitasse era realizado, e os frutos, compartilhados. Apenas o excedente era reservado para a comercialização na cidade (PORTO ALEGRE, 1995, p. 54). Os ilhéus possuíam todo o conhecimento que necessitavam para a sua sobrevivência.

Com o passar dos anos e o crescimento de Porto Alegre, as demandas também crescem, e com ela as trocas com as ilhas se intensificam. Apesar disso, a relação com as ilhas e com as águas permanece, na essência, a mesma.

O barco continuou sendo a base do transporte, seja com a cidade, seja com as outras ilhas, e mesmo dentro das próprias ilhas:

O transporte era feito em embarcações de todos os tipos, tamanhos, cores e intenções. Isso resultava em um tráfego muito intenso nos rios, dando ao dia-a-dia das ilhas uma imagem de movimento

colorido. (...) na parte interna das ilhas, as estradas eram quase sempre precárias” (PORTO ALEGRE, 1995, p. 96-97).

Esse padrão inicia sua mudança em meados do século XX quando a cidade passa por um processo de modernização. Nessa época estão ocorrendo as obras de construção/ampliação/modernização do Cais Mauá, construção das Pontes do Guaíba e construção do Muro da Mauá<sup>13</sup>. Essas obras são marcantes, pois alteram a relação dos moradores das ilhas com o restante da cidade. Até essas obras, os ilhéus atracavam seus caícos no cais do porto, no centro da cidade de Porto Alegre, e comercializavam diretamente com a população. Após sua construção, isso não mais é possível. Podemos dizer que nessa época o Delta está inserido na dinâmica da cidade de Porto Alegre de uma determinada maneira – provedor de gêneros alimentícios – e, posteriormente a isso, apresentará uma nova função.

Essas obras representam uma mudança na dinâmica territorial da cidade e das ilhas, conseqüentemente. Tanto é marcante que é comum o antigo pescador lembrar saudosamente a época que se foi, em que ele remava até o centro e vendia seus peixes na cidade. Até aquele momento, as ilhas apresentavam uma determinada temporalidade predominante, que vai sendo alterada com a mudança de função.

Atualmente, conforme afirmam os pescadores, não é permitido a eles pararem seus barcos no cais do porto. Quando querem ir ao centro, tem que ir por terra, pegando um ônibus ou carro, percorrer maiores distâncias e se sujeitar aos infortúnios do trânsito. Aquela antiga forma de viver tem sua existência dificultada. Ela está sendo alterada por lógicas e dinâmicas externas aquele espaço que ao ressignificá-lo, alteram a cultura das pessoas que lá vivem.

Para os homens e mulheres que moram nas ilhas de nossa cidade, a maneira de ver, sentir, conhecer e compreender o mundo está ligada à profunda intimidade que possuem com os rios. Esta forma peculiar de existência, onde tudo parece estar regido pelos ciclos das águas, é imperceptível para aqueles que não tem convívio diário com o rio, por estarem habituados à terra, ao corre-corre das cidades modernas, que tornam incapazes de ver o rio como espaço de construção de uma vida, de uma cultura. Sua visão do rio é quase sempre utilitária –

---

<sup>13</sup> Esse conjunto de obras se estende da década de 1910 com o início das obras no Cais Mauá até a década de 1970 com o término da construção do Muro da Mauá e do Sistema de Proteção Contra Cheias. Ver: <http://vivacaismaua.com.br/historia/> ; e [http://www2.portoalegre.rs.gov.br/vivaocentro/default.php?reg=10&p\\_secao=17](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/vivaocentro/default.php?reg=10&p_secao=17) .

serve para jogar dejetos, para beber – ou então, por vezes, é apenas uma paisagem bonita. A ligação dos moradores das ilhas com os rios é tão profunda que aqui podemos falar de uma verdadeira cultura das águas. O gesto humano mais simples – beber água – é carregado de sentidos e percepções que diferenciam nossos ilhéus de qualquer outro habitante da cidade (PORTO ALEGRE, 1995, p. 93).

Essa “cultura das águas” vinculada a um modo de vida tradicional, que apresenta uma relação ambiental diferenciada tendo como grande marco a pesca apresenta uma racionalidade diferente do modo de vida urbano e moderno. Enquanto o primeiro carrega a natureza de simbolismos e atribui a ela um valor de uso; o segundo a vê de forma utilitária, pautada no valor de troca.

### 6.3. PERÍODO MODERNO.

Apesar do forte sentimento presente na fala dos pescadores da região do Delta do Jacuí quando se referem à construção do Muro da Mauá (que simboliza, para eles, a ruptura da cidade com as ilhas), é possível que o fato que realmente tenha alterado o padrão de ocupação das ilhas tenha sido a construção da Travessia Régis Bittencourt (também chamada de Travessia Getúlio Vargas ou, simplesmente, Pontes do Guaíba), pertencente à rodovia BR-290, no ano de 1958. Esse conjunto de pontes e estradas, que cruza o Delta no sentido leste-oeste, facilita o acesso da capital gaúcha e do restante do país ao centro e ao sul do estado. Além disso, possibilita também o acesso às ilhas por meios de transportes terrestres como carros e carroças.

A construção dessa rodovia foi fundamental para um novo processo de ocupação pelo qual as ilhas do Delta passaram. “A construção da travessia do Guaíba será um marco divisor na rotina dos ilhéus e provocará também modificações na vida econômica e social das ilhas” (PORTO ALEGRE, 1995, p.99).

Coincide também com a construção da Travessia e faz parte do Período Moderno a decadência do modo de vida tradicional. A agricultura, a produção de leite e de pasto, bem como a pesca perdem importância para a cidade, entrando em declínio e dificultando a subsistência dos moradores das ilhas. A

estrutura produtiva do país como um todo se reorganiza e os pequenos produtores de forma geral sofrem impactos.

Aliado a isso, observamos que esse período coincide com o do processo de mecanização do campo e de industrialização nas cidades, que teve como resultado um grande êxodo rural. Esse processo é percebido no Brasil como um todo e em Porto Alegre não foi diferente. Entretanto, devido à valorização diferenciada do espaço urbano e à especulação imobiliária, “às classes de mais baixa renda restam as terras mais baratas ou moradias fora do mercado de terras, provocando as ‘invasões’” (FUJIMOTO, 2000, p.57), que, de uma maneira geral, ocorreram em áreas periféricas, tais como o Delta.

Nesse sentido, as ilhas passam a ser vistas como um vazio urbano, local com terras à disposição para serem ocupadas. As pessoas que participarão desse processo são aquelas mais pobres, que não têm acesso a terrenos oficializados. Justamente por isso, nesses locais não existe uma infraestrutura urbana constituída, como ruas, luz, água e esgoto – fato que ainda é uma realidade em alguns pontos das ilhas.

Aliado a isso, existem os ciclos da natureza que influenciam diretamente naquele espaço e que obrigam essa população a uma adaptação. Essa adaptação se dá (ou é facilitada) pelo contato com as pessoas que já viviam nas ilhas e às peculiaridades delas já estavam habituados, aqueles que faziam parte da “cultura das águas”. É a percepção desse contato e dessa troca que me permite classificá-los como “os de tempo lento”.

Sobre isso observa-se:

Após o declínio econômico da pesca, da produção de pasto, dos tambos e da navegação, a comunidade teve que buscar outras formas de sobrevivência. Grande parte tenta empregos no resto da cidade e arredores. Para esses as ilhas aos poucos se transformaram em seus *dormitórios*. O seu local de trabalho não é mais, como antes, a sua moradia. Ainda temos os novos moradores: famílias que vieram do interior pelo êxodo rural, ou que foram expulsas de outras áreas da cidade. Expulsas pela especulação imobiliária e por uma política habitacional e agrária elitista e perversa, que cria os sem-teto e os sem-terra. Tudo isso está gestando, moldando um novo perfil das próprias ilhas. É dessa relação entre o passado e o presente que está nascendo, talvez, um novo ilhéu (PORTO ALEGRE, 1995, p.114)<sup>14</sup>.

Nas ilhas, as áreas que mais receberam pessoas foram as margens da rodovia, portanto, as ilhas que apresentaram maior crescimento populacional

---

<sup>14</sup> Grifo do autor.

foram a Ilha do Pavão, Ilha Grande dos Marinheiros, Ilha das Flores e Ilha da Pintada (onde já havia um núcleo populacional consolidado). Quanto a isso, Chiappetti salienta:

observamos que as porções do Delta do Jacuí que tiveram maior crescimento populacional no período de 1971-91 foram nas ilhas que possuem acesso por estrada, junto às pontes e na própria BR 116 [BR-290], isto é, na Ilha Grande dos Marinheiros, na das Flores, na do Pavão e na da Pintada (CHIAPPETTI, 2005, p.51).

Podemos perceber, então, o início de uma mudança da relação dos moradores das ilhas com o Delta. Ele, aos poucos, deixa de ser o local de moradia, trabalho e desenrolar da vida, passando a ser apenas o “dormitório”. Além disso – e também *por* isso –, o local escolhido para a construção de casas vai, aos poucos, alterando-se: deixa de ser a beira da água para ser a beira da estrada.

Disso resulta uma nova relação territorial e ambiental com as ilhas; os elementos tradicionais permanecem, mas aos poucos se alteram. Ainda existem territórios de uso comum, mas esses se deslocam da água para a terra – a rua assume papel importante a partir desse momento. Ainda se percebe e se convive com os ciclos naturais, entretanto, ao invés de o peixe ser o grande foco, a enchente assume maior importância na medida em que altera o dia a dia de ida e volta do trabalho.

Além dessa questão interna, existe também uma mudança no olhar do restante da cidade para com os moradores das ilhas. Eles deixam de ser aqueles que produzem para alimentar a cidade, pescadores e pequenos agricultores, e passam a ser vistos como pobres, moradores de periferia, que vão trabalhar no centro.

Essa mudança de olhar sobre eles, que se aprofunda com o passar dos anos, é constantemente mencionada por lideranças e jovens. Eles afirmam que sofrem um estigma negativo por serem moradores das ilhas, alguns afirmam até que já tiveram trabalho negado por isso. Esse estigma, de alguma forma, foi fortalecido pelo curta-metragem *Ilha das Flores*, de Jorge Furtado (1989), misto de documentário, ficção e sátira no qual os ilhéus são representados como sendo socialmente inferiores aos porcos criados nas ilhas.

Chiappetti (2005) fala também sobre o aparecimento, durante esse período, de um depósito de lixo na porção norte da Ilha do Pavão (p.56). Rafael

Devos (2007, p.178) afirma que esse lixão, ativo entre 1973 e 1976, foi um dos detonadores da ocupação do Delta do Jacuí, pois era uma alternativa de renda e se localizava em um ponto estratégico da cidade, próximo ao local onde se encontram as “firmas” que compram o material reciclável já separado.

Com o passar dos anos, essa fonte de renda se manteve e se fortaleceu nas ilhas. Inclusive, em alguns momentos, percebe-se certa analogia entre os catadores e os pescadores, tal como em Devos:

Os meios de transporte, como o barco e a carroça, também são fundamentais para lidar com as enchentes e cheias constantes. Da mesma forma os aterros, o tipo de construção da casa são outras práticas desenvolvidas pelos moradores das ilhas e passadas aos novos moradores, para esperarem a enchente, para permanecerem na Ilha (DEVOS, 2002, p. 39).

Além disso, como já afirmado em trabalho anterior (FRANTZ, 2010, p.26), existe a permanência de alguns elementos típicos do modo de vida dos pescadores e das comunidades tradicionais, tais como a unidade familiar enquanto força de trabalho e a relação direta com a natureza a partir da extração de recursos naturais. Os carroceiros (tipo de catador de materiais recicláveis), por exemplo, necessitam do capim que cresce nos banhados no interior das ilhas para alimentar seus cavalos, além da pesca para consumo próprio, que também é realizada por alguns.

O lixão foi desativado em 1976 devido à criação do Parque Estadual Delta do Jacuí, criado, justamente, para garantir a preservação da área frente ao processo de ocupação e degradação que a mesma estava sofrendo. Porém, para os moradores, a criação do Parque teve implicações mais profundas:

Com o Decreto de criação do Parque Estadual do Delta do Jacuí, de 1976, os pescadores [e não só eles] sentiram-se completamente excluídos de direitos civis, pois se tornaram criminosos, impedidos de pescar na área do Parque, lugar com função histórica de trabalho para esses [e não só eles] ilhéus (SILVA, 2007, p.79).

Nesse sentido, a criação dessa unidade de conservação altera a relação dos moradores das ilhas com seu espaço, privando-os de seu território. Ademais, ela traz implicações jurídicas e simbólicas enquanto cidadãos que passam a ser criminosos, na medida em que vivem e usam uma área na qual isso não é permitido.

#### 6.4. PERÍODO CONTEMPORÂNEO.

O ultimo período é o atual, aqui chamado de Contemporâneo, e o marco de surgimento desse período é a criação do Parque Estadual Delta do Jacuí no ano de 1976 a partir de um decreto estadual. Essa escolha foi feita não apenas levando-se em conta os objetivos desse trabalho, mas também devido à significativa alteração legal no que tange a possibilidade de uso e ocupação da área.

Sobre a criação do parque, Devos (2002, p.47) afirma que faz parte “de uma visão sobre a região do Arquipélago enquanto um ‘território-mito’ da cidade de Porto Alegre”, seguindo o pensamento desenvolvido por Antônio Carlos Diegues, que fala do “mito moderno da natureza intocada” (DIEGUES, 2008). Porém, mesmo com a criação do Parque, o processo de ocupação da área continuou.

Conforme dados do IBGE, em 1980, 2.183 pessoas moravam no Bairro Arquipélago; em 1991 eram 2.270; em 2000 o número já chegava a 5.061; e segundo o último censo (2010) lá moram 8.330 pessoas. É notável a evolução do processo de ocupação da área mesmo com a criação do PEDJ - entre 1980 e 2010 a população de ilhéus aumentou por volta de 380%.

Entendo esse aumento ainda como consequência da busca por moradia por parte de uma população que não tem acesso a terrenos oficializados e também da não implementação (na medida em que não há uma fiscalização) da unidade de conservação por parte do Estado. Nesse sentido, poderia se dizer que não houve mudanças na lógica de uso e ocupação da área, portanto, não se justificaria a separação do tempo em um novo período histórico.

No entanto, muito embora na prática algumas dinâmicas sociais permaneçam, em alguns momentos, inalteradas – ocupações, pesca, trabalho com materiais recicláveis, agricultura - e de fato pareça que não houve alteração significativa na lógica de uso e ocupação da área, a criação do Parque cria um novo aparato jurídico que possibilita intervenções por parte do Estado nas ilhas. Existe um vetor exótico que se instala naquele território, ou melhor, institui um novo território e tem a possibilidade de desestruturar as

formas pretéritas de organização e uso daquele espaço e que em alguns momentos se faz sentir, em especial para os de tempo lento.

Ou seja, com a criação do Parque, a lógica de gestão da área é alterada. O Delta deixa de ser uma área periférica, habitada por uma população empobrecida, carente de infraestruturas urbanas e de um ordenamento de ocupação e torna-se uma área de preservação. Nessas áreas, a prioridade é dada à “natureza intocada” – livre dos impactos dos seres humanos - sendo possível inclusive a retirada de pessoas quando essas prejudicarem os ciclos naturais, a fauna e/ou a flora. O Estado institui um novo aparato de dominação do espaço.

A partir da criação do PEDJ a região recebe um zoneamento, ficando estabelecido que em algumas áreas o uso direto é permitido, inclusive para moradias, e em outras não. Esse zoneamento foi estabelecido em 1979 pelo Plano Básico do Parque Estadual Delta do Jacuí (PLANDEL) e cria seis diferentes zonas:

1. Zona de Reserva Biológica (ZRB);
2. Zona de Reserva Natural (ZRN);
3. Zona de Parque Natural (ZPN);
4. Zona de Uso Restrito (ZUR);
5. Zona de Ocupação Urbana (ZOU);
6. Zona Crítica (ZC), considerada uma zona especial<sup>15</sup>.

A seguir, indicamos, na tabela 1, detalhes do zoneamento.

---

<sup>15</sup> A última correspondia a áreas que o impacto humano era considerado tão grande que sua utilização para fins de parque estava prejudicada.

**TABELA 1 – Zoneamento do PLANDEL (1979)**

Zona:	ZRB	ZRN	ZPN	ZUR	ZOU	ZC
Uso:	Preservação integral; Pesquisa e educação;	Manutenção transitória de uso humano; Instalações de uso público;	Recreação e turismo, conciliado a proteção integral; Pesquisa e educação;	Uso particular regulamentado; Funções administrativas; Lazer; Atividades rurais;	Uso urbano regulamentado, definido com extensão máxima;	Zonas profundamente alteradas;
Local:	Banhados, sacos e canais;	Faixas marginais das ilhas; Área central da Ilha do Lage;	Bancos e diques marginais com menor vulnerabilidade;	Periferia das ilhas; Faixa ao longo da rodovia na Ilha das Flores, Grande dos Marinheiros e Pavão;	Parte da Ilha da Pintada;	Ilha Coroa dos Bagres; Norte da Ilha do Pavão;

**FONTE: PLANDEL adaptado de CHIAPPETTI (2005, p.46-47)**

A construção de moradias, portanto, era permitida nas ZUR e ZOU. No entanto, a legislação previa um tamanho mínimo para o lote de 300 metros quadrados ou 10 metros de frente para a ZOU e mais de dois hectares ou 50 metros de frente para ZUR.

Considerando o padrão de uso e ocupação estabelecidos pelas pessoas que lá viviam anteriormente, pode-se perceber a discrepância entre ambas as formas. A anterior é baseada diretamente no uso e está para além da terra, algumas áreas inclusive são de uso comum tais como os rios, canais, sacos, banhados e áreas verdes, sendo os lotes “privados” de pequena extensão. A forma estabelecida pela lei vincula-se a uma lógica de propriedades privadas, baseada na posse exclusiva da terra.

Essa situação permanece até 2004, quando via decreto número 43.367 é criada a Área de Proteção Ambiental Delta do Jacuí, que se situa nos municípios de Porto Alegre, Canoas, Nova Santa Rita, Triunfo, Charqueadas e Eldorado do Sul, com extensão de 17.245 hectares. Abrangendo terras públicas e privadas para proteger os recursos hídricos da região, em especial “ecossistemas de banhados, restingas e floresta estacional decidual”, adequando as atividades humanas a esse fim. Visa também a “conservação do conjunto paisagístico e da cultura regional.”.

Esse decreto criou também a Reserva Biológica dos Banhados do Delta, zona de proteção integral, objetivando a preservação integral da área em seus limites, deixando-as “livres de alterações causadas por interferência humana direta ou modificações ambientais”.

Por fim, esse decreto determina que a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA), em um prazo de no máximo dois anos encaminhe uma proposta de plano de manejo ao gabinete do governador. Nesse prazo o Departamento de Florestas e Áreas Protegidas (DEFAP) - departamento da SEMA - ficou responsável pela coordenação e administração da área.

Em novembro de 2005, no entanto, por meio da Lei Número 12.371, foram criados o Parque Estadual Delta do Jacuí (PEDJ) e a Área de Proteção Ambiental Estadual Delta do Jacuí (APAEDJ). A APAEDJ constitui-se como uma unidade de uso sustentável que abrange os municípios de Porto Alegre, Canoas, Nova Santa Rita, Triunfo e Eldorado do Sul apresentando uma área de 22.826,39 hectares. Dentro dessa área, 14.242,05 hectares constituem o PEDJ, uma unidade de proteção integral.

As características e objetivos dessa APA são os mesmos determinados pelo Decreto Número 43.367. O PEDJ constitui-se das mesmas áreas da Reserva Biológica dos Banhados do Delta. A APA é uma grande área contínua que abrange as ilhas do Delta do Jacuí, as ilhas do baixo curso desse rio e áreas de influência fluvial. O PEDJ é constituído por quatorze polígonos, não contínuos, de áreas ainda bem preservadas, em geral no interior das ilhas.

Importante mencionar que mesmo com todas essas mudanças jurídicas envolvendo o território - ampliação e desmembramento do PEDJ criado em 1976 em APAEDJ e no atual território não contínuo do PEDJ a partir de 2004/2005 – não existe uma mudança na lógica de gestão da área e tampouco na forma de uso e ocupação. Dessa forma, entendo que não existe uma mudança do período histórico após a criação da APAEDJ.

Esse entendimento se deve ao fato de que nesse período o foco é dado às questões de preservação da natureza, seus ciclos e suas dinâmicas, e não mais no uso humano. Muito embora as áreas de APA permitam o uso direto do território, ele só pode ser realizado mediante a não alteração da natureza a

partir de um “uso racional e sustentável”. Alguns desses usos estão expressos no mapa de uso e cobertura do PEDJ e APAEDJ por unidades de paisagem<sup>16</sup>.

Penso que essa alteração jurídica – não diminuindo a importância das lutas das pessoas que lá viviam - vem também para resolver um problema do qual o Estado não conseguia se desvencilhar: a questão da regularização fundiária. O estado do Rio Grande do Sul não tinha a capacidade financeira e política de desapropriar a grande quantidade de terra necessária para fazer valer as regras de parque. Se olharmos apenas do ponto de vista legal, parece que todas as partes se beneficiam com a mudança jurídica.

No entanto, isso não se verifica na prática, uma vez que os diferentes usos da área são antagônicos entre si. Pesca e mineração, por exemplo, dificilmente convivem de forma harmoniosa. O resultado é que, mais uma vez, a parcela mais vulnerável e com menos capital da população é prejudicada, os de tempo lento.

É importante mencionar também que, principalmente a partir da criação da APAEDJ, uma nova forma de uso das ilhas passa a ganhar importância. Pode-se notar ao se caminhar por elas ou em conversas com os moradores locais o incremento de moradias de alto padrão.

Anteriormente, os de tempo lento buscavam nas ilhas uma opção de vida e moradia. O Delta era considerado uma área periférica, que não possuía infraestruturas, uma área de preservação que não permitia grandes alterações ambientais ou o incremento de novas construções. Atualmente, as ilhas passaram a ser uma área livre para a especulação imobiliária. Elas se localizam próxima ao centro da cidade, estão pouco alteradas o que facilita a construção de novos empreendimentos, apresentam um contato próximo com a natureza – fato que tem sido usado como atrativo e valorização em novos empreendimentos imobiliários – e possibilitam a prática de esportes náuticos.

Ou seja, as ilhas se constituem em uma área bastante interessante para os condomínios de luxo. Um dos fatores que impedia esses empreendimentos era o entrave legal gerado pela existência do PEDJ, algo que já não existe em diversas áreas, transformadas em APAEDJ.

---

<sup>16</sup> Figura 3, p. 97.

Disso decorre que muitos dos antigos moradores, comunidade tradicional ou não, tem vendido lotes para grandes condomínios ou pessoas de alta renda para construção de mansões. Isso tem se constituído em um processo de desterritorialização e conseqüente desarticulação de cultura, identidade, laços de parentesco e de comunidade. Além de ser um novo interesse que se soma aos demais conflitos existentes no Conselho Deliberativo da APAEDJ.

Outro importante fator de desarticulação de formas pretéritas de uso e ocupação, portanto de desterritorialização das comunidades que ali já viviam, é a poluição dos mananciais hídricos; processo esse que se acentuou nesse período. Isso tem impactado diretamente no cotidiano dos pescadores principalmente na medida em que seu modo de vida está diretamente ligado à qualidade da água.

Segundo Paula (2013, p.72) o Rio dos Sinos encontra-se contaminado por resíduos industriais provenientes, principalmente, dos curtumes e da indústria calçadista, mas também sendo agravada a situação pelos agrotóxicos provenientes das lavouras de arroz e do lançamento de efluentes domésticos sem tratamento. De acordo com os pescadores com os quais trabalhamos, no ano de 2006 ocorreu uma grande mortalidade de cerca de 200 toneladas e anualmente ocorrem episódios semelhantes, ainda que em menor escala.

Sobre a poluição proveniente das lavouras, os pescadores afirmam que ela é recorrente, sendo comum também no Rio Jacuí, Caí e Lago Guaíba. Isso porque as várzeas da região são bastante utilizadas para esse tipo de produção. Além do agrotóxico, outro fator de impacto nos peixes – portanto nos pescadores – causado pela lavoura são as bombas de sucção de água. Elas puxam os peixes jovens, os alevinos, impedindo-os de realizar seu ciclo de vida, causando a diminuição na disponibilidade dos peixes adultos.

Importante frisar que o uso da área para a agricultura é antigo, inclusive para a produção de arroz. No entanto, a modernização da agricultura e o uso de técnicas modernas visando o aumento da produtividade ampliou também o impacto ambiental gerado. A partir disso, esse modelo de uso impacta diretamente em outras possibilidades de uso pretendidas por diferentes grupos.

Ainda sobre a poluição, os dejetos urbanos e o lixo são um problema também. A região metropolitana de Porto Alegre é a mais densamente povoada

do estado havendo, portanto, alto volume de lixo e esgoto produzidos. Grandes quantidades desses resíduos vão para as águas dos rios e do Guaíba sem nenhum tipo de tratamento prévio causando a diminuição da qualidade da água.

Sobre essa relação entre poluição e pesca, Silva (2007, p. 104-126), ao cruzar dados de qualidade da água com as práticas dos pescadores, demonstra que eles, a partir de seus conhecimentos tradicionais, sabem onde a água está poluída e, portanto, imprópria para a pesca. A partir dos seus saberes, os pescadores acabam abandonando antigos territórios de pesca quando percebem que ele não apresenta boas condições para essa prática.

De acordo com o autor e os pescadores, as áreas próximas ao centro da cidade de Porto Alegre e na porção leste do Delta e do Guaíba, as águas estão impróprias para a pesca, bem como em frente à Ilha da Pintada. Esses territórios, portanto, não são mais utilizados. Houve a necessidade de criação de novos territórios de pesca - ou no Rio Jacuí, ou indo em direção à Lagoa dos Patos, mais a sul do Guaíba – gerando um grande deslocamento para os pescadores.

A possibilidade para evitar essas “viagens” seria o uso dos sacos e canais do Delta, entre as ilhas. No entanto, essas áreas desde o PLANDEL são as de maior restrição de uso. De acordo com o que observei ao longo da pesquisa, seguidamente ocorrem apreensões de redes nessas áreas, gerado perda de material e/ou multas.

Como estratégia de resistência, de manutenção de seus territórios e, conseqüentemente, de sua cultura, gostaria de salientar algumas iniciativas ocorridas nas ilhas do Delta do Jacuí por parte dos de tempo lento. A primeira delas é o projeto “Pescando o Lixo”, organizado pela Colônia Z-5, a segunda é o “Fórum da Pesca” organizado pelos pescadores da região em parceria com o Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP). A terceira é a criação do “Grupo de Apoio às Mulheres Papeleiras”, o primeiro galpão de reciclagem da cidade de Porto Alegre.

O projeto “Pescado o Lixo” ocorre desde 2007/2008 e de forma voluntária por parte dos pescadores do Delta vinculados à Colônia Z-5. Esse projeto tem por finalidade ajudar na limpeza da água e preservação ambiental, bem como chamar a atenção do restante da sociedade para a situação em que

o Guaíba se encontra. Ele ocorre no período de piracema (novembro, dezembro e janeiro), quando os pescadores não podem pescar devido ao período de reprodução dos peixes e na última edição (novembro de 2013) recolheu aproximadamente 27 toneladas de resíduos sólidos da água contando com a participação de mais de 100 embarcações.

Segundo Paula (2013, p. 96) esse projeto traz sentimentos contraditórios para os pescadores. De um lado a satisfação por realizar uma ação de conscientização e, por outro lado, de frustração pela dificuldade de conseguir apoio governamental para o evento. Segundo os responsáveis da Colônia Z-5, nos últimos anos quem os tem dado apoio é a empresa Concepa, responsável pela administração das Pontes do Guaíba, e a Sociedade dos Mineradores de Areia do Rio Jacuí (SMARJA) – contraditoriamente, uma das atividades que mais gera impactos à pesca. A primeira colabora com a doação do óleo para as embarcações e a segunda com cestas básicas para os pescadores envolvidos.

Sobre o “Fórum da Pesca”, Paula afirma:

Os pescadores do Delta do Jacuí, Lago Guaíba e Norte da Laguna dos Patos estão organizados no sistema de gestão compartilhada da pesca – Fórum Delta do Jacuí. Esse espaço tem discutido as principais problemáticas relacionadas com a pesca da região e identificado que danos ambientais causados pela atividade pesqueira predatória - e por outras atividades econômicas - têm levado os pescadores ao abandono de áreas de pesca que eram tradicionalmente exploradas (PAULA, 2013, p.14).

A partir da atuação do e no Fórum as diversas entidades envolvidas na pesca e questões relacionadas a ela buscam a elaboração de um acordo de pesca com o objetivo de resolver ou minimizar os conflitos territoriais e ambientais da região tendo em vista a melhoria das condições da pesca tradicional e de vida dos pescadores<sup>17</sup>.

A terceira iniciativas dos moradores das ilhas no sentido de manutenção no território do PEDJ e da melhoria de sua qualidade de vida é a criação de um galpão de separação de resíduos sólidos em 1986 na Ilha Grade dos Marinheiros.

Segundo Devos (2007, p.178-180) em 1986, a partir de um trabalho em conjunto entre as mulheres papeleiras e as Comunidades Eclesiais de Base é

---

<sup>17</sup> Sobre maiores informações acerca do “Fórum da Pesca do Delta do Jacuí” ver PAULA, Cristiano Quaresma, 2013.

fundado o “Grupo de Apoio às Mulheres Papeleiras”, o primeiro galpão de reciclagem da cidade de Porto Alegre, localizado na Ilha Grande dos Marinheiros. Essa entidade tinha “papel importante na divulgação dessa política municipal de coleta seletiva e de geração de emprego e renda” (p.179) e na organização dos catadores em cooperativas.

Esse galpão iniciou as atividades comprando o material trazido do centro pelos carroceiros e carrinheiros. Porém, em 1990, quando o Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU) iniciou a coleta seletiva, esse galpão foi oficializado pela prefeitura, recebeu verbas do Programa Pró-Guaíba e tornou-se atividade modelo, passando a operar somente com o material trazido pelo DMLU, tornando-se a face mais oficial da informalidade.

Atualmente, o galpão chama-se “Associação dos Catadores de Materiais de Porto Alegre” funciona como uma associação de grupos familiares, sendo que cada um deles vive com o que produz, tendo perdido o caráter de cooperação. Entretanto, segundo Sosniski (*apud* DEVOS, 2007, p.180), esses trabalhadores são conhecidos com “recicladores”, recebem treinamentos relacionados à saúde e segurança de agentes públicos e são reconhecidos por trabalharem em uma atividade oficial<sup>18</sup>.

Analisando essas três importantes iniciativas gostaria de salientar que para esses dois grupos em especial - pescadores e catadores - não existe dissociação entre questão ambiental e territorial. Ou melhor, existe a utilização de viés ambiental inerente à atividade que desempenham objetivando a manutenção de suas dinâmicas territoriais.

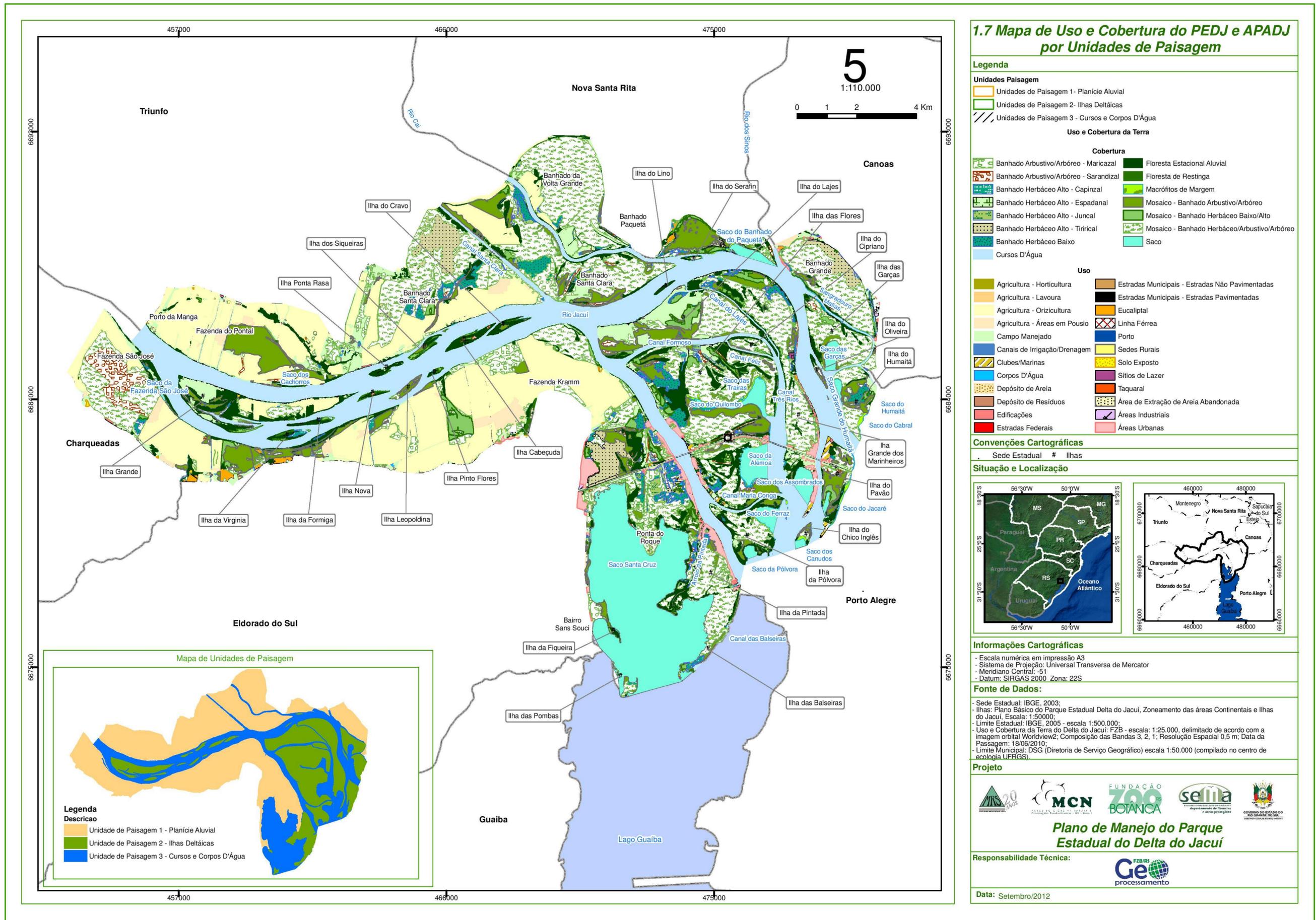
Essas iniciativas atingem o que julgo ser o cerne da questão no Delta: a cidadania. Seja pela melhora das condições objetivas de trabalho e vida, seja pela vontade de participação na tomada de decisões referentes aos seus territórios ou ainda pela busca de uma valorização de si enquanto ser humano e/ou grupo que também faz parte da sociedade, esses grupos pautam questões que dizem respeito, antes de tudo, a sua existência como cidadãos.

A seguir apresento o mapa de uso e cobertura do PEDJ e da APAEDJ feito para os planos de manejo. Saliento apenas que, pela escolha da técnica utilizada alguns usos – pesca e mineração, por exemplo - não aparecem.

---

<sup>18</sup> Para maiores informações acerca do trabalho dos catadores, carroceiros e carrinheiros que vivem no Delta ver FRANTZ, Pedro Saldanha, 2010.

FIGURA 3 – Mapa de uso e cobertura do PEDJ e APAEDJ



FONTE: Plano de Manejo do Parque Estadual Delta do Jacuí (FZB, no prelo).

## **7. O PARQUE ESTADUAL DELTA DO JACUÍ E A ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL ESTADUAL DELTA DO JACUÍ – Longas caminhadas.**

Como já citado anteriormente, em 1976, o governo do estado criou o Parque Estadual Delta do Jacuí (PEDJ) através do Decreto Número 24.385. Chiappetti reforça as motivações para tal iniciativa:

A justificativa de criação do Parque e sua manutenção como área de preservação apóia-se na significativa área verde próxima à cidade de Porto Alegre, na manutenção da qualidade das águas, por constituir-se em um filtro natural, na atuação de proteção contra as cheias, na manutenção da produção de pescado e na oferta de lazer à população em um ambiente natural (CHIAPPETTI, 2005, p.44).

É interessante chamar a atenção para três fatos. O primeiro é que as áreas a serem protegidas ficaram restritas às ilhas do Delta. O que foi alterado pelo Decreto Número 28.161 de janeiro de 1979, quando as planícies de inundação dos rios Jacuí, Caí e dos Sinos foram incorporadas à unidade de conservação, passando a apresentar, segundo Chiappetti, uma área de 17.245 hectares. Em segundo lugar, no decreto é citado o que o Plano de Desenvolvimento Metropolitano já previa a utilização das ilhas enquanto área verde. Porém, a área era utilizada como um lixão pela cidade de Porto Alegre, ou seja, o poder público descumpria seu próprio planejamento. Em terceiro lugar, o decreto previa um prazo de 180 dias para a realização de um estudo para estabelecer os usos e funções da área e posterior disciplinamento das utilizações. Entretanto, é apenas em fevereiro de 1979, a partir do Decreto Número 28.436, que fica instituído o Plano Básico do Parque Estadual Delta do Jacuí (PLANDEL) e seu zoneamento.

Entretanto, é como nas palavras de Dourojeanni, “Como é bem conhecido, em geral não é suficiente estabelecer uma área protegida para assegurar o benefício de seus serviços ambientais à sociedade” (apud CHIAPPETTI, 2005, p.60). Trata-se exatamente do que ocorreu no caso do Parque Estadual Delta do Jacuí. Ele não cumpriu sua função de território instituído para proteger a natureza, mas também interferiu em práticas de uso e ocupação da área, seja de novos ou antigos moradores, causando uma desorganização nas relações ambientais prévias.

Pelos mais diversos motivos, o Parque nunca foi de fato implementado. O crescimento populacional continuou ocorrendo, seja em locais onde já havia habitações, seja em novos pontos das ilhas e entorno, assim como os mais diversos usos da área ocorreram. Nesse sentido, é importante perceber que a categoria de Parque, naquela época não proibia a ocupação humana e uso da área, porém estabelecia normas para sua ocorrência. Essas normas, bem como um zoneamento, foram criadas pelo PLANDEL, mas não se foram efetivadas na prática.

Os anos se passaram e a inércia do poder público se manteve até o ano de 2000, quando foi aprovado o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Esse código nacional prevê, entre outras coisas, diversas categorias de unidades de conservação e as mais diversas possibilidades de uso para cada uma delas. Segundo o SNUC, a categoria de Parque, seja federal, estadual ou municipal, não permite habitações em seu território, seja de populações tradicionais ou não, nem uso direto dos recursos nele existentes.

A partir da mudança da legislação federal, passa a existir a necessidade de um enquadramento ao novo aparato jurídico. Nesse processo, diversos estudos e discussões envolvendo o Parque Estadual Delta do Jacuí foram realizados visando sua adequação ao SNUC. Segundo Chiappetti (2005), a Fundação Zoobotânica (FZB) elaborou, no ano de 2000, uma nova proposta de zoneamento, e em 2002 o Departamento de Florestas e Áreas Protegidas (DEFAP) da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA) propôs novos limites para o Parque.

Um intenso movimento ocorreu nos cinco anos entre a aprovação do SNUC e a Lei Número 12.371 de 2005 que cria a Área de Proteção Ambiental Estadual Delta do Jacuí (APAEDJ) e o Parque Estadual Delta do Jacuí (PEDJ), conforme código federal atualmente em vigor. O debate incluiu setores da sociedade civil, como ONGs, grupos e representantes de moradores, setores produtivos, como o Instituto Riograndense do Arroz (IRGA) e a Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FARSUL), além de órgãos técnicos como a SEMA e FZB.

Muito embora seja de difícil verificação, é sabido que perpassou pelas discussões o choque entre uma visão técnica da questão ambiental, seja de

cunho preservacionista ou conservacionista, e um ponto de vista político, seja de cunho participativo ou eleitoreiro. Foram realizadas discussões e reuniões temáticas tanto no Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA) quanto na Assembleia Legislativa do estado com o intuito de tomar uma decisão sobre a UC e a forma de adaptá-la ao SNUC.

A partir de conversas com membros do Conselho Deliberativo da APAEDJ, sabe-se que o processo foi longo e extremamente penoso para todos os interessados na área. Contudo gostaria de frisar que, em especial para os de tempo lento, esse processo foi importante, pois entendiam que por ali, naquelas reuniões, passava a possibilidade de permanência ou não em seus territórios, na manutenção de suas moradias e modos de vida. Ali eles estavam realizando sua cidadania e fazendo valer seus direitos e participando politicamente de forma ativa.

Ao final desses anos, em 2005, foi definido que haveria duas unidades de conservação diferenciadas, mas que funcionariam de forma unitária em que uma auxiliaria a outra. Com isso, atualmente existem duas diferentes – porém relacionadas – áreas de preservação no Delta do Jacuí. Ambas são administradas pela SEMA em parceria com o Conselho Deliberativo, para a APAEDJ, e com o Conselho Consultivo, para o PEDJ – lembrando que esse conselho ainda não foi instituído.

A maior delas é a APAEDJ, que abrange os municípios de Porto Alegre, Canoas, Nova Santa Rita, Triunfo e Eldorado do Sul e apresenta área igual a 22.826,39 hectares. Constituída por terras pertencentes ao patrimônio público e privado, ela:

tem por finalidade a proteção dos recursos hídricos ali existentes, em especial as áreas de influência fluvial, os ecossistemas de banhados, restingas e floresta estacional decidual, com o objetivo básico de disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais, de forma a conservar a diversidade de ambientes, de espécies e de processos naturais pela adequação das atividades humanas às características ambientais da área, além de garantir a conservação do conjunto paisagístico e da cultura regional (RIO GRANDE DO SUL, 2005).

sendo, portanto, uma unidade de uso sustentável que comporta a presença de moradores e o uso direto dos recursos da área, desde que de acordo com a não alteração e não degradação da natureza.

O Conselho Deliberativo tem por finalidade, segundo o Decreto Número 44.516 de 2006 que regulamenta a lei de criação dessas unidades:

- I - elaborar o seu regimento interno, no prazo de noventa dias, contados da sua instalação;
- II - acompanhar e aprovar a elaboração, implementação e revisão do Plano de Manejo da unidade de conservação;
- III - buscar a integração da unidade de conservação com as demais unidades e espaços territoriais especialmente protegidos e com o seu entorno;
- IV - esforçar-se para compatibilizar os interesses dos diversos segmentos sociais relacionados com a unidade;
- V - avaliar o orçamento da unidade e o relatório financeiro anual elaborado pelo órgão executor em relação aos objetivos da unidade de conservação;
- VI - ratificar a contratação e os dispositivos do termo de parceria com Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), na forma da Lei Federal nº 9.790. de 23 de março de 1999, na hipótese de gestão compartilhada da unidade, quando for o caso;
- VII - acompanhar a gestão por OSCIP e recomendar a rescisão do termo de parceria, se for o caso, quando constatada irregularidade;
- VIII - manifestar-se sobre obra ou atividade potencialmente causadora de impacto na unidade de conservação, em sua zona de amortecimento, mosaicos ou corredores ecológicos, quando for o caso;
- IX - propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar a relação com a população do entorno ou do interior da unidade, conforme o caso;
- X - gerir os recursos do Fundo de Proteção Ambiental, criado pela Lei nº 12371/05, destinados exclusivamente à implantação, gestão e manutenção das Unidades de Conservação de que trata este Decreto;
- XI - eleger Vice-Presidente e Secretário-Geral, para o mandato de 2 (dois) anos, podendo haver recondução.

(RIO GRANDE DO SUL, 2006).

As cadeiras existentes no conselho da APAEDJ são:

- I - um representante da Secretaria Estadual do Meio Ambiente;
- II - um representante da Federação de Agricultura do Rio Grande do Sul;
- III - um representante da população residente e titular de propriedade na área em que foi constituída a Área de Preservação Ambiental;
- IV - um representante de Instituição de Ensino Superior que desenvolva pesquisas relacionadas à Área de Preservação Ambiental;
- V - um representante das associações civis de proteção do meio ambiente regularmente constituídas, que atue na área da Área de Preservação Ambiental;
- VI - um representante da Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luís Roessler.
- VII - um representante do setor empresarial de lazer e turismo, que atue na área da Área de Proteção Ambiental;
- VIII - um representante do setor empresarial do comércio, que atue na área da Área de Proteção Ambiental;
- IX - um representante dos sindicatos ou cooperativas de trabalhadores que atuem no território da Área de Proteção Ambiental;

- X - um representante dos sindicatos patronais que atuem no território da Área de Proteção Ambiental;
- XI - um representante das populações tradicionais situadas no território da Área de Proteção Ambiental;
- XII - um representante das associações comunitárias que atuem na território da Área de Proteção Ambiental;
- XIII - um representante dos clubes náuticos situados no território da Área de Proteção Ambiental.

(RIO GRANDE DO SUL, 2006).

Os mandatos dos conselheiros são válidos por dois anos e renovável por igual período. Contudo, ao frequentar as reuniões do Conselho da APAEDJ, percebe-se que são os mesmos conselheiros (ao menos a sua maioria) que atuam já há vários anos. Não existe uma significativa rotatividade entre os representantes de determinado setor.

O PEDJ, por sua vez, é uma unidade de proteção integral que se encontra inserida no interior da APAEDJ. O PEDJ possui 14.242,05 hectares não contínuos de área total. Ele está dividido em 14 polígonos que delimitam áreas ainda pouco modificadas e que, portanto, representariam o ambiente natural original da região do Delta do Jacuí. O PEDJ tem como objetivo:

a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (RIO GRANDE DO SUL, 2005).

No território do PEDJ não são permitidos usos diretos, sejam para fins de moradia ou utilização econômica dos recursos naturais.

Segundo o decreto número 44.516 de 2006, o Conselho Consultivo tem por finalidade:

- I - opinar sobre as medidas administrativas e as demais questões relativas à gestão do Parque Estadual, que lhe forem submetidas pela Secretaria do Meio Ambiente;
- II - opinar sobre matérias de sua competência;
- III - eleger seu Presidente, Vice-Presidente e Secretário-Geral.

(RIO GRANDE DO SUL, 2006).

As cadeiras existentes no Conselho Consultivo do PEDJ são:

- I - um representante da Secretaria do Meio Ambiente;
- II - um representante de Instituição de Ensino Superior que desenvolva pesquisas relacionadas à Unidade de Proteção Integral - Parque Estadual do Delta do Jacuí;
- III - um representante das associações civis de proteção do meio ambiente regularmente constituídas, que atue na área da Unidade de Proteção Integral - Parque Estadual do Delta do Jacuí;

- IV - um representante da Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luís Roessler.
  - V - um representante do Batalhão Ambiental da Brigada Militar;
  - VI - um representante do Comitê da Bacia Hidrográfica do Delta do Jacuí;
  - VII - um representante do Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) do Delta do Jacuí;
  - VIII - um representante da Fundação Zoobotânica;
- (RIO GRANDE DO SUL, 2006).

Entretanto, passados nove anos da aprovação dessa lei, da existência da APAEDJ e das novas configurações do PEDJ, os respectivos planos de manejo ainda não foram aprovados.

Como forma de pressão à Secretaria do Meio Ambiente, no ano de 2008, foi ajuizada uma ação civil pública contra o estado do Rio Grande do Sul e contra o município de Porto Alegre. Tal ação cobra a efetiva implementação do PEDJ e da APAEDJ, a realização dos planos de manejo das unidades, de um plano emergencial para a gestão das áreas enquanto os planos não são concluídos e o reassentamento da população que reside em áreas de risco e de forma precária.

Um dos principais gatilhos para essa ação foi a situação vivida pelos catadores de materiais recicláveis que residem nas ilhas. O descarte irregular e desordenado do material não separado por eles para a venda gera a degradação ambiental e a proliferação de doenças conforme informações da página do Ministério Público Estadual na internet. O que sobra da separação dos resíduos sólidos frequentemente é utilizado para a realização de aterros no interior das ilhas.

A partir dessa necessidade foi elaborado o Plano de Ações Emergenciais (PAE) para a gestão dessas áreas protegidas, publicado pela Portaria SEMA Número 007 de 03 de fevereiro de 2010 (SEMA, 2010). Esse plano estabelece que a APAEDJ é a zona de amortecimento do PEDJ e portanto “é imprescindível que haja um único Plano de Ação Emergencial”. Tal documento seria válido por doze meses, até que os planos de manejo fossem elaborados e era considerado uma ação de curto prazo. Tal portaria foi prorrogada pela Portaria SEMA Número 18 de 2012 uma vez que os planos de manejo ainda não estão prontos e os gestores necessitam de um regramento para realizar a gestão desses territórios.

Entendendo que o plano de manejo é um planejamento para médio e longo prazo e o PAE foi pensado para curto prazo, com procedimentos a serem executados de forma “rápida e eficiente”, esse documento prevê sua incorporação total aos planos de manejo das UCs. Sendo esse a primeira etapa e aquela a segunda de uma estratégia de ações para “proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais” (SEMA, 2010).

Sobre as questões de licenciamento ambiental na APAEDJ, o PAE institui que toda e qualquer atividade no interior dela deve ser autorizada pela SEMA, através do Departamento de Florestas e Áreas Protegidas (DEFAP)/Divisão de Unidades de Conservação (DUC). As atividades são classificadas como sendo de baixo, médio e alto impacto ambiental tendo como base o tamanho do empreendimento e o grau de alteração de ambientes naturais preservados. Nesse sentido, o documento frisa também que para qualquer novo empreendimento a ser realizado nas áreas das UCs deve ser consultada a administração da UC.

O PAE estabelece também a criação de pontos fixos de fiscalização dando prioridade, na APAEDJ, à questão da ocupação irregular – especialmente em “alguns pontos críticos e áreas de conflito, como a AMOFLORES, ao longo da BR 116/290, norte da Ilha Grande dos Marinheiros, Beco 18 e Beco 17, Ilha do Pavão e demais Ilhas” (SEMA, 2010) -, da criação de porcos, de atividades agrossilvipastoris, de queimadas e de triagem, depósito e aterro de resíduos sólidos.

Finalizando o que o PAE estabelece como sendo a primeira etapa para a APAEDJ, ou seja, as ações emergenciais, são indicadas diretrizes para o plano de manejo. Algumas das principais diretrizes são: início do levantamento fundiário, planejamento para o acesso integral aos serviços públicos – água, luz, pavimentação, recolhimento de lixo -, estudo de áreas para a realocação de pessoas, planejar o espaço já urbanizado para que não haja o êxodo de populações tradicionais em detrimento de especulação imobiliária e contratação de empresa para a realização dos planos de manejo.

Como metas para a confecção do plano de manejo da APAEDJ, esse documento estabelece a criação de um projeto de ocupação ordenada e uso sustentável, visando a normatização dos usos já existentes e possibilitando a

efetivação de novos usos condizentes com os objetivos da unidade, como o turismo por exemplo. A criação de um projeto com as comunidades, em especial as tradicionais de pescadores e quilombolas, possibilitando a manutenção de suas atividades de forma sustentável. Estabelece ainda a criação de um projeto de educação ambiental em parceria com demais entidades públicas, privadas e/ou do terceiro setor.

Esse documento – o PAE – configura-se, portanto, como um instrumento de gestão territorial na medida em que cria um marco legal para a atuação dos gestores da área. Ele normatiza algumas atividades preexistentes como a pesca e os usos agrícolas visando a sua manutenção, muito embora, sob a vigilância do Estado. Como já mencionado, isso é um fator de conflitos no que tange as atividades de comunidades tradicionais tais como os pescadores.

Esse documento preocupa-se também com a questão da cidadania dos moradores das ilhas na medida em que busca a ampliação do acesso aos serviços estatais básicos – água, luz, coleta de lixo. Além disso, carrega em si a preocupação com a manutenção do modo de vida dos ilhéus dando importância especial aos pescadores. Outro ponto fundamental é o reconhecimento da presença de descendentes de quilombolas nas ilhas, com isso passa a ser possível a busca por direitos sociais garantidos a esse grupo.

Para o PEDJ o PAE define com ações prioritárias o levantamento e a regularização fundiária, fiscalização para prevenir novas “invasões”, marcação física dos limites do PEDJ e criação da possibilidade de doação de áreas do PEDJ para o estado tendo em vista processos licenciatórios.

Aliado a isso, o PAE apresenta um zoneamento prévio da área do PEDJ. Nele ficam definidas três zonas distintas – Zona de Uso Intensivo, Zona de Uso Extensivo e Zona Primitiva. A primeira refere-se a área da sede administrativa do PEDJ e as áreas destinadas ao lazer e educação ambiental; a segunda constitui-se em transição da primeira para a terceira e essa é a zona de preservação propriamente dita. Esse zoneamento é considerado um indicativo para a segunda etapa de planejamento e gestão, o plano de manejo.

Após essas ações – a ação civil pública e o PAE - o processo de feição e aprovação dos planos de manejo de ambas as unidades já se inicia de forma mais objetiva e palpável no ano de 2011. Muito embora isso tenha ocorrido com um longo atraso, as lideranças entendiam que esse era o início de uma

mudança na gestão da área e viam esse movimento como um indicativo de melhorias.

Nesse ano foi definido que uma empresa privada seria contratada para a realização de estudos e confecção do plano de manejo da APAEDJ e a Fundação Zoobotânica (órgão público) elaboraria o plano de manejo do PEDJ. Segundo funcionários da SEMA, essa empresa receberia por volta de 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil) reais para a realização do referido plano – essas informações foram mencionadas por lideranças locais e funcionários da SEMA, não tivemos acesso à documentos que contenham o real valor pago à empresa.

Os prazos para a entrega dos trabalhos era de um ano a partir da data de assinatura dos contratos – tais planos deveriam estar concluídos em 2012 - contudo, nenhum dos dois planos foi entregue no prazo. Após esse período, a empresa recebeu um adicional temporal de seis meses para finalizar o plano de manejo da APAEDJ. Após esse período, dizia-se que os planos ainda demorariam um tempo, pois ambos deveriam ser entregues juntos uma vez que as unidades devem ser planejadas de forma conjunta, na medida em que uma auxilia a outra e a FZB necessitava de mais tempo.

Durante esse período de finalização a empresa, em parceria com a SEMA, realizou oficinas com os moradores das ilhas e com setores econômicos interessados no uso da área. Ficamos sabendo delas a partir do contato com uma das lideranças locais que nos convidou para participar de uma delas. Nessa oficina aconteceu uma apresentação do que é e onde se localizam os limites do PEDJ, o que é e onde se localizam os limites da APAEDJ, o que é e para que serve um plano de manejo e foram respondidas algumas perguntas dos participantes.

Os principais temas das perguntas foram moradia, acesso a infraestrutura e diferenciação de tratamento entre os de tempo lento e os de tempo rápido. Sobre a questão de moradia, a discussão girou em torno de áreas de realocação, dentro das ilhas, para pessoas que vivem em áreas de Parque. Como essas pessoas terão que ser realocadas, a preocupação é que isso ocorra próximo aos locais que vivem atualmente – já existem algumas áreas mapeadas em cada ilha para isso ocorra, no entanto existe um longo tramite burocrático entre prefeitura de Porto Alegre, estado do Rio Grande do

Sul e unidades para que isso de fato ocorra, além das questões financeiras para viabilizar as realocações.

Sobre o acesso a infraestruturas, foi discutida a necessidade de criação de escolas e postos de saúde, bem como melhoria dos acessos às ilhas a partir da estrada, melhoria das ruas e a questão do transporte público. Conforme foi dito nessa oficina, essas questões não são de responsabilidade da gestão das UCs, mas em alguns momentos elas esbarram na falta de um plano de manejo que possibilite a implementação de uma série de políticas públicas. Nesse sentido, os planos de manejo assumiriam um papel fundamental na organização e gestão do território da APAEDJ.

Esse ponto, conforme discutido lá, também interfere na questão da diferenciação entre os de tempo lento e os de tempo rápido. A cobrança foi de que esses podem fazer uma série de obras, reformas, alterações no ambiente enquanto aqueles não podem, na medida em que não tem dinheiro para pagar multas e advogados.

Nesse momento foi levantado um assunto que na época estava sendo muito falado: um condomínio fechado de casas de luxo faria dragagens em um dos sacos (Saco Santa Cruz, entre a Ilha da Pintada e o município de Eldorado do Sul) para a construção de um canal para que seus moradores acessassem o condomínio por água. Entretanto, como as áreas de saco são parte integrante do Parque, tal intervenção não seria permitida. Foi dito que a gestão das UCs não autorizaria tal ação e que ela seria passível de multa e que essas discussões acabariam quando os planos de manejo estivessem prontos. A partir deles se saberia quais intervenções e em que áreas elas seriam permitidas ou não.

Dessa reunião, importante salientar a preocupação com questões que se referem à cidadania dos de tempo lento, seja pelo acesso à infraestrutura, seja pela igualdade de direitos aos de tempo rápido ou ainda da manutenção em seus territórios. A questão da manutenção dos ilhéus nas ilhas, mesmo que em outros locais – que não sejam considerados área de risco – sempre foi uma das grandes preocupações das pessoas, pois entendem que não se trata apenas de ter ou não uma casa, mas sim a todas as relações espaciais que perpassam isso. Eles lutam pelo direito ao território.

Importante também falar da questão ambiental ser atravessada pela questão financeira. Ou seja, em tese, nenhum dos dois grupos poderia impactar a natureza, contudo, para aqueles que têm acesso a recursos financeiros as multas não são um grande problema. Nesse sentido, a normatização do território tornando-o de preservação não interfere nas ações daqueles que tem dinheiro. Essa também é uma preocupação e uma denúncia constate dos de tempo lento.

Passado um período, a partir do meio do ano de 2012, a empresa iniciou o processo de consulta à comunidade. Primeiramente, a empresa realizou uma reunião com os moradores de tempo lento das ilhas, outra com os de tempo rápido e mais algumas reuniões com os setores da economia interessados por utilizarem a área, dentre eles cito o setor de turismo e o setor da agricultura.

Desse processo é importante retomar o que foi dito no capítulo teórico do trabalho, quando afirmo que a participação da sociedade na gestão de unidades de conservação na maior parte das vezes muito superficial ou é apenas um discurso demagógico. Naquela parte do texto, utilizei-me de uma citação de Diegues (2008, p.23) na qual ele afirma que a participação das comunidades na gestão das unidades de conservação “não é vista com bons olhos” e que em alguns casos ela ocorre apenas para agradar alguma organização externa. Entendo que quando a participação se dá nessa forma de consulta serve apenas para referendar questões já previamente definidas pelos técnicos e gestores. Acredito que isso não é uma real participação.

Aliado a isso, o professor Dilermando Cattaneo, durante o exame de qualificação do mestrado chamou a atenção a essa questão. Até que ponto um processo de consulta pode ser considerado participativo? Ou, o que é participação? Atualmente esse termo tem sido bastante usado para afirmar que as ações e decisões são democraticamente definidas e executadas, nesse sentido, a sociedade estaria participando e exercendo sua cidadania de forma efetiva.

No entanto, observando uma série de políticas e empreendimentos governamentais, sabemos que isso não é a realidade. Exemplos que mostram isso são vários em todas as esferas políticas e em todo o tipo de atividade. Via de regra, as partes interessadas são chamadas a participar de reuniões e oficinas próximas ao final dos estudos, quando o trabalho, em sua grande

parte, já está concluído e decidido. Ou seja, a participação ocorre apenas no final do processo, dessa forma os grupos chamados a participar encontram-se alijados da totalidade das questões. O que sobra às comunidades é aceitar (ainda que nem sempre isso ocorra de forma passiva e pacífica) o que já está decidido e encaminhado por governos e/ou empresas.

No caso vivenciado no Delta, percebe-se que os anseios e objetivos dos de tempo lento não foram e muitas vezes não são levado em conta. Conforme entendido nesse trabalho, no Conselho Deliberativo da APAEDJ não ocorre uma real participação na gestão, bem como na construção do seu plano de manejo; a lógica foi mantida. No que se refere ao PEDJ, entendemos que o processo de não participação é ainda mais perceptível, o Conselho Consultivo ainda não foi criado e a FZB, ao longo do processo de feição do plano de manejo entendeu que não precisava ouvir a comunidade, pois no território do PEDJ não pode haver uso direto.

Essa última afirmação tem como base – principalmente – minha participação no projeto “Delta do Jacuí: Gestão Integrada de Recursos Pesqueiros” no qual fazia parte como educador social de reuniões com pescadores da região e com entidades governamentais relacionadas com a gestão dos recursos pesqueiros. Ao longo desse projeto, mensalmente integrantes da FZB foram convidados para dialogar sobre as questões ambientais e territoriais relacionadas à pesca e sobre questões do Parque e seu plano de manejo e sempre recusaram afirmando que não tinham interesse, na medida em que no Parque não haveria pesca. Essa prática contradiz inclusive o SNUC, pois esse afirma que a sociedade civil deve participar do processo de criação, implementação e gestão das UCs. Entendo que isso é ainda mais grave na medida em que, embora a legislação não preveja o uso direto do território do PEDJ, anteriormente a sua criação aquele já era um território tradicional de pesca. No entanto, nenhum interesse foi demonstrado pelos técnicos.

Faço aqui um pequeno parênteses.

A experiência de participação nesse projeto colocou a mim e a equipe em contato com uma série de organizações governamentais relacionadas com a questão da pesca na região do Delta do Jacuí – Ministério da Pesca e Aquicultura, IBAMA, SEMA, FZB, prefeituras, entre outras. Foi marcante para

nós, membros da equipe do projeto, o esforço empreendido visando a participação alguns desses órgãos nas reuniões do Fórum da Pesca. Agendas internas, questões burocráticas ou qualquer outro assunto, tudo parecia mais importante e servia como motivo para não frequentarem as reuniões com os pescadores.

Além disso, segundo relatos de alguns técnicos, para se fazerem presentes nas reuniões era necessário um grande esforço. Eles, enquanto técnicos, julgavam importante a participação nas discussões, contudo havia uma série de questões institucionais que os dificultava nessa atividade. Novamente as agendas internas, burocracias, a falta de funcionários eram motivos para que a instituição não os liberasse para estarem presentes nas reuniões do Fórum da Pesca<sup>19</sup>.

Ou seja, muitos técnicos não acreditam ser importante a participação no diálogo direto com a população, pois isso demanda tempo, paciência, compreensão. Quando acreditam nessa importância, mostram que o problema é mais profundo; são as instituições que funcionam para si próprias e não para a população. A manutenção do seu funcionamento e o cumprimento de suas burocracias passou a ser o motivo de sua existência, não mais o cumprimento de sua função social, que passa diretamente pelo contato com a população. Nesse sentido, o exercício da cidadania da população de uma forma geral é prejudicada. Ou ainda, de que forma os gestores do Estado entendem o que é cidadania?

Retomo agora o que dizia sobre o processo de construção dos planos de manejo.

Na reunião feita pela empresa encarregada para ouvir os moradores de tempo lento das ilhas sobre o plano de manejo da APAEDJ houve uma grande confusão. Havia muita gente querendo participar da reunião e alguns grupos estavam descontentes com a forma na qual o processo tinha se dado e com o resultado apresentado no documento.

O principal ponto, que culminou com a interferência judicial no processo a partir da mobilização dos pescadores e da ação de uma procuradora pública, foi o fato de os pescadores serem privados de utilização de alguns territórios

---

<sup>19</sup> Para maiores informações sobre o Fórum da Pesca do Delta do Jacuí e o projeto “Delta do Jacuí: Gestão Integrada de Recursos Pesqueiros”, ver PAULA 2013.

tradicionais de pesca. Constitucionalmente esses territórios são assegurados às comunidades que historicamente fizeram uso deles – muito embora isso não seja sempre respeitado – e, no uso desse instrumento jurídico, o plano de manejo da APAEDJ foi barrado.

A partir da necessidade de retomada e reformulação de algumas questões desse plano de manejo a empresa responsável se desligou do processo de confecção do mesmo. Daquele momento em diante, a instituição responsável pela finalização do plano de manejo da APAEDJ passou a ser a própria SEMA e seu corpo técnico. Inclusive, sobre a saída da empresa, o gestor da APAEDJ não soube informar como ficou resolvida a questão do repasse de verbas, uma vez que eles não finalizaram o trabalho para o qual haviam sido contratados e não cumpriram os prazos estabelecidos.

Outro ponto fundamental é que como os planos foram realizados por instituições diferentes, existem pontos que se sobrepõe, mas que, no entanto, não dialogam. Um exemplo disso é a constituição da zona de amortecimento do PEDJ. No plano de manejo realizado pela FZB, a APAEDJ constitui uma parte fundamental da zona de amortecimento do PEDJ, entretanto, disso resulta que todas as ações realizadas no interior da APAEDJ devam passar pelo crivo do Conselho Consultivo do PEDJ, o que torna a gestão da APA não efetiva.

Inclusive, essa questão foi bastante debatida no interior do Conselho Deliberativa da APAEDJ e a opinião dos conselheiros é quase unânime de que isso constituiria em um retrocesso para a APAEDJ e os moradores do seu interior. Eles entendem que a criação da APAEDJ foi uma forma de conseguir uma relativa liberdade de gestão do território visando sua utilização direta e menos restritiva. Tornar a gestão da APAEDJ atrelada à gestão do PEDJ seria um retrocesso na medida em que existe o medo de que a gestão do Parque tenda a uma visão preservacionista e entrave o uso do território da APAEDJ.

Aqui, mais uma vez, aparece o desejo de gerir o território do qual se faz parte de forma relativamente autônoma. Por um lado, a liberdade de gestão territorial facilitaria o uso por parte dos de tempo lento e auxiliá-los-ia a fazerem valer sua cidadania, por outro lado, essa facilidade também valeria para os de tempo rápido, que fariam valer seus interesses de uso econômico do Delta. Nesse sentido, os de tempo lento encontram-se em uma situação delicada.

Finalmente, em Junho de 2014 houve a audiência pública de apresentação e consulta do plano de manejo do Parque Estadual Delta do Jacuí. Em princípio a atual versão é a definitiva, passando apenas por pequenas alterações após essa audiência, mas que segundo os técnicos da SEMA são apenas alguns pequenos detalhes. De acordo com o portal do Governo do Estado do Rio Grande do Sul na internet, em notícia publicada em 22 de agosto de 2014, o plano de manejo do PEDJ será homologado.

O plano de manejo da APAEDJ por sua vez, agora desenvolvido pelos técnicos da SEMA, passou a ser acompanhado por uma Câmara Temática formada no interior do Conselho Deliberativo da UC. Dessa câmara participam cinco integrantes do Conselho além de dois técnicos e, na reunião de abril de 2014, eles apresentaram uma análise estratégica para a APAEDJ que deverá constar no plano de manejo.

Nesse material os membros da câmara analisaram as ameaças existentes para que a APAEDJ cumpra seus objetivos, reunindo-os em três grupos – áreas úmidas, qualidade de vida da população e cultura regional - buscando suas causas e fontes. A partir dessa primeira análise foram definidos os desafios para a gestão do território e foram estabelecidos objetivos e metas.

Foram elencados nesse material vinte e um desafios para a efetiva gestão da APAEDJ, sendo que para eles foram definidos três graus de prioridade. Do total de desafios - seguindo nosso entendimento teórico de questões referentes ao ambiente, ao território e à cidadania – doze deles se referem mais especificamente à problemática ambiental; sete às questões de cidadania; apenas três deles referem-se mais especificamente à gestão territorial.

A partir da perspectiva de prioridades estabelecidas pela Câmara Temática, são estabelecidos como prioridade de primeiro grau quatro desafios relacionados às questões ambientais, três referentes às questões de cidadania e dois referentes ao território. Nas prioridades de segundo grau quatro se referem ao ambiente, uma à cidadania e uma ao território. Por fim, nas prioridades de grau três, novamente quatro se referem às questões ambientais, duas às questões de cidadania e nenhuma à problemática territorial. A seguir apresento o quadro-síntese dessas análises.

**TABELA 2 – Quadro síntese dos desafios à gestão da APAEDJ (2014)**

	Prioridade de Primeiro Grau	Prioridade de Segundo Grau	Prioridade de Terceiro Grau
<b>Desafios Ambientais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Regularizar as ocupações em APP;</li> <li>• Manter íntegros os banhados existentes na APAEDJ;</li> <li>• Garantir a conservação dos locais de reprodução e berçário das espécies de peixes;</li> <li>• Definir soluções adequadas a fim de amenizar os efeitos de alagamentos nos episódios de cheias;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cultivos existentes na APAEDJ regularizados e corretamente manejados;</li> <li>• Empreendimentos corretamente instalados e em adequada operação;</li> <li>• Garantir o não comprometimento dos ambientes de margem de rio, canais e cursos d'água naturais;</li> <li>• Diminuir a prática das atividades de caça e captura de fauna nativa na APAEDJ;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Gestão de resíduos sólidos adequada e eficiente;</li> <li>• Diminuição da quantidade de lixo existente nas águas;</li> <li>• Garantir o cumprimento das normas de navegação;</li> <li>• Atuação rápida e eficiente dos órgãos responsáveis em casos de acidentes;</li> </ul>
<b>Desafios Territoriais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ter normas e fluxos estabelecidos para a correta ocupação urbana do território;</li> <li>• Ter as áreas de risco insanáveis livres de ocupação;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dotar a UC com a estrutura adequada para a sua gestão;</li> </ul>	
<b>Desafios para a Cidadania</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Órgãos atuantes, por meio de procedimentos e fluxos estabelecidos;</li> <li>• Garantir a legitimidade da prática da pesca artesanal por população tradicional residente;</li> <li>• APAEDJ e PEDJ atuando por meio de uma gestão integrada e participativa;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Existência de políticas públicas em implementação voltadas à manutenção das práticas características da região;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dotar o território de infraestrutura básica adequada;</li> <li>• Planos de controle de zoonoses elaborados e implementados;</li> </ul>

**FONTE: Câmara Temática de Acompanhamento dos Planos de Manejo do Conselho Deliberativo da APAEDJ (apresentação em slides na reunião de Abril de 2014, adaptada pelo autor).**

Com isso, pode-se perceber que o grande foco da gestão da UC é a mitigação dos impactos ambientais nas dinâmicas da natureza, estando nessa perspectiva os maiores desafios para a gestão. Em segundo lugar encontram-se os desafios para a efetivação da cidadania das pessoas que vivem e usam o Delta. Por fim, estão os desafios à gestão territorial da área. Todavia, o exposto acima (tabela 2) deixa claro - consoante o referencial dessa pesquisa - que as questões ambientais, territoriais e de cidadania não se excluem. Antes pelo contrário, uma necessariamente implica nas outras.

Por fim, mais um novo elemento complicador se soma a esse complexo cenário que se estende a tantos anos. No final de março de 2014 foi assinado o contrato de construção do segundo conjunto de pontes sobre o Guaíba. Pelo atual projeto, as novas pontes atingirão diretamente a Ilha do Pavão e a Ilha Grande dos Marinheiros. Segundo estimativas, será necessária a realocação de 850 famílias totalizando 3.500 pessoas. De acordo com o que está sendo divulgado, é previsto no projeto que o reassentamento se dê nas proximidades da atual área de moradia dessas pessoas, seja nas ilhas ou nas margens continentais do Delta.

Antes de finalizar essa parte, e como os pescadores possuem um importante papel histórico no uso e ocupação da área, bem como uma diferenciação jurídica que acabou por alterar o processo dos planos de manejo, julgo importante analisar um pouco mais afundo a relação deles com a criação, implementação e gestão dessas UCs. Para tanto, será utilizada principalmente da dissertação de mestrado de Cristiano Quaresma de Paula (2013) na qual o autor aprofunda as questões referentes ao já referido Fórum da Pesca da região e do projeto relacionado a ele.

Em sua dissertação Paula analisa as atas das reuniões do Fórum da Pesca, buscando os temas discutidos nas mesmas, visando identificar os arranjos territoriais dos pescadores artesanais (ou tradicionais) da região do Delta. Para tanto ele se utiliza da teoria do agir comunicativo de Habermas. Em nossa leitura de seu trabalho, buscamos informações referentes ao que os pescadores afirmaram nas reuniões do Fórum da Pesca sobre a APAEDJ e o PEDJ.

Segundo o autor, nas reuniões do Fórum, os pescadores discutiram a questão de eles pertencerem a uma comunidade tradicional e, portanto, terem

direito de uso dos territórios de pesca independentemente de ele estar na área de uma UC, Parque ou APA. Contudo, salientaram que existe grande dificuldade em tratar isso nas discussões do Conselho Deliberativo da APAEDJ (2013, p.96).

Nesse contexto, o autor comenta a importância da edição da portaria SEMA Número 27 de 15 de maio de 2012. Nessa portaria, a Secretaria Estadual do Meio Ambiente reconhece que os pescadores que utilizam a área do PEDJ e da APAEDJ como território de pesca e são associados à Colônia Z5 pertencem a uma comunidade tradicional. Desse documento decorre o fato de a Secretaria – instância superior das unidades - entender que os pescadores têm direito aos territórios tradicionais de pesca (PAULA, 2013, p. 97-98).

No entanto, como bem salienta Paula, essa portaria não foi debatida nem no Fórum de Pesca e nem no Conselho Deliberativo da APAEDJ, mas sim é fruto de uma articulação política entre o Secretário do Meio Ambiente e a direção da Colônia Z5. Nesse sentido, as instâncias participativas das quais os pescadores fazem parte não foram ouvidas no processo. Mais uma vez a maior parte dos pescadores foi excluída do processo de participação e tomada de decisões – tiveram sua cidadania alijada.

Enfatizando isso, Paula coloca que os pescadores no Fórum da Pesca entendem que a portaria da SEMA deveria ser mantida no plano de manejo do Parque, uma vez que seu texto estabelece que ela é apenas válida até a conclusão do plano. Contudo alguns pontos deveriam ser alterados para que todos os pescadores que usam a área fossem contemplados, não apenas os que são filiados à Colônia Z5. De acordo com a redação do texto, somente são permitidos de realizar a pesca nas áreas do PEDJ e da APAEDJ os pescadores vinculados à Colônia.

Outro ponto é que nessa portaria ficam estabelecidas áreas de proibição de pesca - pesca zero – e tamanhos de malha de rede a serem utilizadas pelos pescadores. Essas determinações foram feitas sem a devida consulta ao Fórum da Pesca ou aos demais pescadores. O saber tradicional deles não foi levado em consideração nesse processo.

Além disso, os pescadores cobram que lhes seja dada maior possibilidade de participar das discussões referentes aos planos de manejo e uso da área. Cobram que os impactos sociais da proibição da pesca não são

considerados no documento, almejam que não sejam consideradas apenas as questões naturais/ecológicas (ambientais). Anseiam por uma forma democrática de gestão no que tange períodos, apetrechos e áreas de uso para que seu modo de vida se perpetue. Não querem que os resultados de pesquisas e que regras prontas lhes sejam apresentadas para que tenham que segui-las. De acordo com as prerrogativas do Fórum, querem o diálogo (PAULA, 2013, p.100). Ou seja, suas demandas vão ao encontro do que vem sendo dito ao longo desse trabalho.

Aliado a isso, a discussão sobre o uso dos territórios tradicionais de pesca mostrou mais uma vez a distinção de tratamento entre os de tempo rápido e os de tempo lento. Os pescadores não podem pescar nos sacos, pois são consideradas áreas de reprodução dos peixes, o que justifica estarem incluídas no Parque; entretanto, os de tempo rápido podem utilizar essas mesmas áreas para seu lazer com suas motos náuticas (Jet-skis).

Conforme discutido no Fórum da Pesca, esse equipamento mata os alevinos e danifica os ovos dos peixes devido à alta frequência de seus motores. Além disso, a movimentação na água e o barulho espantam os peixes, impedindo a procriação naquela área, o que consiste em ineficácia de preservação quando se proíbe uma atividade, mas libera-se outra.

Ainda em seu trabalho, Paula ressalta as discussões feitas pelos pescadores sobre as mansões e condomínios que estão sendo construídas na área da APAEDJ. Nas reuniões do Fórum, foi dito que as questões de moradia devem seguir o estabelecido no plano de manejo, contudo, na falta dele, deve ser respeitado o que for decidido no Conselho Deliberativo da APAEDJ.

Todavia, segundo os pescadores, sabe-se de inúmeros casos em que “pessoas de alta renda” são multadas por construções indevidas. Eles pagam as multas e continuam seus empreendimentos, uma vez que os valores não são significativos, ou recorrem judicialmente contra as multas. Essa situação se perpetua e se arrasta justamente por uma ineficácia na ação por parte do Estado. A demora em fazer o plano de manejo e de regular as atividades nas áreas de proteção favorece a quem tem acesso às instancias de poder. Dinheiro, influência política, advogados são artifícios utilizados pelos de tempo rápido para construir suas casas ou empreendimentos, enquanto para os de tempo lento é proibida a reforma das casas, sendo algumas consideradas

subconstruções e outras que colocam a segurança de seus moradores em risco.

Importante realçar duas questões: A primeira é que um dos motivos da criação das unidades é a possibilidade de manutenção do singular modo de vida da região. Contudo, as unidades estão auxiliando no término da mesma. Segundo, é fundamental que os gestores das unidades participem do Fórum da Pesca, onde a voz dos pescadores não será dita por apenas um representante, mas sim por cada um dos que deseje se expressar. Nesse sentido, ressalto a importância do trabalho de Paula quando mostra que a “sociedade tradicional dos pescadores da região” é composta por muitas “comunidades tradicionais de pescadores”, cada uma delas apresentando peculiaridades e diferenças em relação às demais. Nesse sentido, a homogeneização das práticas de cada comunidade como sendo igual a da comunidade dos pescadores da Ilha da Pintada (o que geralmente acontece) acaba por diminuir essa riqueza cultural que é a diversidade de práticas de pesca e de saberes envolvidos.

O fato da necessidade de ampliar a participação dos pescadores na gestão das unidades fica claro quando Paula (p. 106-107) frisa que o maior número de falas foi referente à esfera ligada a proposição e busca de soluções alternativas aos conflitos. Nesse sentido, entendo que o Fórum é um espaço fundamental e que os gestores das unidades deveriam se apropriar dele para buscar, de forma democrática, a resolução dos problemas referentes à pesca. Ao invés de seguir a linha do “vigiar e punir”, os gestores das unidades deveriam se abrir mais ao diálogo.

Ampliando um pouco mais a discussão e tendo esse fórum como exemplo, poderia se propor às unidades formas diferentes de organização social e participação democrática na gestão. Uma das possíveis formas poderia ser a organização de reuniões por temas, tais como a moradia, ocupação das unidades, atividades econômicas, danos ambientais; isso poderia estimular as pessoas interessadas no assunto a participar. Entretanto, para isso, os gestores deveriam se dispor ao diálogo e abrir mão dos seus escudos técnico-científicos, uma vez que as soluções decorrentes desse processo seriam mais políticas que técnicas.

Entendo que esse modelo poderia levar a um tempo maior para a resolução de cada questão levada ao Conselho e que poderia acarretar em um

olhar fragmentário sobre um mesmo todo – a unidade em questão. No entanto, penso que a atual forma de fazer não leva a uma resolução rápida das questões (vide o PEDJ e a APAEDJ) e que seria necessário também o entendimento por parte de todos que os diferentes temas fazem parte de uma mesma totalidade, portanto a discussão de um deveria necessariamente retomar as outras.

É importante também entender a posição de alguns gestores que se dizem amarrados pela legislação. É verdadeira a possibilidade de eles serem indiciados, processados e sofrerem punições pessoais decorrentes de escolhas profissionais. Com isso, é compreensível que eles se protejam também atrás do arcabouço legal que cerca as unidades de conservação, fato que tem ocorrido no caso do Delta. É recorrente a fala de que determinado assunto não pode ser resolvido, pois os planos de manejo não estão prontos, ou que não existe uma posição legal do governo frente ao tema.

Contudo, uma não ação do Estado ou do órgão competente por falta de determinações legais já é em si mesma uma ação. Todavia, essa ação de omissão favorece quem tem acesso a recursos e/ou conhece as brechas jurídicas. Portanto, ela possibilitou a ação de muita gente, mas não de uma forma homogênea na sociedade e seus distintos grupos.

O objetivo não é personificar esse comportamento na figura do gestor das unidades. Não pretendo também colocar a situação de maneira maniqueísta. A questão é que o Estado não se propõe a uma real gestão democrática, seja do ambiente, seja do território e dessa forma não favorece uma real efetivação da cidadania. A atual forma de organização da sociedade e do Estado não é democrática. Muito embora tenha se feito um esforço nesse sentido com a ampliação dos espaços de discussão, a real democracia ainda é um horizonte distante. A verdadeira cidadania, portanto, também faz parte da utopia da qual falei anteriormente.

Portanto, não é impensável que algumas questões legais deveriam ser flexibilizadas. Faço a ressalva, entretanto, que essa flexibilização não pode ser geral e irrestrita. Tratar iguais de forma desigual gera injustiças; o mesmo é verdadeiro ao tratar-se de forma igual os desiguais. Nesse sentido, penso que estabelecer algumas diretrizes em uma escala normativa mais ampla enquanto se deixa margens para que questões importantes sejam discutidas e

determinadas a partir de uma escala local seja uma possibilidade interessante. Dessa forma se fortaleceria o caráter e a importância da participação política local, ao mesmo tempo em que as especificidades da área poderiam ser respeitadas.

Digo isso pensando nas motivações que levam as ações. Pensando, por exemplo, na questão da moradia nas ilhas. Os de tempo rápido e os de tempo lento não podem ser tratados da mesma forma. Os primeiros buscam o contato com a natureza, as amenidades urbanas, a construção de casas de final de semana, o lucro com a venda de lotes em condomínios. Os segundos, por sua vez, buscam um espaço para morar, manter e construir laços de vida, perpetuar a cultura da qual compartilham. Pensando a partir desses termos, seria aceitável moradias dos de tempo lento em locais em que moradias dos de tempo rápido fossem proibidas.

#### 7.1. REUNIÕES DO CONSELHO DELIBERATIVO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL ESTADUAL DELTA DO JACUÍ.

Posto o panorama político mais amplo que se estabelece a partir de um processo de criação/alteração institucional da legislação, de seus marcos e normas, a seguir adentro nas questões políticas cotidianas que se estabelecem a partir da realidade da área. É a partir dos interesses de uso e ocupação da área expressos no âmbito do Conselho Deliberativo da APAEDJ que essa escala política mais ampla se efetiva e ressignifica.

É nas falas e posições defendidas dentro do conselho que as diferentes racionalidades ficam claras. Ao longo da leitura das atas das reuniões e da participação nas mesmas os conflitos vivenciados, sentidos e observados ao longo dos anos se personifica na figura dos membros do conselho e dos grupos que representam. Ao mesmo tempo, as tensões percebidas naquele espaço reduzido se materializam na forma dos conflitos ambientais, territoriais e de (privação) cidadania.

Todavia, antes de adentrar nas análises, julgo importante retomar algumas perspectivas teóricas que balizarão esse processo.

Assim sendo, com já mencionado, a conversão de parte do PEDJ em APAEDJ se deu por meio de uma adequação que pretendia atender a caracterização das unidades de conservação proposta pelo SNUC e a resolução de conflitos históricos de ocupação e uso da área. A partir da criação da legislação federal, instalou-se a contradição de que no modelo de unidade de proteção integral – o Parque Estadual Delta do Jacuí - não é admitida a presença de população residente, fato que se opõe ao processo histórico de ocupação do local.

Sendo um Parque consonante com a corrente de preservação da natureza, observou-se que o Estado por meio dos gestores dominou aquele espaço por meio da normatização que estabeleceu os limites do PEDJ. Por outro lado, a população já havia se apropriado desse território para estabelecer suas residências, desenvolver sua vida e cultura. Visando sua manutenção, pressionou o poder público para que parte da unidade mudasse de categoria para unidade de uso sustentável – a Área de Proteção Ambiental Estadual Delta do Jacuí.

Todavia, essa categoria de UC é coerente com a corrente de conservação da natureza, aquela que prevê um uso racional dos recursos naturais. Esse uso racional é determinado a partir de uma racionalidade técnico-científica, da qual os moradores de tempo lento não compartilham. Então, além dessas duas posições – Estado e comunidades -, aparece ainda como importante grupo interessado aqueles que pensam e agem no Delta de acordo com uma lógica privada, de dominação do espaço, territorializando a natureza, dentro de uma perspectiva que objetiva o lucro. Nessa perspectiva a natureza é pensada como recurso natural e a partir disso, territórios de reprodução de capital são instituídos.

Acrescenta-se ainda que a criação dos territórios dos Parques e das APAs têm implicações normativas que definem a unidade de conservação, mas também a cultura e cidadania das pessoas atingidas direta ou indiretamente na medida em que reorganizam as relações ambientais e políticas no espaço e com o espaço. Essa conversão de um modelo de unidade de conservação para outro se deu por meio de um Decreto Lei, que definiu os polígonos que correspondem ao PEDJ e à APAEDJ. Entretanto, por mais que essa delimitação garanta ao Estado o domínio do espaço, esse não

necessariamente é compreendido ou aceito pelos diversos grupos que apresentam outros interesses de uso e ocupação para aquele espaço.

Entendo que esses diferentes objetivos, concepções territoriais e ambientais aliados a demandas históricas das pessoas que lá vivem é latente e quando os diferentes grupos se propõe ao diálogo, essas questões todas entram em choque. O espaço que é mais propício a esse encontro e que justamente foi pensado para a gestão da área é o Conselho Deliberativo da APAEDJ.

A partir dessa compreensão, foi realizada a leitura das atas das referidas reuniões buscando perceber como se dá esse diálogo, em que medida ele é efetivo para a gestão da UC e como se dá a aceitação das diferentes formas de saber que embasam as ideias de uso e ocupação do Delta do Jacuí.

Entretanto, nesse processo foram encontradas duas grandes dificuldades. A primeira delas é a falta de atualização das atas das reuniões do conselho. A segunda é a forma com que as atas mais antigas foram elaboradas.

De acordo com funcionários da APAEDJ, as atas das reuniões do Conselho não vêm sendo aprovadas a, pelo menos, três anos. Ou seja, a cada reunião do conselho é produzida uma ata que mostra os assuntos discutidos e os encaminhamentos das questões referentes à UC; na reunião seguinte, essa ata deveria ser lida e aprovada em reunião para que se torne um documento válido. No entanto, isso não vem sendo feito.

Como as atas não estão aprovadas em reunião, elas não podem ser disponibilizadas ao público uma vez que ainda não são documentos válidos. Portanto, não existem atas recentes válidas que possam ser analisadas. De acordo com os funcionários responsáveis, a principal causa disso é que as reuniões têm sido destinadas inteiramente para a discussão das questões referentes aos planos de manejo, à nova ponte do Guaíba e a assuntos emergenciais e de interesse dos conselheiros, ficando esses assuntos “mais burocráticos” de lado. De fato, nas reuniões em que estive presente, a necessidade de aprovação das atas anteriores não ocorreu e nem foi mencionada.

Disso decorre que o processo de discussão dos planos de manejo – meu maior interesse nessas atas – não pode ser analisado a partir delas. No

entanto, é a partir do momento em que esse assunto torna-se mais latente que inicio as participações nas reuniões e no cotidiano do Delta do Jacuí de forma mais intensa. Como fonte de informações, portanto, tenho minhas anotações sobre os temas discutidos e as vivências das reuniões.

Por sua vez, as atas a que tive acesso são mais antigas, estando entre os anos de 2008 e 2011. Elas trazem um contexto de gestão distinto do atual, seja pela lógica da gestão, seja pela realidade da não existência e da falta de perspectivas concretas de existência de uma regulação legal das unidades – os planos de manejo.

Aliado a essa questão temporal e de contexto - que mostra uma realidade distinta, portanto - essas atas não receberam os devidos cuidados no momento de sua redação. Esse descuido deixou algumas discussões confusas, dificultando a interpretação de quais sujeitos apresentavam e defendiam determinados interesses. Essa dificuldade pôde ser, ao menos em parte, superada na medida em que os grupos presentes nas reuniões são praticamente os mesmos. Em diversos casos inclusive, os membros representantes são os mesmos. Isso torna aquele momento mais próximo.

Para concluir essa questão das dificuldades encontradas, saliento que as reuniões eram presididas pela gestão da APAEDJ e a ata da reunião era escrita em um caderno de atas ora por um funcionário, ora por algum conselheiro – essas são as que tive acesso. Posteriormente, quando a empresa privada é contratada para realizar o plano de manejo da APAEDJ, um funcionário dela assume a redação das atas e elas passam a ser feitas em meio digital.

Quando a empresa abandona esse processo, as atas das reuniões voltam a ser escritas por um funcionário da APAEDJ, mas no entanto, o momento da UC já é diferenciado, o gestor da APAEDJ e do PEDJ passa a ser um técnico de carreira da SEMA (antes era uma indicação partidária), essas UCs recebem mais funcionários e a infraestrutura é ampliada e melhorada. A partir disso, a gestão das UCs e as reuniões do Conselho Deliberativo da APAEDJ assumem um caráter de maior comprometimento e organização.

No que tange as questões ambientais discutidas no Conselho Deliberativo da APAEDJ saliento, conforme o referencial teórico desse

trabalho, os temas que se referem mais fortemente à relação entre os grupos e moradores das ilhas com a natureza existente no Delta.

Um primeiro importante tema a ser mencionado são as iniciativas da gestão da APAEDJ que objetivaram esclarecer a população sobre as características e limites tanto desta unidade quanto do PEDJ. Destacam-se duas atividades: o curso de educação ambiental para professores de escolas que estão no interior da APAEDJ e o passeio ciclístico realizado no interior da unidade. Ambas as ações apresentam a característica de divulgação dos objetivos e características das UCs.

O primeiro aproxima as UCs das comunidades residentes nas ilhas e tem por objetivo - assim entendo - diminuir degradação das áreas na medida em que, a partir da atuação dos professores da rede pública, haveria o esclarecimento para as comunidades das ações que não poderiam ser realizadas e os limites entre a APAEDJ e o PEDJ. O segundo tenta aproximar as UCs das pessoas externas às ilhas justamente mostrando a beleza cênica e salientando a ideia do Delta como um espaço de “natureza intocada”, reforçando assim a noção da natureza enquanto espaço de fuga para aqueles que vivem no urbano.

Outro tema presente nas atas referentes à questão ambiental relaciona-se com os empreendedores que tem interesse no uso do Delta. Esses podem ser definidos como externos ao território tanto da APAEDJ quanto do PEDJ, mas se aproximaram desses territórios por terem identificado potencialidades para negócios. Essa perspectiva remonta a uma visão de natureza enquanto recurso natural, essa ideia é muito presente na racionalidade técnico-científica. Esse fim atravessa as relações ambientais, territoriais e de cidadania, na medida em que o lucro acaba por ser o motivador da relação desse grupo com a natureza. No interior desse grupo, enfatiza-se a presença ativa do setor de lazer e turismo e a ausência de outros setores como o agrícola e o de mineração que atuam na APAEDJ.

Segundo as atas, o setor de lazer e turismo foi o primeiro a introduzir o tema da necessidade de um plano de manejo para a unidade de conservação. Nota-se o interesse dos mesmos de que o zoneamento permita melhores condições para ocorrerem eventos, que de acordo com o PAE, ainda em vigor, não podem reunir mais de 100 pessoas.

Também há registro de sugestões do setor de lazer e turismo que se referem à instalação de infraestruturas como cicloviás e marinas para atrair mais visitantes ao território – desses, apenas as marinas foram implementadas. Compete destacar que esse conselheiro foi bastante ativo e se inseriu em diversas câmaras temáticas e atividades promovidas pela APAEDJ.

É significativo enfatizar que existe a preocupação com a preservação ambiental por parte do referido setor. Nesse contexto, a intencionalidade está em preservar a natureza expressa na beleza cênica das ilhas do Delta do Jacuí para que seja objeto de consumo e atenda a demanda de lucro do setor.

Igualmente as empresas mineradoras que extraem areia no interior da APAEDJ veem a natureza como objeto de consumo. Esses não participavam do Conselho Deliberativo, mas em resposta às denúncias de irregularidades, a gestora afirmava que os mesmos eram licenciados e fiscalizados. Saliento que concebendo a natureza como meio de produção estão também os arrozeiros que não participavam do conselho, mas que atuam no território da APAEDJ.

Presente também nas discussões ambientais no interior do Conselho Deliberativo da APAEDJ encontra-se representado o setor ambientalista, ao menos uma ONG que se coloca como de cunho “ambientalista” – muito embora se saiba que moradores de tempo rápido é que são os responsáveis por essa ONG. O representante dessa organização chegou a destacar que “é necessário cuidar da natureza e não só da população”. Essa fala é motivada por uma visão que atribui a culpa pela poluição e decorrente degradação ambiental aos pobres e descontextualiza a discussão ambiental de uma visão social e econômica mais ampla.

Essa visão, em parte, é compartilhada pelos pescadores, pois esse veem os catadores como um sério problema para o Delta. É recorrente ouvir falas dos pescadores que atribuem o problema do lixo nas águas do Delta ao trabalho dos que vivem da separação de resíduos sólidos. Isso se justifica na medida em que o lixo na água é um grande problema para os pescadores, não só por diminuir a qualidade da água, mas também pelos prejuízos com os danos causados às redes quando esse material se prende a elas.

Nesse sentido, comumente esse representante da ONG mobiliza os representantes de tempo lento dizendo-se “da comunidade” para garantir seus

interesses. Contudo, percebe-se que os objetivos entre esses grupos são divergentes.

Por fim, algo que não poderia deixar de ser mencionado é que frequentemente no caderno de atas da APAEDJ a reunião é denominada “Reunião do Conselho Deliberativo do Parque Estadual Delta do Jacuí”. Acredito que essa confusão se deve pelo histórico da área e mesmo pelo desconhecimento das categorias de unidades de conservação, no entanto, chama a atenção que no âmbito da gestão de unidades de conservação esse tipo de equívoco aconteça.

No que concerne aos temas vinculados à questão territorial da APAEDJ, julgo importante frisar quais são os diferentes grupos que apresentam interesse de uso da área e como eles aparecem no processo de gestão da área.

A análise do conteúdo das atas, a observação e a participação nas reuniões do Conselho Deliberativo da APAEDJ a partir de 2008 revelaram o esforço de três grandes grupos empenhados em dominar e/ou se apropriar do espaço criando seus territórios. A relação de dominação do território, tanto o do PEDJ quanto a da APAEDJ parece ser o objetivo do Estado que definiu essas unidades de conservação. Esse parece também ser o desejo de empreendedores e moradores de tempo rápido, tendo como base a propriedade privada do território. Já a relação de apropriação do território da APAEDJ e do PEDJ se expressa, sobretudo, nas manifestações dos de tempo lento.

Sobre as formas de gestão da área, no período estudado a partir das atas, houve a discussão de três documentos que buscavam normatizar o uso do território. O primeiro foi o regimento interno do Conselho Deliberativo da APAEDJ, cujo registro em ata é insatisfatório para tirar conclusões sobre o envolvimento e participação dos conselheiros na sua elaboração. Em seguida houve o Plano de Ação Emergencial o qual, segundo as palavras da gestora, se trata de “adaptar as leis à realidade”. E o terceiro é o plano de manejo propriamente dito que estava, na época, em processo de licitação e início de elaboração por uma empresa contratada pela SEMA.

Identificou-se que a população residente é constituída de importantes sujeitos na gestão da área e de fundamental atuação do conselho. Essa é composta por grupos das mais diversas atividades e condições econômicas,

portanto, questões de renda são um importante elemento para a compreensão dos conflitos ali existentes. Sendo assim, cabe identificar e diferenciar a atuação dos conselheiros que representam os moradores de tempo rápido dos de tempo lento.

A proximidade da APAEDJ com o centro de Porto Alegre e a beleza cênica das ilhas do Delta do Jacuí tem atraído para o território dessa unidade de conservação indivíduos de tempo rápido que estabeleceram mansões, condomínios e marinas. Esses, ao mesmo tempo em que frisam a necessidade de proteger a unidade de conservação, infringem as regras relacionadas, por exemplo, à construção de ancoradouros nas proximidades das suas residências. Observa-se o processo de dominação do território, uma vez que nem os pareceres dos gestores da APAEDJ são capazes de impor limites a esse grupo que conta com assistência jurídica e frequentemente recorre às instâncias superiores fazendo valer seus interesses em detrimento do que é estabelecido em lei ou normatização.

Desde o começo da discussão sobre o plano de manejo da APAEDJ há uma pressão dos moradores locais para acompanhar a construção do mesmo, sejam os de tempo rápido ou os de tempo lento. Entretanto, observou-se que somente nas duas últimas reuniões de 2010 se fez presente uma representante da empresa que venceu o edital para a produção do documento, para explicar em que consiste esse estudo. Existia uma preocupação dos moradores em relação à delimitação dos usos da APAEDJ, que podem comprometer algumas áreas em que estão estabelecidas residências, em especial dos de tempo lento.

Isso demonstra que existe um desconhecimento dos limites territoriais das UCs e das possibilidades de uso que cada um deles oferece. Isso é mais facilmente perceptível para os de tempo lento, na medida em que não dominam a linguagem presente nas legislações e tem dificuldade para acessá-las. Com isso, vivem constantemente sem saber como proceder, sem saber se estão ferindo uma legislação e se podem ou não ser multados. Mais que a questão financeira (não que ela não seja importante), uma multa simboliza que eles são criminosos, estão contra a lei para retomar o que foi dito por Silva (2007, p.79).

Com isso, passo agora a analisar as questões referentes à cidadania dos ilhéus. Para tanto, busco salientar os temas referentes a demandas por

infraestruturas e de serviços estatais; saliento também a vontade de participação nas decisões sobre as políticas territoriais referentes à área; busco também nas atas o desejo de igualdade de tratamento independentemente do nível de renda das pessoas; por fim, no que tange a cidadania, busco elementos que se referem ao desejo de manutenção de um modo de vida, da cultura e da sua identidade.

As comunidades residentes de tempo lento historicamente se apropriaram desse território. Essa é composta por pescadores, remanescentes de quilombolas, carroceiros, catadores de materiais recicláveis, e demais trabalhadores. Frisa-se a importância cultural da presença desses moradores que se relacionam com o espaço antes mesmo da criação do PEDJ, sobretudo as populações tradicionais de pescadores e quilombolas e também os mais pobres que ainda hoje carregam em si a cultura dessas ilhas.

As mudanças institucionais expressas nos decretos de criação do PEDJ e da APAEDJ tiveram consequências nos modos de vida dessas comunidades, interferindo diretamente na cidadania dessas pessoas. Entre as demandas elencadas no Conselho Deliberativo, muitas partem da população de tempo lento que possui uma maior relação de dependência com o território e com a natureza.

Por exemplo: a necessidade de podas de árvores foi tema de três reuniões consecutivas, uma vez que a população estava sendo prejudicada e a legislação ambiental proibia essa intervenção. Além disso, tinha-se clareza que a população era proibida de fazer as podas, mas não se tinha nitidez sobre quem seria responsável por esse processo.

Ressalta-se que essas populações se fazem presentes no Conselho Deliberativo por meio de entidades que representam cada uma das ilhas mais povoadas – Ilha da Pintada, Ilha das Flores, Ilha Grande dos Marinheiros e Ilha do Pavão. Contudo, em muitas atas não são registradas as falas dessas pessoas.

Está registrada em ata a manifestação de uma representante de entidade que alegou “que a comunidade não estava sendo avisada das reuniões da APA”. Essa se referia às reuniões anteriores em que se discutiu a criação do Estatuto do Conselho Deliberativo da APAEDJ. Ou seja, os gestores da APAEDJ estavam privando a comunidade de um direito por eles

conquistado e estava impedindo que esse grupo participasse da gestão de seu território.

Apesar das dificuldades em interpretar as atas do Conselho Deliberativo da APAEDJ, em decorrência do descuido na redação das mesmas, observa-se que a gestora à época - também presidente do Conselho Deliberativo - centralizava o poder mantendo as demandas da SEMA em uma posição de superioridade em relação as dos demais conselheiros. É importante frisar que a própria gestora solicitou em reunião aos conselheiros que coubesse aos gestores da unidade tomar algumas decisões com maior liberdade, sem depender do conselho - “aprovar pequenos aterros”, por exemplo. Esse contexto indica, em um primeiro entendimento, que o Estado, por meio dos gestores, domina também o espaço do Conselho e prioriza suas demandas.

No entanto, as ações acabam sendo personificadas na figura dos gestores. Fica claro pelas atas e em conversas com lideranças das ilhas que as decisões tomadas pela antiga gestora – que era uma indicação partidária – tinham por objetivo um benefício político. Ela fazia questão de personificar e centralizar as ações no âmbito do Conselho, transparecendo que ela era a responsável por algumas ações estarem acontecendo. Um exemplo, dentre outros, foi um aterro realizado em uma das ruas da Ilha do Pavão, que constantemente era alagada, no qual ela se disse responsável.

Identificou-se que a gestora frequentemente lançava mão de manobras político-partidárias para se manter nesse cargo de confiança a partir da simpatia dos moradores e pressão política feita por eles. Nas próprias atas estão expressas colocações como: “Esses problemas já vem de governos anteriores”, “Não vamos falar de política nas reuniões do conselho” e “No ano que vem se mudar o governo eu não vou estar aqui”. Nesse sentido, questões básicas referentes à cidadania, tal como acesso a serviços estatais e infraestrutura, passam a ser vistos como desejo de uma determinada pessoa.

Destaca-se que, para os moradores locais, essa foi a primeira gestora - não se referem à equipe - que deu espaço para a participação da comunidade. Um exemplo emblemático foi que em 2010 o partido que concedeu o cargo de confiança à gestora foi derrotado nas eleições estaduais e, devido às manifestações dos moradores das ilhas, a mesma não deixou o cargo.

Percebe-se então que a falta de participação anterior aliada com uma aproximação aos temas referentes ao território vinculadas também ao poder conquistado por meio da retórica e de pequenas ações (que deveriam estar no âmbito do Conselho) aproximou a gestora da população local, garantiu-lhe a prerrogativa de manutenção no cargo. Ou seja, a privação de uma cidadania anterior ao fato gerou a manutenção de uma situação de dominação política e consequente diminuição da capacidade de exercício da cidadania dos ilhéus, especialmente para os de tempo lento.

Por um lado, entendo isso a partir de uma visão negativa, na medida em que essa gestora agiu de forma “populista”, usando a gestão territorial da APAEDJ, para fins próprios. Por outro lado, os moradores – de tempo lento via de regra - nunca haviam participado de forma mais ativa da gestão institucional de seus territórios, com capacidade de interferir na criação de infraestruturas.

Na medida em que se sentiam decidindo os rumos de seus territórios, não aceitaram perder essa possibilidade e pressionaram para a manutenção dela na gestão da UC. Pode-se dizer que na disputa de poder com o Estado, os ilhéus saíram vitoriosos. Nesse sentido, estavam exercendo sua cidadania, decidindo uma “liderança” local e determinando os rumos políticos de seu território.

Nas atas analisadas somente uma vez aparece uma manifestação relacionada às residências da população de tempo rápido, quando um morador de tempo lento questiona que “não tem que fiscalizar só as construções pobres, mas as ricas também”, no entanto essa manifestação não teve continuidade em ata.

É importante destacar que nesse período também foi discutida a possibilidade de realocação de algumas famílias que são residentes em áreas de risco. Em atas consta o empenho da gestora de garantir que essas famílias sejam realocadas, sem deixarem o território da APAEDJ, onde estão tradicionalmente estabelecidas. Contudo, o próprio representante das populações tradicionais se mostrou desconfiado a respeito de como se daria essas realocações.

Essa questão sempre foi e continua sendo fundamental nas discussões territoriais tanto do PEDJ quanto da APAEDJ, nas discussões ambientais do Delta e interfere diretamente na cidadania das pessoas que lá vivem. Essa

questão foi uma das motivações da mudança de categoria de parte do PEDJ em APAEDJ, interfere no grau de alteração do ambiente, acesso ao território, no acesso a serviços e infraestruturas, mais profundamente, na manutenção de uma racionalidade típica e saber inerente a ela – cerne da cidadania dessas pessoas.

Em vários momentos as falas da população de tempo lento foram extremamente importantes para a qualificação das reuniões. Essas pessoas possuem uma compreensão profunda sobre questões relacionadas tanto à natureza, quanto à sociedade, ou qualquer outra questão que tange suas vidas. Esse conhecimento representa um trunfo dessas pessoas tanto para a efetiva apropriação do território quanto para a conservação da natureza e deveria ser respeitada no que trata da gestão das UCs. Acredito que esses saberes deveriam ser mais bem aproveitados no âmbito do Conselho Deliberativo e respeitados quando registrados em ata.

## 8. A ESCOLA – Um caminho possível. Ou não?

Decidi, aqui, inserir uma espécie de “anexo” à ideia original dessa dissertação. Essa decisão se justifica pela vivência do autor no universo escolar na área da APAEDJ, trabalhando como professor de Geografia na Escola Estadual de Ensino Fundamental Maria José Mabilde, que se constituiu como um momento importante de reflexão junto aos moradores da Ilha da Pintada – especialmente, com *os de tempo lento*.

Essa escolha se justifica do ponto de vista metodológico, uma vez que a participação do cotidiano do Delta como professor foi um importante momento na observação participante da pesquisa. Do ponto de vista teórico, por sua vez, entendo que a escola poderia ser um importante local de aprendizado da cidadania. É como se afirma nas discussões de linhas de ensino alternativas: “mais do que ensinar cidadania nas escolas, deve-se ensinar com cidadania”. Infelizmente, parece que o atual modelo de ensino ainda não dá conta de colocar essa importante possibilidade em prática.

Meu trabalho como professor nessa escola, portanto, se deu ao longo do ano de 2013 e é nesse contexto que começa a surgir a noção de diferenciação entre *os de tempo rápido* e *os de tempo lento*. Muito embora os professores não trabalhem na relação direta com a gestão da área, essa figura, na comunidade, tem papel importante na valorização (ou desvalorização) dos saberes dos “personagens” envolvidos.

Na medida em que meu trabalho como professor foi sendo desenvolvido concomitantemente com as reflexões para a dissertação, passei a dar-me por conta de que os saberes dos de tempo lento não são valorizados, seja na educação de seus filhos e filhas, seja na gestão de seus territórios. Essa lógica de desvalorização mostra como o Estado se relaciona com os grupos que não comungam do saber técnico-científico e apresentam lógicas distintas de organização social e de relação com o espaço.

Nesse sentido, aqui objetivo trazer a tona reflexões e inquietações de um professor sobre o papel da escola e do seu próprio trabalho perante os alunos provenientes de uma comunidade tradicional, em sua maioria. Essas reflexões/inquietações surgiram a partir de uma reunião com os idealizadores

de um projeto intitulado “Movimento Sepé Tiaraju”, onde apareceram diversas questões que se encaixam na linha do raciocínio estabelecida ao longo da dissertação.

Uma dessas questões (que surgiu durante a reunião que discutia o referido projeto) foi a violência dos pais dos alunos com os professores quando esses cobram aqueles pelos maus resultados dos filhos na escola ou pelo não comprometimento deles com os estudos. Disso, inicio uma reflexão no sentido de que a violência não é com os professores em si, mas sim com o que eles representam: a escola.

A escola é, no entanto, naquele contexto, uma estrutura estatal. Se houver o entendimento de que a relação do Estado com aquelas pessoas é geralmente uma relação conflituosa e de opressão na medida em que aquele não oferece os serviços essenciais como saúde, saneamento, etc. ou que a mesma se dá pela coerção, seja ela policial, seja da gestão das unidades de conservação, não é de se admirar que essas mesmas pessoas respondam com agressividade quando mais uma “violência” do Estado se dá contra eles na forma de cobrança dos professores.

Além disso, a violência da escola não se dá apenas pela cobraça direta aos pais, mas também de maneira muito sutil, e por que não dizer, ainda mais agressiva, quando impõe um conhecimento que provém de outra racionalidade, pautada na técnica, na ciência, no Positivismo, na modernidade, no etnocentrismo, enquanto o conhecimento proveniente daquela comunidade, pautado no contato histórico com aquela natureza, é desvalorizado, desrespeitado ou mesmo ignorado nas salas de aula. Cotidianamente, portanto, a escola é o vetor de uma violência cultural contra aquelas pessoas e seus conhecimentos.

Brandão traz ideia semelhante quando afirma o seguinte:

Por isso mesmo - e os índios sabiam - a educação do colonizador, que contém o saber de seu modo de vida e ajuda a confirmar a aparente legalidade de seus atos de domínio, na verdade não serve para ser a educação do colonizado. Não serve e existe contra uma educação que ele, não obstante dominado, também possui como um dos seus recursos, em seu mundo, dentro de sua cultura (BRANDÃO, 1981, p.11).

Entendo que a escola, modelo de espaço educacional forjado na esteira de processos históricos, está desconsiderando a cultura e

conhecimento dos de tempo lento; a mesma impõe uma rotina às crianças que as tira do contato com a família e o ambiente, colocando-as em salas de aula, com períodos de tempo pré-determinados baseados no tempo do relógio, não mais no tempo da natureza. Sobre isso, segundo as ideias apresentadas por Garcia (1999), os colégios surgem como alternativa para as famílias que não tinham recursos suficientes para manter professores particulares nas suas casas. São instituições criadas para atender um número cada vez maior de estudantes. Multiplicam-se da Renascença à Revolução Industrial, período durante o qual há profundas modificações nas noções de tempo. Neles, estabelece-se uma nova temporalidade, uma nova organização temporal e espacial: divisão dos alunos em turmas, seleção das matérias a serem estudadas, chegando-se à organização pedagógica rígida em graus e classes, pautada pela organização burocrática e cronológica do tempo. Processo esse que se aproxima e serve à lógica fabril que se iniciava naquele período.

A questão da quantidade de alunos em cada sala de aula e da atenção que o mais velho (professor) pode dar para cada aluno também se apresenta como fator importante, na medida em que não se presta atenção nas particularidades e tempos de aprendizado de cada um dos alunos.

Chama-se a atenção também para a lógica dos conteúdos na qual se baseiam as disciplinas escolares. Isso é especialmente importante nos tempos atuais, na medida em que a televisão e a internet nos colocam em contato com demasiada informação. Os professores, impulsionados pela atual lógica social, passam a levar cada vez mais informação para as salas de aula, visando “educar” seus alunos. Porém, esquecem-se de que o mais importante é o contato com os alunos, objetivando o seu crescimento e o desenvolvimento de suas aptidões.

Nesse sentido, entendo que existe um distanciamento entre a informação, o conhecimento e a sabedoria. Enquanto a escola tem privilegiado o primeiro, a educação tradicional tende a priorizar o último; existe, portanto, um choque entre informação versus sabedoria.

Sobre isso, é importante retomar as ideias contidas no documentário intitulado *Escolarizando o Mundo – O último fardo do homem branco*. O filme aborda a questão, mostrando que a quantidade de informação não se reflete linearmente na quantidade de sabedoria (isso nem me parece mensurável,

inclusive), sendo assim, não importa apenas a informação em si, mas também a forma como ela é trabalhada, transformando-se em sabedoria. Nesse sentido, o filme traz uma fala de uma senhora de uma comunidade que explicita bem esse conflito, dizendo que os jovens tem acesso à informação nas escolas, mas não possuem mais a sabedoria necessária para utilizá-la. A sabedoria está contextualizada e é dependente da cultura da qual se faz parte, ela é histórica e geograficamente localizada.

Educação é o processo pelo qual se aprende uma forma de humanidade, assim sendo, ela permeia a existência humana. A passagem do conhecimento é meio de desenvolvimento de nossa espécie e o educar tem por premissa transmitir os conhecimentos desenvolvidos no decorrer da história pela cultura da qual se compartilha. Nesta perspectiva tem-se como foco um desenvolvimento humano, no qual quanto mais amplo, profundo e sólido for o desenvolvimento de cada indivíduo, melhor seria para todos.

Em uma sociedade de classes como a nossa, nos deparamos com uma ruptura frente a essa perspectiva, pois os interesses do capital se sobrepõem aos interesses coletivos, tendo como objetivo último sua reprodução. Essa lógica limita e seleciona aqueles que podem acessar determinados conhecimentos e sua qualidade. O conhecimento passa a ser visto como poder, nesse sentido, não pode ser acessível a todos.

O desejo de realização plena do indivíduo e do gênero humano dá lugar para os interesses de classes: a educação passa a ser determinada pelos interesses da classe dominante. Sua estrutura se configura de forma a impedir qualquer ruptura com a ordem social estabelecida, fator que justifica o caráter conservador da educação. Essa questão torna-se ainda mais profunda ao se tratar de grupos que apresentam outras racionalidades e comungam de diferentes formas de saber. Esses saberes, bem como os grupos, passam a ser vistos de forma inferiorizada.

Outra questão importante é o fato de afastar as crianças do convívio com os pais, os avós e os mais velhos em geral - a comunidade. No ambiente escolar existe outra sociabilidade, outra forma de estar em contato com os outros indivíduos, bem diferente da existente nas comunidades tradicionais em geral. A escola está pautada em uma estrutura hierárquica onde o poder emana dos órgãos governamentais, passa pelos setores de direção das

escolas, atravessa os professores e atinge os alunos. Nessa estrutura, bem ou mal, existe uma imposição da ordem e das vontades que saem dos níveis mais superiores, enquanto os níveis inferiores devem a eles se adequar.

Em um contexto social onde todas as formas de imposição de poder têm sido questionadas, essa lógica em que ainda se baseia essa estrutura educacional acaba por gerar uma revolta dos/nos alunos que constantemente afrontam os professores e diretores. Essa hierarquização geralmente não está presente na transmissão de conhecimento das comunidades tradicionais. Na lógica dessas comunidades, a educação se dá horizontalmente no contato direto entre o mais velho e o mais novo mediado pela relação com o entorno.

Outra importante questão é o momento e o local de transmissão dos conhecimentos. Nas comunidades tradicionais o saber do mais velho é passado para o mais novo a todo o momento, em especial no momento do trabalho. Contudo, em nossa sociedade o trabalho infantil não é permitido (nem acredito que não deva ser), porém, é inegável que existe um choque entre as diferentes lógicas e o Estado com sua estrutura jurídica resolve esse impasse de forma a respeitar a diversidade de matrizes culturais e suas práticas.

Por exemplo, o trabalho de uma criança em uma carvoaria, que visa o lucro, não pode ser tratado como o trabalho de uma criança que acompanha os pais em uma pescaria, que objetiva a sobrevivência antes de tudo e a transmissão do saber de pescador.

Portanto, entendo que tirar as crianças do trabalho com os pais e levá-las para a escola é uma importante forma de o Estado acabar com os conhecimentos dos de tempo lento e, portanto, com as próprias comunidades e formas de organização social dos de tempo lento. É mais uma forma de imposição de uma racionalidade técnico-científica, de enquadramento dessas comunidades, portanto, uma violência cometida pelo Estado para com essas pessoas.

A partir do exposto acima, entendo que os tempos, espaços, objetivos e formas da educação e em especial das escolas deveria ser repensado como um todo. Isso torna-se ainda mais importante e imediato no contexto de educação de sociedades, comunidades ou grupos que compartilham de diferentes racionalidades.

Penso que respeitando os saberes desses grupos em sua plenitude para repensar o processo de educação que se está sendo imposto a eles auxiliará também em nosso processo de repensar a educação como um todo. Além disso, sendo a escola um primeiro espaço de diálogo entre os distintos saberes onde, inclusive, isso seja um dos principais objetivos, se tornará mais fácil o diálogo em diferentes espaços e escalas.

## CONCLUSÃO - Mais um passo adiante.

A vida que animou o Delta sempre girou em torno da resistência às organizações sociais e econômicas da região e da cidade. Sem terras, quilombolas, pobres. Todos eles resistindo à sociedade e à natureza re-existiram, formando uma cultura singular pautada em uma diferente racionalidade, onde se destacava a relação entre a modernidade acelerada da cidade – ainda que de forma marginalizada – e os ciclos lentos da natureza.

Essa necessidade de resistência permanece e dessa forma os *de tempo lento* do Delta do Jacuí permanecem re-existindo, ressignificando suas práticas, suas lutas e sua cultura. Ao conviver com eles, participar de suas histórias e geo-grafias, comungar de suas lutas, ressignifiquei a mim mesmo como geógrafo e como pessoa – ao final do processo, re-existo. Carregando essa bagagem comigo, penso que devo seguir (mesmo em outros espaços, com diferentes grupos e novos objetivos), lutando para a efetivação das nossas cidadanias.

Retomando o objetivo desse trabalho, agora penso que ele estava equivocado em sua essência. Ele partia da mesma lógica à qual me oponho enquanto teoria e enquanto busca de prática – a ideia de que alguma solução pode partir exclusivamente do pesquisador, sem um diálogo anterior com a comunidade ou grupos interessados. Enquanto pesquisador, foi muito cômodo “decidir” que as lideranças comunitárias necessitavam de um auxílio para a superação da dificuldade com o conhecimento acadêmico para que conquistassem mais autonomia e participação. Isso não é necessariamente uma verdade. Além disso, quem disse que era essa a necessidade deles? Esse trabalho inicialmente parte de um a priori equivocado que me levou a não atingir seu objetivo inicial.

É evidente que o processo e a pesquisa em si não foram um fracasso, ambos cumpriram um papel fundamental de crescimento para mim, de auxílio para as lideranças e pessoas com as quais convivi e de um diálogo de saberes, ainda que ao nível dos indivíduos e não dos grupos. Agora, se esse auxílio servirá para que elas atinjam os objetivos delas, isso é outra questão, e julgo não ser possível respondê-la nesse momento.

Pensando na estrutura do trabalho, o desejo inicial era realizar reuniões mensais com os comunitários, o que acabou não acontecendo. As atas então ganharam importância, passando elas a ser a grande fonte de informações, base para as análises. Elas também não aconteceram da forma pretendida no início. O plano de manejo também não foi aprovado. Ou seja, pensando sob a perspectiva de uma pesquisa com fonte de dados mais formal, essa dissertação não teria acontecido.

Entretanto, o olhar para o outro e em conjunto com o outro, buscando outras perspectivas, foi desvelado. Um mundo foi descoberto entre os muitos saberes que permeiam a existência humana. Esse olhar só foi possível a partir da conexão com o outro, do contato cotidiano. É do encontro entre os sujeitos dos distintos saberes que o diálogo acontece.

Sobre o diálogo, ele nos obriga a ouvir o outro e, não sendo minha verdade, em alguns casos, tenho que calar, respeitar e aceitar. Isso é difícil, em especial na nossa sociedade – dita egocêntrica, egoísta e/ou individualista – contudo, é fundamental. Estamos todos em processo de melhora individual, o que necessariamente levará a uma melhora coletiva.

O diálogo parte da diferença e da discordância. Ele nos leva ao debate, que é a base da política; se isso é feito de forma igualitária, não hierarquizada, torna-se a base da democracia também. Esse é o nosso processo de aprendizado, rumo ao diálogo, ao outro, à democracia. Dessa forma seremos melhores e melhoraremos o mundo. Assim nos tornaremos cidadãos na concepção ampla do termo.

Nesse sentido, terminada a pesquisa, posso afirmar que a ideia original de que a criação de uma unidade de conservação implica em uma problemática vinculada à cidadania das pessoas impactadas por ela é verdadeira. E a maior causa disso é a inexistência de um diálogo entre os saberes envolvidos na sua gestão – saberes vinculados a uma racionalidade “de tempo lento” e saber vinculado a uma racionalidade técnico-científica, “de tempo rápido”.

No que diz respeito ao Delta do Jacuí, ao Parque Estadual Delta do Jacuí e a Área de Proteção Ambiental Delta do Jacuí, posso dizer que essa é a grande luta dos de tempo lento, ao mesmo tempo em que pode ser sua grande vantagem. Eles lutam pelo direito de serem tratados como iguais, cumprindo

com seus deveres, desde que não lhes sejam negados seus direitos, assim sendo respeitada sua cidadania. Direito a uma vida digna, a seus territórios, à preservação de sua cultura e da manutenção da natureza visando à vida e não ao lucro.

Esse conflito – vida e lucro – é o cerne da questão, uma vez que é isso que objetivam as racionalidades tradicionais e a racionalidade técnico-científica (a serviço do capitalismo). Muito embora não se possa dizer que essas racionalidades ocorram de forma pura no Delta, elas estão presentes em maior ou menor escala dependendo do grupo do qual se participa.

Nessa perspectiva, as diferentes temporalidades de cada grupo expressam o quanto se vinculam a uma ou outra racionalidade, dessa forma, os diferentes objetivos de uso do espaço conformando territórios e delimitando relações ambientais pode ser definido. Do encontro/choque entre esses desejos é que se materializam os conflitos lá existentes.

Como os diferentes usos não podem se efetivar de forma harmoniosa, decisões políticas deverão ser feitas – e já o são cotidianamente. Nesse sentido, os de tempo lento tem uma arma a seu favor que pode determinar a manutenção de sua cultura, modos de vida e territórios: a vinculação a um discurso ambiental. Como seus modos de vida apresentam menor capacidade técnica de interferência nas dinâmicas naturais e, em certa medida, até dependem delas, alianças políticas em outras escalas podem ser realizadas, afinal de contas, esse é o grande objetivo da APAEDJ e do PEDJ. Isso é importante, na medida em que localmente, pelo que minha convivência com/na área mostrou, os de tempo lento tem menor capacidade de articulação, decisão e efetivação de seus interesses.

Enquanto possibilidade, acredito que as escolas e a equipe de gestão das UCs possam ser importantes aliadas dos grupos de tempo lento. Contudo, isso só será possível se um esforço de todas as partes for realizado para repensar a relação entre os diferentes saberes envolvidos de modo que haja um diálogo não hierarquizado entre eles.

Enquanto necessidade, entendo que isso deva ser feito o mais rápido possível, uma vez que um importante vetor externo está para se realizar no Delta – a nova ponte do Guaíba. Esse novo megaempreendimento será

realizado dentro de poucos anos e seus efeitos podem ser mitigados se houver a colaboração entre a escala local e escalas mais amplas de poder.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. **Ambientalização das lutas sociais** – o caso do movimento por justiça ambiental. In: Estudos Avançados, v. 24, n. 68. São Paulo, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

BRANDÃO, Carlo Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela Correa. **A pesquisa participante: um momento da educação popular**. In: Educação Popular, v. 6, jan./dez. Uberlândia, 2007.

BRASIL. **Sistema Nacional de Unidade de Conservação** – SNUC: Lei nº 9985, de 18 de julho de 2000; Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. 2.ed. aum. Brasília: MMA/SBF, 2002.

CASTRO, Iná Elias de. **Instituições e território**. Possibilidades e limites ao exercício da cidadania. In: Geosul, v. 18, n. 36, jul./dez. Florianópolis, 2003.

CATTANEO, Dilermando. **Identidade Territorial em Unidades de Conservação**: Ponto de apoio para uma análise epistemológica da questão ambiental. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Porto Alegre, 2004.

CHIAPPETTI, Ademir Baptista. **Ocupação do Parque Estadual Delta do Jacuí: Conflitos de Uso Territorial**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Porto Alegre, 2005.

DEVOS, Rafael Victorino. **Uma “Ilha Assombrada” na Cidade: estudo etnográfico sobre cotidiano e memória coletiva a partir das narrativas de antigos moradores da Ilha Grande dos Marinheiros, Porto Alegre**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Porto Alegre, 2002.

DEVOS, Rafael Victorino. **A “Questão Ambiental” sob a Ótica da Antropologia dos Grupos Urbanos, nas Ilhas do Parque Estadual Delta do Jacuí, Bairro Arquipélago, Porto Alegre, RS**. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Porto Alegre, 2007.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant’Ana. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 2008.

FRANTZ, Pedro Saldanha. **Carroceiros do Delta do Jacuí**: um olhar a partir da Lei dos Carroceiros, Porto Alegre/RS. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Departamento de Geografia. Porto Alegre, 2010.

FRANTZ, Pedro Saldanha. **Legislação envolvendo os carroceiros do delta do Jacuí**. In: Anais XVI Encontro Nacional de Geógrafos. Porto Alegre, 2010.

FRANTZ, Pedro Saldanha. **Os carroceiros, o delta do Jacuí e os dois circuitos**. In: Anais do XXX Encontro Estadual de Geografia. Erechim, 2011.

FRANTZ, Pedro Saldanha. **Mapeamento participativo no delta do Jacuí**. In: Anais do XXIII Salão De Iniciação Científica, Porto Alegre – RS, 2011.

FRANTZ, Pedro Saldanha. **Os carroceiros e a Lei 10.531 - Porto Alegre/RS**. In: Anais do IV Colóquio de Estudos Urbanos da Região Metropolitana de Porto Alegre. Porto Alegre, 2011.

FRANTZ, Pedro Saldanha, FERREIRA, Pablo Leandro. **Água, território e ambiente**: mapeamento participativo no delta do Jacuí - Porto Alegre/RS. In: 14º Encuentro de Geógrafos de América Latina: Reencuentro de Saberes Territoriales Latinoamericanos, Lima, 2013. Meio de divulgação digital.

FRANTZ, Pedro Saldanha, FARIA, Monique Marques. **Ensino em comunidades tradicionais**: educação ou imposição?. In: Anais do Seminário Educação – Educação e (Des)Colonialidades dos Saberes, Práticas e Poderes. Cuiabá, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FUJIMOTO, Nina Simone Vilaverde Moura. **A urbanização brasileira e a qualidade ambiental**. In: BASSO, L.A.; SUERTEGARAY, D.M.A. e VERDUM, R. (org.) Ambiente e lugar no urbano: a Grande Porto Alegre. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

GARCIA, Tânia Maria Figueiredo Braga. **A riqueza do tempo perdido**. In: Educação e Pesquisa, v. 25, n. 2, jul./dez.. São Paulo, 1999.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **A dimensão ontológica do território no debate da cidadania**: o exemplo canadense. In: Território, v. 1(2). Rio de Janeiro, 1997.

HAESBAERT, Rogerio. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. In: HEIDRICH, A.L.; COSTA, B.P.; PIRES, C.L.Z.; UEDA, V.; (org.) A emergência da multiterritorialidade: a resignificação do humano com o espaço. Canoas: ULBRA; Porto Alegre: UFRGS, 2008.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2010.

MORAES, Roque. **Análise de conteúdo**. In: Educação, v. 22, n. 37. Porto Alegre, 1999.

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. **Ação para proteção do Delta do Jacuí**. Disponível em: <<http://www.mprs.mp.br/noticias/id13855.htm>> Acesso em: 15 de Dezembro de 2013.

PAULA, Cristiano Quaresma; FRANTZ, Pedro Saldanha. **Conselho Deliberativo da APA Estadual Delta do Jacuí: Territórios em Disputa**. In: Anais do V Simpósio Internacional de Geografia Agrária – Questões Agrárias na Panamazônia no Século XXI: usos e abusos do território. Belém, 2011.

PAULA, Cristiano Quaresma. **Gestão compartilhada dos territórios da pesca artesanal: Fórum Delta do Jacuí**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, 2013.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Secretaria Municipal da Cultura. **Arquipélago: as ilhas de Porto Alegre (Memória dos Bairros)**. Texto de José Juvenal Gomes, Helena Vitória dos Santos Machado, Marise Antunes Ventimiglia. Porto Alegre: EU/Porto Alegre, 1995.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **O desafio ambiental**. In: SADER, E; (org.) Os porquês da desordem mundial. Mestres explicam a globalização. Rio de Janeiro: Record, 2004.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2010.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto Nº 24.385. **Cria o Parque Estadual do Delta do Jacuí, constitui em Reserva Biológica as Ilhas das Pombas e da Pólvora e dá outras providências**, 1976.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto Nº 43.367. **Cria Área de Proteção Ambiental do Delta do Jacuí e dá outras providências**, 2004.

RIO GRANDE DO SUL. Lei Nº 12.371. **Cria a Área de Proteção Ambiental - APA - Estadual Delta do Jacuí e o Parque Estadual Delta do Jacuí e dá outras providências**, 2005.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto Nº 44.516. **Regulamenta a LEI Nº 12.371, de 11 de novembro de 2005, que cria a Área de Proteção Ambiental APA - Estadual Delta do Jacuí e o Parque Estadual Delta do Jacuí, e dá outras providências**, 2006.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia cidadã: por uma epistemologia da existência**. Boletim Gaúcho da Geografia, n. 21. Porto Alegre, 1996.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: EDUSP, 2004.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2009.

SEMA, Portaria N°007. **Aprova o Plano de Ações Emergenciais - PAE da Área de Proteção Ambiental Delta do Jacuí e do Parque Estadual Delta do Jacuí e dá outras providências**, 2010.

SEMA, Portaria N°027. **Aprova as regras transitórias para a pesca tradicional no interior do Parque Estadual Delta do Jacuí**, 2012

SILVA, Tomás Rech da. **Geograficidade, percepção e saberes ambientais dos pescadores do lago Guaíba, Porto Alegre, RS**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, 2007.

SOUZA, Marcelo Jose Lopes de. **O Território**: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.C.; CORRÊA, R.L.; (org.) Geografia: conceitos e temas - 15ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Espaço geográfico uno e múltiplo**. In: BASSO, L.A.; SUERTEGARAY, D.M.A. e VERDUM, R. (org.) Ambiente e lugar no urbano: a Grande Porto Alegre. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Notas sobre epistemologia da geografia**. In: Cadernos Geográficos v. 23. Florianópolis: Imprensa Universitária, 2005.